

Revista de  
Estudos Estratégicos e  
Relações Internacionais

uff INEST

PPGEST - UFF



HOPILOS

DOSSIÊ TEMÁTICO

"América do Sul em perspectiva:  
a importância estratégica da região  
e o papel do Brasil"

Org. Prof. Dr. Leandro Gavião

Vol. 3 - No. 4 - 2019  
ISSN: 2595-699X



# **HOPLOS**

## **Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais**

**ISSN 2595-699X**

**DOSSIÊ TEMÁTICO - América do Sul em perspectiva: a importância estratégica  
da região e o papel do Brasil**

**Org. Prof. Dr. Leandro Gavião**

**v.3 n. 4**

**Jan.-Jun. 2019**

**Niterói**





A “Hoplos” é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com periodicidade semestral, ela se constitui em um espaço plural de análise e discussão sobre temas que permeiam os Estudos Estratégicos, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Recebendo colaborações em sistema de fluxo contínuo e para a criação de dossiês temáticos como este que se apresenta, a revista publica artigos acadêmicos e resenhas de obras de edição recente e tem como principal objetivo a divulgação da produção de pós-graduandos/as e pesquisadores/as dessas áreas. Os textos recebidos são analisados em sistema de *blind review* e publicados mediante recomendação do Conselho Editorial.

## **Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF)**

Diretor: Prof. Dr. Eurico de Lima de Figueiredo  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Thiago Moreira Rodrigues  
Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Gabriel Passetti  
Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI: Prof. Dr. Victor Leandro

## **EQUIPE EDITORIAL:**

Editor: Priscilla Carvalho

Comitê Editorial: Jéssica Barreto, Mariana Janot e Priscilla Carvalho

Editoria de Redação: Beatriz Leal, Jéssica Barreto, Mariana Janot, Monique Lopes, Raquel Missagia e Roberta de Melo

Editoria de Comunicação: Denise Marini, Fabiane Assaf e Hugo Lage

Secretaria: Isabella Pereira

Projeto Gráfico: Viviane de Oliveira | [www.vivinhaoliveira@gmail.com](mailto:www.vivinhaoliveira@gmail.com)

## **CONSELHO EDITORIAL**

Adriano de Freixo (UFF)

Érica Winand (UFRN)

Fernando Brancoli (UFRJ)

Francine Rossone (UFF)

José Pedro Zúquete (Universidade de Lisboa)

Mônica Leite Lessa (UERJ)

Rafael Rossoto Ioris (University of Denver)

Sabrina Medeiros (EGN)

Suhayla Khalil (FESP-SP)

Suzeley Khalil (UNESP)

Thiago Moreira Rodrigues (UFF)

Williams Gonçalves (UERJ)

## **CONTATO**

Instituto de Estudos Estratégicos - INEST

Universidade Federal Fluminense – UFF

Campus do Valonguinho – Alameda Barros

Terra, S/N – 2º andar. Centro – Niterói – RJ

CEP. 24020-150 E-mail:

[revistahoplos@gmail.com](mailto:revistahoplos@gmail.com) ISSN 2595-699X







## SUMÁRIO

### **EDITORIAL**

Comitê Editorial .....9

### **APRESENTAÇÃO**

Leandro Gavião ..... 11

### **A AMÉRICA DO SUL E AS OPERAÇÕES DE PAZ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA**

Beatriz Martins de Albuquerque.....13

### **CORREDORES BIOCEÂNICOS PERU-BRASIL: INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO VIA DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL**

Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior.....27

### **INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O REGIONALISMO ABERTO E O PÓS-LIBERAL**

Hannah Guedes de Souza.....49

### **O USO DO MAR NA DEFESA BRASILEIRA: OS PROJETOS DA MARINHA DO BRASIL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Mariana Monteiro da Costa e Yasmin de Oliveira Guedes.....67

### **DITADURAS DO CONE SUL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE RESISTÊNCIA A PARTIR DO ARAGUAIA**

Rafaela Mano Elisário.....85









## EDITORIAL

É sempre com muito entusiasmo que se lança mais um número de uma revista científica acadêmica, especialmente em tempos de desmonte da educação superior pública. Por isso, temos o prazer de publicar a quarta edição da “Hoplos”, a revista acadêmica da Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A “Hoplos” reitera, assim, seu compromisso de constituir um espaço plural para a análise e a discussão de temas que permeiam os Estudos Estratégicos, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Além disso, oferece acesso livre imediato de seu conteúdo, seguindo o princípio de que a disponibilização gratuita do conhecimento científico ao público potencializa a democratização mundial do mesmo.

A edição atual consiste no primeiro dossiê temático da “Hoplos” cujo tema é a importância estratégica da América do Sul e o papel do Brasil na região. Tendo sido idealizado pelo professor Leandro Gavião, doutor em História e mestre em Relações Internacionais, ambos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), o dossiê conta com cinco artigos.

Abordando desde a participação sul-americana em operações de paz até as ditaduras no Cone Sul, perpassando a análise da integração regional como via de projeção internacional e dos regionalismos aberto e pós-liberal e os projetos da Marinha brasileira nas relações internacionais, identifica-se um conjunto de ideias e percepções acerca dos desafios que se impõem à inserção sul-americana desde o século passado.

Fazemos votos de boa leitura.

Comitê Editorial







## APRESENTAÇÃO

Em 1º de janeiro de 2003, durante a sessão de posse no Congresso Nacional, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que as relações internacionais de seu governo seriam orientadas para “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”. Em seguida, acrescentou que se comprometeria a fazer “florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul”.

Ao elevar a América do Sul à condição de prioridade da agenda de política externa, Lula consolidou um processo que se encontrava em andamento desde a redemocratização dos países da região. É verdade que a ideia de América do Sul e a respectiva restrição geográfica da vizinhança remontam à chancelaria do Barão do Rio Branco. Mas a conversão daquele espaço em um conceito operacional capaz de resultar em medidas concretas de cooperação e de integração é um fenômeno inquestionavelmente mais recente.

No embalo da redemocratização, a superação da rivalidade entre o Brasil e a Argentina abriu as portas para a multiplicação de experiências de abrangência regional. Nesse contexto, a década de 1990 foi promissora. Duas iniciativas de relevo foram justamente a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc). Outras propostas, por sua vez, malograram. Foi o caso da Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa), idealizada por Itamar Franco para rivalizar com o avanço do projeto norte-americano da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Ainda assim, a ideia de congregar a América do Sul continuou viva. No ano 2000, Fernando Henrique Cardoso lançou a Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. Pela primeira vez na história das relações interamericanas, uma reunião de cúpula esteve voltada apenas para as nações do subcontinente sul-americano. Até então, todos os encontros do gênero assumiam um perfil ora latino-americano - incorporando países de fora da América do Sul -, ora pan-americano. Em seguida, houve o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), com o objetivo de superar a deficiência da integração física no subcontinente.



Embora sutis para muitos observadores, essas mudanças refletiam uma nova interpretação sobre as potencialidades da região. Enquanto a América do Sul ocupava um espaço cada vez mais destacado na diplomacia brasileira, a América Latina foi progressivamente deslocada para um plano secundário. Basta lembrar que foi nessa época que o México desfalcou a “família” latino-americana, ao fazer sua opção pelo Norte, aderindo ao NAFTA. Sendo assim, a agenda latino-americana não deixou de ter sua relevância, mas agora precisaria concorrer com uma nova referência regional mais tangível aos interesses do país.

Ao perpassar a gestão de tantos presidentes com convicções e orientações ideológicas distintas, a América do Sul esteve sempre entre as prioridades do país. Enquanto ocupava o Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso afirmou que “O Mercosul para nós é um destino, enquanto que a Alca é apenas uma opção”. Em outras palavras, a América do Sul e seus organismos regionais passaram a ser contemplados como política de Estado.

Contudo, é inequívoco que a região vivencia, hoje, o seu pior momento. O desmonte de projetos consolidados e em construção já é uma realidade terrivelmente. Até os mais otimistas se assustam diante dos danos produzidos, cuja correção levará anos para reverter. Debater o papel que a América do Sul deve ocupar no processo de desenvolvimento do país é uma urgência. Por essa razão, a iniciativa da equipe editorial da Revista Hoplos deve ser saudada com entusiasmo. Agrupando cinco artigos que abordam aspectos históricos, diplomáticos e estratégicos, a presente edição recoloca a América do Sul no lugar de onde ela nunca deveria ter saído. Afinal, como dizia Vamireh Chacon: “o Brasil e os hispano-americanos vão continuar onde estão, vizinhos imediatos. Não adianta se ignorarem, ou hostilizarem-se”.

Boa leitura!

**Leandro Gavião** é doutor em História Política (Uerj) e pós-doutorando em História (UFRJ). É professor da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e da pós-graduação do Curso Clio/Damásio. Ocupa o cargo de diretor adjunto no Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (Neiba-Uerj).



## A AMÉRICA DO SUL E AS OPERAÇÕES DE PAZ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA

**Beatriz Martins  
de Albuquerque**

Mestranda em Estudos Estratégicos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (PPGEST-UFF) e Bolsista da CAPES. Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF). Participante do I Estágio para Mulheres em Operações de Paz do CIASC em parceria com o CCOPAB.

**Resumo:** Nos últimos 71 anos foram realizadas cerca de 71 operações de paz sob o comando das Nações Unidas. Esse expressivo número evidencia que as operações são entendidas como uma importante ferramenta para a manutenção da paz e segurança internacional, conforme o proposto na Carta das Nações. A maior parte das operações de paz aconteceram após a Guerra Fria e por isso, o presente trabalho busca compreender como se dá a participação dos países da América do Sul nessas operações, uma vez que a contribuição de alguns desses países acontece desde os primórdios de tais missões. Para isso, o artigo primeiramente explica como era a participação dos países sulamericanos durante a Guerra Fria, enquanto o mundo encontrava-se dividido entre duas ideologias. Depois busca mostrar a evolução das operações de paz quando a Guerra acabou. Em seguida, o trabalho mostra como os países sulamericanos passaram a engajar em operações de paz no pós-Guerra Fria e qual o propósito dessas participações.

**Palavras-chave:** Operações de Paz; América do Sul; Cooperação; Guerra Fria

**Abstract:** Over the past 71 years, about 71 peacekeeping operations have been employed under United Nations command. This significant number shows that operations are understood as an important tool for peace and international security maintenance, as proposed on Charter of Nations. Most of the peace operations happened after the Cold War Era, therefore, the present paper seeks to include how South American countries participate in these operations, as the contribution of some of these countries has occurred since the early days of such missions. To this end, the article first explains how South Americans countries participated during Cold War Era, while the world was divided between two ideologies. Then it seeks to show what led to the evolution of postwar peace operations, after Cold War. Next, the paper shows how South American countries are engaged in peace operations and with the purpose of South American's participation.

**Keywords:** Peace Operations, South America, Cooperation, Cold War



## 1. Introdução

À época da Guerra Fria (1945-1990) o mundo era um campo de batalha político e ideológico das disputas de poder e influência entre a extinta URSS e os Estados Unidos, cada um de um lado oposto do tabuleiro. Enquanto os soviéticos tentavam levar suas ideias e seu modelo de governança para o mundo, os EUA lançavam mão de sua doutrina para contenção, a Doutrina Truman<sup>1</sup>, aos avanços de seu oponente.

Em um primeiro momento da Guerra Fria, a América Latina, mais especificamente a parte referente à América do Sul, não era o principal alvo do avanço americano. Os Estados Unidos já haviam conseguido um relativo apoio no continente nos anos que antecederam a Guerra e historicamente possuíam uma relação de equilíbrio, cooperação e por algumas vezes de isolacionismo para com as questões ao sul do continente. A potência capitalista só viria a enxergar a América do Sul, como um possível palco de disputas a partir da década de 60 (SAITO, 2000) momento no qual ocorreram diversas manifestações que colocavam a influência norte-americana na região em suspensão.

Entretanto, a partir do final da Guerra Fria foram notadas mudanças nos assuntos relacionados à segurança no sistema internacional. O mundo deixou de ser dividido entre as influências das duas grandes potências da época e passava a obedecer a uma nova dinâmica. Dinâmica essa que não era mais regida pelas rivalidades e disputas resultadas da bipolaridade do sistema, dando nova forma para assuntos como globalização, mercado financeiro, questões ambientais e os Direitos Humanos.

É válido ressaltar que tais assuntos já eram pautas das políticas externas de diversos países, mas com o fim da Guerra essas pautas sofreram mudanças significativas. As agendas agora poderiam ser tratadas de forma multidimensional e multilateral, além de ocupar espaços em alianças e discussões entre os países sem as distorções causadas pela ótica da bipolaridade da Guerra Fria.

É possível então argumentar que após a Guerra Fria regiões que antes estavam controladas pelas estratégias e problemas da bipolaridade puderam redesenhar suas participações em diversas questões relacionadas à segurança e o sistema internacional. No caso da América do Sul, o redesenho do tabuleiro mundial trouxe novas problemáticas e outras possibilidades de participação nas relações internacionais. Foi um momento que possibilitou que países como o Brasil pudessem traçar seus próprios objetivos em relação aos demais países, dentro e fora do continente americano, de forma mais proeminente.

O presente trabalho tem como proposta evidenciar e descrever a contribuição que as operações de paz da Organização das Nações Unidas ofereceram para o diálogo entre os países da América do

---

<sup>1</sup> A Doutrina Truman foi implementada especialmente através de um conjunto de práticas econômicas e tecnológicas para conter o avanço do comunismo durante a Guerra Fria. Foi de tal doutrina que resultou o Plano Marshall, principal plano norte-americano para a recuperação de países devastados pela Segunda Guerra Mundial.

Sul, levando em consideração a mudança que essas participações sofreram com o final da bipolaridade. Sabe-se que os países sul-americanos contribuem há décadas para os diversos tipos de operações de paz autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, incluindo contribuições durante a própria Guerra Fria. Entretanto, diversas mudanças ocorreram na esfera internacional desde que o momento de bipolaridade teve seu final marcado. Então, é necessário compreender melhor como tais mudanças influenciaram no engajamento e cooperação dos países sul-americanos sobre os assuntos de defesa, segurança e paz.

Dito isso, o artigo aqui apresentado terá como foco a participação sulamericana em assuntos sobre paz e segurança partindo-se da sua presença em missões de paz da ONU. Para isso, o trabalho primeiramente irá mostrar como se davam as contribuições dos países sul-americanos para as Operações de Paz, no período da Guerra Fria. Depois, será realizada uma pequena explanação sobre as mudanças que ocorreram nas operações de paz após 1989. Em seguida, o trabalho mostrará como se deu a contribuição dos países sul-americanos no pós-Guerra Fria. Por fim, pretende-se mostrar que as operações de paz não são apenas uma parte de um diálogo isolado, mas que elas são capazes de gerar assuntos que transbordam tais operações. A última sessão deste artigo buscar concluir os argumentos aqui apresentados.

## **2. Os países sul-americanos e suas contribuições para as operações de paz durante a Guerra Fria**

As Operações de Paz da ONU realizadas durante a Guerra Fria obedeciam às características das relações entre os Estados na época e isso permite dividir a evolução dessas operações em dois momentos, sendo o primeiro referente ao período entre 1948 a meados de 1988. (AGUILAR, 2011). Nesse primeiro momento as missões ficaram conhecidas como operações “clássicas” ou de “primeira geração” e estavam limitadas à presença para a conservação do cessar fogo e separação de lados oponentes em conflito para que negociações de paz pudessem ser mantidas e efetivadas (KENKEL, 2013; AGUILAR, 2011).

A primeira Operação, a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO), foi realizada em 1948 e contava com homens uniformizados e desarmados, fato que parece peculiar quando se pensa no emprego de um aparato militar. Já a *First United Nations Emergency Force* (UNEF I) foi a primeira missão armada e aconteceu apenas na segunda metade da década de 50, pouco menos de dez anos após o emprego da primeira operação. Com isso, já é possível notar que as operações apresentaram evolução no que diz respeito ao formato que possuem e ao tipo de engajamento militar que empregam.

Desde que as primeiras operações “tradicionais” se iniciaram já ocorreram 71 missões de paz e mais de 120 países contribuíram para os esforços humanitários da ONU. Os países sul-americanos,

como signatários da Carta das Nações, também estão inclusos na lista de países que se voluntariaram para diversos esforços de paz pelo mundo. Praticamente todos os países da América do Sul já contribuíram em alguma operação de paz, em especial o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, formando o conhecido ABC-U (HAMANN, 2018; AGUILAR 2011).

O Brasil participa de missões de paz desde 1933 e desde 1948, na UNSCOB, engaja em missões de paz da ONU, tendo participado de 33 operações de paz. O Uruguai participou de sua primeira missão pela ONU em 1952, tendo enviado observadores militares para a UNMOGIP. Argentina, Equador e Peru engajam desde 1958 ao mandarem representações para o Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano (UNOGIL, em inglês). A Colômbia possui uma primeira participação na UNEF I e o Chile contribuiu para a UNTSO, em 1967. A Venezuela enviou oficiais para a Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão. Já Bolívia e Paraguai não possuem registros de participações realizadas no período da Guerra Fria.

Cada um desses países sul-americanos possuem seu próprio perfil de contribuição, baseado em seus próprios interesses. A contribuição de envio de militares e tropas por parte de alguns países sul-americanos era vista como uma boa opção para participação das relações internacionais e para mostrar presença em discussões que afetavam a paz do sistema internacional. O Brasil pode ser visto como um país que busca engajar sempre de alguma forma. Outros países, como o Uruguai foram despertar de maneira mais significativa para as missões a partir de 1980, mais ao final da Guerra Fria. Também pode ser notado que Uruguai, Chile e Argentina já possuíam legislações que versavam sobre suas respectivas participações em operações de paz e ainda processos de tomadas de decisão para que tais missões pudessem ser empregadas, ainda na Guerra Fria (AGUILAR, 2011).

É importante notar que pelo menos Brasil, Chile e Uruguai contribuem para operações de paz mesmo antes das ONU ter sido institucionalizada<sup>2</sup>. Isso nos mostra que mesmo antes das disputas de influência da Guerra Fria já havia um interesse, ao menos em certa medida, de participar em esforços de paz por parte de alguns países sul-americanos.

Entretanto, durante a Guerra Fria, a ONU se tornou o principal foco de realização de missões de promoção da paz. O Conselho de segurança era, e ainda é, o órgão responsável pelo desenho dos limites aos quais as missões estariam subordinadas. Considerando-se as características da Guerra Fria, as rivalidades político-ideológicas frequentemente paralisavam as decisões do Conselho de Segurança. Cada potência de influência usava as pautas estabelecidas para atrair ou afastar outros Estados para sua zona de influência. URSS e EUA faziam parte deste Conselho, cada uma com seu direito de veto, e

---

<sup>2</sup> Na época da Liga das Nações já ocorriam missões que se pareciam com o que a ONU veio a implementar três anos após sua fundação. O Brasil integrou uma comissão da própria Liga para mediar o acordo entre Peru e Colômbia sobre a questões fronteiriças; O Chile também supervisionou os acordos do fim da Guerra do Chaco, assim como o Uruguai, Argentina e Peru. (Marcondes, 2013; AGUILAR, 2011)



obviamente, nenhuma delas autorizaria uma operação de paz que fosse capaz de minar seus interesses em determinados Estados e regiões.

Ainda, nenhum país sulamericano, independente de histórico prévio em operações de paz, fazia parte do alto nível de decisão deste Conselho, o que em certa medida silencia a capacidade de exposição dos interesses de países como os citados aqui neste tipo de assunto. Este fator somado ao citado no parágrafo acima, acabavam por abafar vozes com interesses em intervenções humanitárias, sejam esses interesses motivados pelo dever moral de ajuda ou por outros interesses estratégicos. A política durante a Guerra Fria era refém dos ideais e ambições dos países que regiam o sistema na época e conseqüentemente a participação dos países sul-americanos em operações de paz também.

Contudo, ao final da Guerra Fria esse padrão de quase total dependência das decisões das potências dominantes rivais sofreu mudanças e ajudou a modificar o caráter e significância das participações dos países da América do Sul em operações de paz da ONU. A virada do século trouxe uma ressignificação das contribuições e ambições dos países do continente no jogo político internacional, bem como a complexificação das próprias operações de paz.

### **3. As operações de paz pós-Guerra Fria**

As operações de paz começaram a ser implementadas em 1948 e durante toda a Guerra Fria as missões apresentaram um certo tipo de comportamento, que podiam variar em suas especificidades em relação ao ambiente ao qual elas se inseriam, mas seguiam uma mesma estrutura de forma geral. Com o fim da Guerra Fria e a complexificação dos conflitos, as operações de paz precisaram se expandir para de fato conseguirem se estabelecer como um instrumento realmente viável.

A partir da década de 90 as operações foram assumindo novos formatos e configurações, se mostrando cada vez mais desafiadoras, principalmente por conta da mudança na natureza dos conflitos. Em 1992, a ONU lançou a Agenda para Paz, documento que trazia importância fundamental para as operações para a manutenção da segurança e paz do mundo. Esse documento é considerado o marco da mudança no formato das operações humanitárias da ONU, inaugurando a segunda fase da evolução das operações de paz.

Um fator que deve ser considerado ao ser analisada a evolução das operações é que o conceito de paz da própria ONU modificou-se. As Nações Unidas passaram a adotar a percepção de paz positiva, que não enxerga a paz como alguém além da simples ausência de guerra (GALTUNG, 1995). A paz passou incentivada através de uma visão mútua de cooperação e interdependência dos povos. Essa mudança de percepção pode ser associada à explosão de operações que foram empregadas a partir do final da Guerra Fria.

Outro ponto de relevância é que a natureza dos conflitos passou a abranger uma gama muito mais extensa de motivações, saindo da visão Westifaliana e clássica sobre a relação entre Estados e conflitos. Há nesse ponto uma divisão na academia. Enquanto alguns acadêmicos e analistas afirmam que ao final da Guerra Fria seguiu-se uma explosão de conflitos intraestatais e que demandavam atenção dos órgãos internacionais. Outros defendem que tais conflitos sempre foram existiram e o que mudou na verdade foi o interesse internacional em algumas regiões.

É preciso também considerar que:

o arrefecimento da preocupação com as questões de segurança que caracterizavam o período da Guerra Fria, tais como o equilíbrio entre as alianças militares opostas e os prospectos de uma guerra nuclear entre as superpotências. Aliado a isto, a violação sistemática dos direitos humanos – um problema recorrente nos conflitos intraestatais – é percebido cada vez mais como uma ameaça à segurança e à paz internacionais. (MELO, 2006, p.114)

Dessa forma, podemos entender que a evolução das missões de paz durante a Guerra obedeceu a uma série de fatores político e históricos, que eclodiram após o fim da bipolaridade. Uma vez que a bipolaridade limitava que diversos assuntos sequer ganhassem destaque ou fossem analisados a partir de uma visão ampla e sem as influências das rivalidades da época.

É válido salientar que as evoluções nas operações ocorreram de forma cumulativa, em que uma geração de missão foi sendo construída em cima da outra. (KENKEL, 2013). Dessa forma, como aponta Kenkel, é possível dividir essa segunda fase da evolução das missões em 4 gerações para além da primeira: i) missões de segunda geração, que trouxeram a abrangência de assuntos civis, para além dos conflitos bélicos-militares; ii) missões de terceira geração, que são caracterizadas pelo aumento do uso da força; iii) missões de quarta geração, que combinam o uso da força e as questões civis, de forma mais intrusiva; iv) as missões de quinta geração são apontadas como mais recentes e elas são representadas como híbridas, combinam tropas e pessoal policial sob o comando de tanto das Nações Unidas quanto de organizações regionais.

As gerações citadas anteriormente podem ser entendidas então como resultado da complexificação da agenda internacional, bem como o resultado de uma crescente preocupação com temas como os Direitos Humanos. Também o caráter multilateral das relações internacionais permitiu que novas representações surgissem, trazendo para superfície problemas que anteriormente ficavam obscurecidos por conta das preocupações da Guerra Fria. Por fim, não é a preocupação deste trabalho especificar qual a relação de subordinação entre o alargamento do conceito de paz e a evolução e eclosão das operações, mas sim mostrar que esses fatores estão correlacionados e merecem reflexão.

#### **4. Os países sul-americanos e as operações de paz no pós-Guerra Fria**

Durante a Guerra Fria a participação de países sul-americanos em operações de paz era basicamente moldada pelos conflitos políticos e ideológicos do momento histórico em questão, uma

vez que esses conflitos moldavam as relações políticas em geral. Os países da América do Sul, de modo geral, pendiam muito mais para o lado norte-americano de influência do que para o lado soviético. Isso porque ao menos desde 1940 os EUA entenderam que ter mais proximidade com a América Latina poderia ser um fator de peso tanto em questões internas quanto externas à política norte-americana e por isso já realizavam movimentos de aproximação para com a região como um todo e em contou também com um programa especial para a América do Sul (TOTA, 2000). Dessa forma, é possível entender que muitas das decisões das políticas externas dos países do Sul foram influenciadas pela dicotomia da Guerra fria, se aproximando mais da ótica norte americana.

Porém, com o final da Guerra Fria e com o rompimento da dicotomia de ideais e influências, ocorreram mudanças na agenda internacional que causaram aprofundamentos em algumas pautas. Os Estados Unidos precisavam se colocar de maneira ainda mais generalizada frente aos outros países, o que gerou momentos de distanciamento entre os sul-americanos e os norte-americanos. Havia agora a possibilidade de se definir agendas internacionais próprias, com uma maior possibilidade de independência política, também as missões passaram a se tornar mais complexas e mais dispendiosas.

Depois de 1989 houve um aumento expressivo de contribuição por parte dos países da América do Sul, fato que está relacionado também à explosão de missões neste período, foram pelo menos mais de 50 missões desde então. De acordo com Hamann (2018) a participação de países latino americanos aumentou 10 vezes entre 2000 e 2010 e os principais países contribuintes foram países da América do Sul. Isso evidencia não só o aumento da atuação das operações em diversas regiões, mas também o entendimento por parte dos países da região de que o engajamento nessas ações pode ser benéfico em diversos níveis para cada país.

Obviamente nem todos os países sul-americanos engajam no mesmo nível e como dito anteriormente, as motivações costumam a entender interesses próprios das agendas políticas dos países, ficando isso ainda mais claro a partir da década de 90:

Outro aspecto que vale destacar foi que, no período em questão, os países da região se engajaram de maneira heterogênea com as missões de paz. Pode-se separá-los em quatro grupos: os que se engajaram de forma volumosa e contínua, os que tiveram engajamento mediano, os que tiveram baixo engajamento e os que nunca se engajaram. (HAMANN, 2018, p.7)

Para melhor compreender as mudanças no engajamento por parte dos sul-americanos é preciso primeiramente observar que com o fim da Guerra Fria houve um distanciamento econômico entre Estados Unidos e América do Sul, que se estendeu às questões de segurança (HIRST, 2013; SAITO 2000). Os Estados Unidos voltaram a priorizar suas relações imediatas com seu entorno estratégico, mostrando maior interesse para com os países do Caribe e da América Central, em atitudes como a instauração, em 2002, do Comando do Norte e que foram somadas aos impactos na agenda hemisférica gerados pelo 11 de setembro.

Os países sul-americanos participaram de diversas intervenções, e até 2010, Argentina e Chile (HIRST, 2010) mostravam imenso interesse em manter e expandir as participações em missões de paz. Também é possível ver que Uruguai e o Brasil buscaram engajar de maneira mais constante. No caso brasileiro, há um interesse que aparenta cada vez mais ser crescente em operações de manutenção de paz, isso porque, desde a Era Lula e até pelo menos 2018, o Brasil busca projetar-se como uma potência regional de peso.

As contribuições latino-americanas são movidas por prestígio e pela busca de contribuir para a paz e seguranças mundiais e ainda oferecer desenvolvimento profissional e benefícios financeiros para seus militares. (MARCELLA, 2013) É importante notar que as participações sul-americanas em operações de paz ocorrem mesmo antes do 11 de setembro, mas é a partir desse momento em que irá ser buscada uma maior especialização e engajamentos cada vez mais volumosos em diversos tipos de missões. O Brasil é um país que contribui para operações de paz desde seus primórdios, mas é no contexto pós 11 de setembro em que as relações do Brasil e demais países da América do Sul com as missões de paz foram aprofundadas.

O mais importante sobre o engajamento militar em operações de paz é que muito além de ganhos monetários e projeção internacional, as operações permitiram um diálogo ainda mais profundo e especializado entre os países da região. A Argentina possui um centro regional de treinamento para o peacekeeping, o Brasil possui, distribuídos pelas suas forças, centros de treinamento especializados que recebem seus pares do continente sul-americano. O Uruguai, que juntamente com o Brasil lidera o número de enviados para as operações, também possui seu próprio centro de treinamento que recebe militares e civis de países amigos para treinamentos multiculturais. Para melhor elucidar a participação de países sul-americanos será agora mostrado um pouco melhor como se deu a contribuição da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

Em 4 de Julho de 2018, militares argentinos foram condecorados<sup>3</sup> pelas ONU por conta de sua contribuição para a Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP, em inglês). Os militares argentinos estão presentes nesta missão de 1993. Esta missão ocorre desde 1964, mas apenas após a Guerra Fria que a Argentina engajou de forma mais veemente nesta operação, tendo enviado mais de 16 mil militares para o Chipre.

Em 1995, a Argentina criou seu Centro de Treinamento Conjunto para Operações de Paz (CAECOPAZ, em espanhol), que serve para treinar militares para as operações de paz ao redor do mundo. A criação deste centro mostrou a preocupação do país com a participação qualitativa de seu

---

<sup>3</sup> Reportagem completa pode ser conferida em : <https://dialogo-americas.com/pt/articles/un-honors-argentine-blue-helmets>

contingente nas missões. Das 10 missões que a Argentina já engajou no pós-Guerra<sup>4</sup>, metade ainda continua ativa e o país possui o entendimento de que as operações são importantes para sua política externa, além de valorizar a participação dos observadores militares, policiais e outros (LIBRO BLANCO, ARGENTINA, 2001; 2015). Em 2018, a Argentina recebeu em seu centro de treinamento Chile e Paraguai para um treinamento de duas semanas referente à missão do Chipre. Isso mostra que além de ser um instrumento de projeção internacional para além do território, a colaboração com as missões de paz pode servir de oportunidade para a integração regional.

No caso do Chile, sua política de operações de paz foi definida em 1999 por meio de um decreto. Entretanto, o Chile, dentro dos países ABC-U, é o que menos contribuiu, pois o entendimento é que as operações são um empenho secundário do país. Ele esteve presente em missões de curta duração, dando pequenas, mas significativas contribuições para as forças de paz. Pode se entender então, que o Chile enxerga a missão de paz de uma forma mais secundária do que os demais países, e dado o texto do decreto, é possível concluir que engajar nas Missões de Paz é uma forma de um país se manter em certo nível de diálogo dentro da ONU e junto com países vizinhos.

O caso Uruguaio é bastante interessante, pois o país é reconhecidamente um dos países sul-americanos que mais contribuiu para os esforços de paz. O país busca desde 1980 participar de operações de forma expressiva e depois dos anos 2000 esteve presente em 14 missões<sup>5</sup>. Ainda, o governo Uruguaio entende as missões de paz como uma pauta importante de sua política externa, de modo que era assim colocada explicitamente no Marco de Defesa Nacional do país, desde 2010. Dessa forma, pode ser entendida que o Estado uruguaio compreende as operações de paz como um artifício valioso e consistente para os assuntos de defesa e política externa do país.

O Brasil também é outro caso interessante de participação. Esteve presente desde os primórdios das operações de paz e com a criação de seu Ministério da Defesa na década de 90, bem como os incentivos do Governo Lula para a projeção internacional de poder a sua contribuição tendeu a crescer e ganhar metas cada vez mais altas. As operações são neste momento compreendidas pelo país como uma ferramenta genuína para a projeção de poder, tanto dentro quanto fora de sua região. Há também de se lembrar que o país requisitou um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a importância que foi dada aos desdobramentos em missões pode ser entendido como um esforço para mostrar que tal pedido era válido e necessário.

Em 2004, o Brasil foi convidado para assumir a liderança da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e saiu apenas em 2017, quando seu último mandato foi

---

<sup>4</sup> Dado retirado da página do Ministério da Defesa do governo argentino, sem data de publicação. A lista completa de operações de paz que o País participou encontra-se em: <<https://www.argentina.gob.ar/proyeccion-al-mundo/operaciones-para-el-mantenimiento-de-la-paz>>, acessado em 15/09/2019.

<sup>5</sup> Dado retirado da base de dados na ONU: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

estendido. Foram 13 anos em que o país protagonizou uma participação em uma operação de paz. É possível também entender que, assim como outros países já citados aqui, o Brasil busca usar as operações como um instrumento para seus interesses. Nas últimas décadas o país tentou uma aproximação com o continente africano, fato que fica evidenciado em diversos falar dos diferentes governos da última década, como nas falas de o ex-Ministro Celso Amorim:

É uma busca da própria identidade do Brasil. É curioso. Eu já estive na África e é interessante notar as semelhanças com o Brasil na maneira de ser, de falar, na música. Eu senti por todos os países pelos quais passei na África, não só nos de língua portuguesa, que existe uma fome de Brasil. A África é um continente com muitos problemas. Agora, felizmente, pelo menos a parte sul está toda pacificada, tenta implantar o sistema democrático e isso facilita o desenvolvimento. É um continente de muita pobreza, evidentemente, mas não é estagnado. Há dinamismo e vontade de se fazer coisas. Eles têm de aprender muito, como nós também. Mas já passamos por um trajeto mais longo e temos muito a ensinar e também muito o que ganhar. Eu acho que há esse desejo de reencontro com nossas raízes, o que explica o porquê de tantos deputados, de tantas entidades da sociedade civil estarem tão interessadas nessa viagem do presidente. Existe uma oportunidade de cooperação econômica que será mutuamente proveitosa e ajudará a África a se desenvolver. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASIL)

Também na fala do ex-presidente Michel Temer:

Para o Brasil é especialmente oportuno que dediquemos esta cúpula à questão do desenvolvimento da África. O Brasil está ligado à África pela história, pela cultura e pelo sague. Não por acaso a aproximação com a África é para nós uma prioridade permanente (O GLOBO, 2018).

Essa tentativa de aproximação e a instrumentalização das missões para os objetivos de política externa transparecem nas missões de paz, ao ser observado que o Brasil atua predominantemente na África<sup>6</sup>.

Ainda de acordo com Hamann (2018) há uma preferência clara por parte dos países sul-americanos em atuar no entorno da própria região, evidenciando mais uma vez que, principalmente após a Guerra Fria, os países da América do Sul buscavam atender suas próprias agendas de política externa, segurança e defesa:

A maior contribuição militar para a MINUSTAH veio de Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, nessa ordem. Esses quatro países, sozinhos, responderam por mais de 50 por cento dos militares da MINUSTAH durante toda a missão. Tal porcentagem alcança a impressionante marca dos 70 por cento entre 2015 e 2017 por causa do processo de desmobilização dos outros contingentes e da permanência do batalhão brasileiro no terreno. (HAMANN, 2018, p.9)

Essa preferência também permite inferir que para os países sul-americanos há um entendimento de que as operações de paz realmente podem servir como um instrumento estabilizador e de segurança e por isso, quando há a necessidade, se opta por engajar dentro da região próxima.

Outro fator que se faz notar é que as cooperações sobre missões de paz não começam e nem se encerram em si mesmas. É um portal para o aprofundamento das relações em diversas outras questões que tocam os assuntos de segurança e defesa dos países da América do Sul (HIRST 2010). A partir do momento em que ocorreu uma liderança dentro da porção Sul do continente, que possuiu um trabalho

<sup>6</sup> Dados retirados da base de dados da ONU: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

reconhecido internacionalmente em uma missão de paz, ficou ainda mais evidente que os países precisavam dialogar e cooperar nos assuntos referentes à segurança, dentro e fora do complexo regional. Para Saito (2000) e Marcondes (2013) o fim da Guerra Fria e a busca por inserção nas operações ajudou a estabelecer canais de diálogos mais diversos e profundos sobre a própria segurança e paz regionais.

Ainda, a região possui um baixo investimento em defesa quando comparada a outras regiões do mundo (SIPRI, 2019), sendo os orçamentos pequenos para os setores voltados para defesa quase uma norma na região. Acontece que como uma região com muitos países em desenvolvimento, para que questões de segurança e defesa estejam em pauta é preciso alinhá-las a outras questões, que muitas vezes são alinhadas à busca por desenvolvimento. Nesse sentido, a participação nas empreitadas humanitárias da ONU se tornou uma interessante alternativa para trabalhar os assuntos de Defesa também no âmbito interno dos países.

## 5. Conclusão

Ao observarmos a primeira década pós Guerra Fria e os impactos do 11 de setembro podemos compreender melhor como a dinâmica das relações entre EUA e os países sul-americanos influenciaram nas relações entre os países do sul no pós-Guerra Fria, principalmente nos assuntos relacionados à segurança. Enquanto alguns países buscavam um alinhamento de extrema oposição aos EUA, como era o caso da Venezuela, especialmente após o ataque às torres gêmeas, outros buscaram manter uma posição mais neutra e pragmática, como o caso do Brasil.

Antes da década de 90 as operações de paz eram tratadas sob as rivalidades da ordem mundial da época. Isso acabava por limitar a atuação de alguns Estados e das próprias missões. Com o alargamento do debate de segurança e com o fim da Fria, as operações puderam atender uma gama maior de regiões e conflitos e assumiram novas configurações. Também passaram a incluir de forma mais diversa outras regiões, permitindo um debate realmente multilateral sobre paz e segurança.

Como dito anteriormente, o período após o 11 de setembro foi importantíssimo para impulsionar as vontades brasileiras no que diz respeito à sua projeção internacional. Não foi só o Brasil que teve sua agenda de segurança e defesa modificada ou moldada por conta do contexto referente ao ataque às torres gêmeas. Entretanto, a América do Sul é um local de relativa paz quando comparado a outras regiões, então o que tem se buscado é um direcionamento das políticas de defesa e de segurança para questões multilaterais e apoio de construção pacífica em regiões não pacificadas.

As operações começaram a ganhar um espaço de destaque no diálogo de defesa e segurança regional, a partir do momento em que, pós 11 de setembro, os EUA modificaram sua agenda, voltando a atenção de sua política externa para outros horizontes. Isso possibilitou que os países sul-americanos

expandissem sua própria rede de diálogos intracontinental e usassem seus esforços para a cooperação militar.

Até o momento, o auge da participação sul-americana nas operações foi a liderança brasileira na operação do Haiti, que deu um local de destaque não só para o Brasil, mas voltou os olhos do mundo para os países latino americanos da região sul. É evidente que um continente com países tão diferentes entre si, e que possuem historicamente inconstâncias em suas relações, cada um assuma suas próprias ambições, agendas e rivalidades.

Entretanto, isso não significa que não há espaços para diálogos. As operações de paz, inseridas num contexto pós-Guerra Fria, geraram na região tanto uma vontade de projetar e conquistar espaço frente as grandes potências quanto o movimento de voltar o olhar para a própria região em que estão inseridos. Mesmo que cada país contribuía dentro de seus próprios limites políticos, é inegável que há um movimento quase que total dentro do continente de se colaborar com as missões humanitárias da ONU. E, além disso, o movimento se torna ainda maior quando há possibilidade de se dialogar sobre o tema intraregionalmente.

Entretanto, as operações de paz não são as únicas ferramentas de diálogo regional. Elas podem ser encardas como mais uma ferramenta que contribuiu para o aprofundamento do diálogo regional. Há outros canais de comunicação pelos quais países da América do Sul dialogam. Por isso, deve ser levado em consideração que principalmente após a Guerra Fria, época em que as missões de paz ganharam mais destaque na região, as experiências geradas pelo emprego de esforços nas operações de paz da ONU são importantes para o aprofundamento do diálogo para além no âmbito das próprias operações e que a presença de países sul-americanos serviu para trazer destaque e uma nova perspectiva sobre segurança e paz na região.



## Referências bibliográficas

AGUILA, S. L. C. A Participação Sul-Americana nas Operações de Paz da ONU - Algumas Considerações. *Security and Defense Studies Review*, v. 12, n. 1, p. 99-116, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115404>>.

ARGENTINA. *Libro Blanco de la Republica Argentina*. Ministerio de Defensa. 2015.

CHILE, *Libro de la Defensa Nacional*. 2017. Disponível em: <https://www.defensa.cl/media/LibroDefensa.pdf>

EM NOTA, Militares chilenos se preparam para missão de paz no Chipre. *Diálogo-Americas*, 29 de Ago, 2018. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt/articles/chilean-service-members-prep-peacekeeping-mission-cyprus>. Acessado em: 13/09/2019

EM NOTA, *Temer fala em aproximação com a África e deixa cúpula do Brics antes da reunião com africanos terminar*. 27 de Jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/07/27/temer-fala-em-aproximacao-com-a-africa-e-deixa-cupula-do-brics-antes-de-terminar-reuniao-com-africanos.ghtml>. Acessado em: 12/09/2019.

GALTUNG, J. *Peace by peaceful means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. Londres, Sage Publications Ltd, 1996.

HAMANN, E. A participação da América Latina e do Caribe nas operações de Paz da ONU. *Revista Diálogo – Fórum das Américas*, Flórida, 2018, pp. 6-11. Disponível em: [https://dialogo-americas.com/application/files/7215/3133/6029/Dialogo\\_SPED\\_2018\\_Port.pdf](https://dialogo-americas.com/application/files/7215/3133/6029/Dialogo_SPED_2018_Port.pdf). Acesso em: 12/09/2019

HIRST, M. América Latina-EUA em tempos pós-Guerra Fria. *Rev. USP*, São Paulo, n84,2010,pp.27-37. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13782>. Acesso em 10/08/2019

KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, n. 1, 2003, pp. 122-143

MARCELLA, G. The Transformation of security in Latin America: A Cause for Common Action. *Journal of International Affairs*, vol 66, Nº 2, 2013, pp. 67-82. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/i24388278>. Acesso em 12/08/2019

MARCONDES, D. Regional defense integration and peacekeeping cooperation in the Southern Cone. In: KENKEL, Kai Michael. *South America and Peace Operations*. Londres e Nova York, Routledge, 2013, pp. 64-81.

MELO, R. B. C. L. *O Processo de institucionalização das operações de paz multidimensionais da ONU no pós Guerra Fria*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=ocorrencia&nrSeq=9540@1&nrseqoco=29945>. Acessado em 10/08/2019

SATO, E. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 43, n. 1, 2000, pp. 138-169. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em 19/07/2019

TIAN, N., et al. Trends in World Military Expenditure, 2018. In: *Sipri Fact Sheet*, 2019. SIPRI, Estocolmo, 2019. Disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/fs\\_1904\\_milex\\_2018.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/fs_1904_milex_2018.pdf). Acessado em 12/09/2019

TOTA, A. P. Uma verdadeira “fábrica de ideologias”: o Office of the coordinator of Inter-American Affairs. In: *O imperialismo sedutor. A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.



## CORREDORES BIOCEÂNICOS PERU-BRASIL: INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO VIA DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL

**Carlos Henrique  
Ferreira da Silva  
Júnior**

Bacharel em Defesa e  
Gestão Estratégica  
Internacional (UFRJ) e  
pesquisador voluntário  
no Núcleo de  
Avaliação da  
Conjuntura, da Escola  
de Guerra Naval.

**Resumo:** Compreendendo que o grande marco para a integração por infraestrutura regional na América do Sul deu-se a partir do início do século XXI, com o advento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o presente estudo busca contribuir com uma nova abordagem para a pesquisa que relaciona Integração Regional e Geopolítica na relação Brasil-Peru. Dessa maneira, diferente do que é tradicionalmente produzido, este artigo irá abordar o anseio da integração física por transportes através da perspectiva peruana, utilizando conceitos da sua projeção espacial e a construção da relação bilateral com o Brasil, portanto, além de uma nova perspectiva, conta ainda com um recorte temporal distinto. Dado o déficit de produção acadêmica nacional neste aspecto, utilizar-se-á, principalmente, a literatura peruana sobre o assunto. Caracteriza-se, portanto, como um estudo de caso instrumental, utilizando a premissa dos corredores bioceânicos como ponto de partida para questionar sua participação na projeção internacional do Peru.

**Palavras-chave:** Corredores bioceânicos; relações Brasil-Peru; integração regional; geopolítica do Peru.

**Abstract:** Understanding that the major milestone for regional infrastructure integration in South America came from the beginning of the 21st century, with the advent of the Initiative for the Integration of South American Regional Infrastructure (IIRSA), the present study seeks to contribute to a new approach to research relating Regional Integration and Geopolitics in the Brazil-Peru relationship. Thus, unlike what is traditionally produced, this article will address the desire for physical integration by transport through the Peruvian perspective, using concepts of its spatial projection and the construction of bilateral relationship with Brazil, therefore, besides a new perspective, it also has a distinct time frame. Given the deficit of national academic production in this aspect, the Peruvian literature on the subject will be used mainly. Therefore, it is characterized as an instrumental case study, using the premise of the bioceanic corridors as a starting point to question their participation in Peru's international projection.

**Keywords:** Bioceanic corridors; Brazil-Peru relations; regional integration; geopolitics of Peru.



## 1. Introdução

À luz dos anseios de integração regional na América do Sul, o presente trabalho pretende refletir sobre a construção de corredores bioceânicos, restringindo o estudo ao eixo Brasil-Peru. O estudo concentra-se nos corredores bioceânicos não só como recurso de integração e desenvolvimento regional, mas tende a questionar se de fato esse instrumento estabelece uma integração endógena ou exógena<sup>1</sup>.

Pontua-se também quanto ao recorte temporal deste trabalho. Com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a literatura preconiza o século XXI como tempo próprio para o aprofundamento do processo de integração regional na América do Sul, diante dos arranjos constituídos, especificamente, a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA). Dessa forma, de maneira a contribuir com a literatura e de favorecer o estudo da projeção peruana no anseio da integração no/do subcontinente e inserção internacional, optou-se por trabalhar as relações bilaterais com o Brasil construídas, em especial a partir da década de 1950 até o final da década de 1980. Reconhecendo que o estudo da Integração Regional por diversas vezes foca no anseio da projeção do líder regional percebido, entende-se que esta ótica fere a própria proposta deste arranjo geopolítico e geoeconômico de característica minimamente bilateral. Dessa forma, não serão abordados aqui projetos específicos da época, tampouco projetos da cartilha da IIRSA, mas sim as possibilidades de conexão entre os oceanos que cercam o subcontinente.

No que tange a metodologia, caracteriza-se como um estudo de caso instrumental<sup>2</sup>, com uma abordagem qualitativa, uma vez que se preocupa mais em compreender a dinâmica do projeto infraestrutural nos anseios das políticas externas dos países partícipes, e uma natureza exploratória, pois busca tornar o projeto de corredores bioceânicos mais explícitos, bem como considerar os aspectos relativos à sua construção, seja no que tange à integração regional e/ou na projeção internacional dos Estados.

Utiliza-se, portanto, da pesquisa bibliográfica, tanto de literatura especializada como da apreciação de publicações periódicas locais, e da pesquisa documental - em especial, documentos que norteiam a política externa dos países em questão, como manuais de geopolítica e o *Libro Blanco de la Defensa Nacional* do Peru. Contudo, ressalta-se aqui a lacuna acadêmica nacional quanto à produção

---

<sup>1</sup> Por “endógena”, entende-se uma integração do interior da região, “para dentro”; enquanto “por “exógena” compreende-se uma integração “para fora”, em que a visão de projeção para o espaço externo sobreponha a conexão do espaço interno.

<sup>2</sup> Segundo Yin (2001, *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60-61), um estudo de caso investiga um ou poucos objetos de maneira aprofundada, em vista de identificar novas descobertas que não foram percebidas nos primeiros estudos correlatos. De certa forma, tenta entender um determinado fenômeno em meio ao contexto em que está inserido. Quanto ao caráter instrumental, segundo Alves-Mazzoti (2006, p. 641-642), é aplicado quando “o interesse no caso deve-se à crença de que ele poderá facilitar a compreensão de algo mais amplo, uma vez que pode servir para fornecer *insights* sobre um assunto”. Ratifica-se, dessa maneira, o que a autora qualifica como um questionamento a uma assertiva amplamente aceita.

de pesquisa relacionada à visão dos países vizinhos sobre política externa, geopolítica, relações internacionais e demais assuntos correlatos. Ademais, ainda que tenha se recorrido a literatura peruana especializada, muitas produções não são disponibilizadas em formato físico ou digital. Dado o déficit de produção e a inviabilidade de acesso a determinadas obras que abordam a temática, contou-se, de forma especial, com a obra de Novak e Namihás (2013), que traça o histórico das relações bilaterais Brasil-Peru e que também estabeleceram um contato, ainda que intermediário, com outros autores locais.

Portanto, este trabalho partirá da argumentação de como os corredores bioceânicos se inserem dentro das dinâmicas do Estado peruano, desde seus anseios de projeção regional e internacional, à construção das relações bilaterais com o Brasil. Nesse sentido, a hipótese apresentada é que o discurso da integração regional representa uma estratégia de projeção internacional que não é exclusiva ao líder regional percebido – no caso sul-americano, o Brasil.

## 2. Integração regional e corredores bioceânicos

Para Herz & Hoffman (2004, p. 168 *apud* SANTOS, 2014, p. 59), “a integração pode ser definida como um processo ao longo do qual atores, inicialmente independentes, se unificam, ou seja, se tornam parte de um todo.”. Não necessariamente estes atores precisam ser governamentais, como as autoras exemplificam posteriormente, contudo, nesta proposta trabalha-se com atores estatais que possuem interesses em ganhos e em reduzir suas vulnerabilidades. Exposto isto, Chiarella e Cortegiano Junior (1995) percebem como argumento da integração o desejo nacional de inserção no sistema internacional, destacando na relação Brasil-Peru, o papel da Amazônia para além de região compartilhada, mas como via de comunicação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico.

Cabe reforçar aqui que não é do interesse deste trabalho descrever os pormenores dos diversos processos de integração, mas sim entender, dentro da dinâmica internacional e da relação Brasil-Peru, como esse arranjo surge e é construído ao longo do tempo. Segundo García Belaunde<sup>3</sup> (2015, p. 41), o esforço em prol da integração sempre fez parte da política externa peruana, quando Estado independente, tendo no Congresso do Panamá seu marco inicial – de certa maneira, o autor acredita que esse esforço cabia como uma estratégia para gerenciar os conflitos frente aos países vizinhos.

Portanto, se por um lado pode ser dito que a integração “é o resultado dos esforços dos países em prol do desenvolvimento” (CHIARELLA; CORTEGIANO JUNIOR, 1995, p. 27, tradução nossa) ou ainda que é um projeto multifacetado – portanto não se limita somente à aspectos econômicos,

---

<sup>3</sup> Ministro das Relações Exteriores do Peru (2006-2015).

como comumente é abordado – interessado na promoção de políticas que favoreçam tanto no desenvolvimento socioeconômico quanto na redução de desigualdades e assimetrias (SANTOS; DINIZ JÚNIOR, 2017), cabe aqui a provocação de Rodríguez Rey (2014, p. 169), que entende que no ambiente sul-americano a integração é mais próxima de um mito do que da objetividade dos Estados; baseada na argumentação histórica quanto à construção da região a partir de políticas coloniais de fragmentação administrativa e econômica, bem como de confrontação (coroas da Espanha e Portugal), e a combinação de uma geografia acidentada com tecnologias de transporte e comunicação atrasadas (CAVAROZZI, 1998, p. 3-4 *apud* RODRÍGUEZ REY, 2014, p. 169). García Belaunde (2015, p. 41, tradução nossa) reitera, afirmando que “nossa integração pareceu sempre uma homenagem, demasiadamente retórica, aos pais fundadores das nossas independências”.

Compreendendo que a América do Sul faz parte do tabuleiro geopolítico global, essa mesma região e os Estados que a compõem possuem anseio de inserção e autonomia na cena internacional – autonomia essa cada vez mais vulnerável dada as consequências, positivas e negativas, de uma interdependência complexa. Segundo Chuquihuara Chil (1995, p. 91, tradução nossa) “hoje se impõe uma nova visão que prioriza a projeção sul andina em direção à bacia amazônica como um objetivo estratégico do Estado peruano”. Também é do entendimento do autor o desejo brasileiro de acesso ao Oceano Pacífico, hoje denominado como a região econômica de maior dinamismo e crescimento. Concorda-se, então com Manuel Luis Rodríguez Uribe (2011) que destaca o século atual com grandes transformações econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e estratégicas, que não se limitam aos espaços terrestres, mas transbordam para as relações estatais através dos oceanos.

Exposto isto, apresentam-se enfim os corredores bioceânicos, que são instrumentos específicos na integração infraestrutural de transportes, podendo assumir diversos modais, tais quais: hidroviário, ferroviário, rodoviário, dutoviário e aéreo. Oliveira (2010) entende que os corredores são segmentos que ligam a área de produção e consumo, a partir de sistemas integrados entre dois ou mais modais. Como se tratam de corredores no eixo Brasil-Peru, a ligação bioceânica se faz entre o Oceano Atlântico, costeiro ao primeiro, e o Oceano Pacífico, costeiro ao último.

Dessa maneira, além da conexão ao longo da extensão territorial, os corredores bioceânicos apresentam uma abertura às realidades para além dos oceanos (INOSTROZA FERNANDÉZ; BOLÍVAR ESPINOZA, 2004). Reforça-se, portanto, que os corredores na América do Sul não só apresentam uma ponte do Brasil para a Ásia-Pacífico, tampouco do Peru para África e/ou Europa, mas também configuram um novo caminho entre as duas regiões exógenas, tal como acontece com o Canal do Panamá. Baseando-se somente na conceituação apresentada, reforça-se um caráter muito mais econômico-comercial dos corredores do que seu potencial integrador.

A partir disso, pode-se trabalhar com a conceituação de Rosas (2006), que estabelece a diferença entre corredor bioceânico e corredor comercial. Enquanto o primeiro é definido como uma faixa terrestre que, atravessa o continente, conecta duas costas oceânicas, a autora relaciona o segundo, citando Sahil (1995), aos eixos rodoviários que conectam regiões do interior do continente – pelas ramificações à via principal, por exemplo – com os portos marítimos. Esta definição de Sahil (*ibid*) de corredor comercial muito se assemelha aos corredores preconizados pela cartilha de projetos da IIRSA, que recorrem a intermodalidade, de maneira que possam otimizar a relação tempo x custo, e se aproximam mais de um caráter exportador.

De toda forma, Rosas (2006) contribui, singularmente, com a noção ultramarina dos corredores, relacionando o impacto das variáveis de custo e tempo até o porto da região além-mar na escolha do trajeto terrestre – consequentemente, isso influencia no modal a ser escolhido. Isto levanta um ponto trabalhado por Inostroza Fernández [200-?], que enxerga os corredores bioceânicos como objetos de política pública, não só pelo impacto no mercado nacional, regional e internacional, mas também pela influência em áreas relacionadas ao turismo, arqueologia e proteção ambiental, por exemplo, além da (re)distribuição espacial dos centros produtivos e, é claro, da população próxima ao trajeto ou que obstaculize o percurso.

Assim, quais são os caminhos que o Peru pode percorrer para alcançar a saída para o Atlântico e o Brasil para o Pacífico? Dentre as possibilidades, mencionar-se-á pelo menos duas interconexões que foram propostas ao longo das relações bilaterais: hidroviária e rodoviária.

Considerando os fatores citados – tais quais: (i) integração como desejo nacional e estímulo ao desenvolvimento regional; (ii) contrapeso da ausência de políticas efetivas para o estabelecimento da integração, configurando-a como “mito” ou “homenagem retórica”; (iii) necessidade de investimentos em infraestrutura de conexão regional, seja de transporte, comunicação e/ou energética; e (iv) a reinserção da região sul-americana no tabuleiro geopolítico, evidenciando que os movimentos primários de integração regional alcançaram um dos objetivos previstos no processo – a integração regional, em especial a construção dos corredores bioceânicos, deveria representar um projeto geopolítico de projeção internacional.

## **2. Relações Peru-Brasil: o início da iniciativa de integração bioceânica**

Como se estabeleceu inicialmente que o trabalho apresenta um recorte temporal anterior a IIRSA, é necessário elucidar como se construiu a relação bilateral dos principais atores estatais deste estudo: Peru e Brasil. Concorde-se que a IIRSA é um marco para a integração física sul-americana, mas se acredita que é necessário aprofundar a visão de associação de ambos os Estados mencionados,

bem como entender de onde surge essa necessidade e/ou possibilidade da integração bioceânica, especialmente na perspectiva do país andino.

Para Novak e Namihas (2013, p. 11), as relações entre Peru e Brasil passaram por uma evolução claramente pragmática, do ponto de vista peruano, a fim de internalizar os ganhos dessa aproximação. Iniciada em 1826, no Congresso do Panamá, basicamente estava estabelecida em dois pontos: a definição dos limites, uma vez que ambos eram recém independentes de suas metrópoles – Espanha (1821) e Portugal (1822), respectivamente –, e a livre navegação peruana pelo Amazonas, que viria a ser conquistada, de maneira inicial, com a Convenção Fluvial de 1851.

A partir do exposto, podem-se identificar as primícias da percepção peruana sobre sua bioceanidade, que havia sido negligenciada, de certa forma, desde a coroa espanhola - a metrópole do país andino de 1532 a 1821 -, que pouco avançou sobre o território amazônico (*Ibid.*, p. 22-23). Considerando a época, o modal fluvial era o grande facilitador da comunicação entre os centros do território estatal e do comércio internacional; portanto, segundo Ulloa (1997, p. 277-278 *apud* NOVAK; NAMIHAS, 2013, p. 26), como o Brasil era o detentor da parte baixa e navegável do rio Amazonas, isso dava-lhe a vantagem na expansão e exploração sobre o condomínio amazônico. O autor ainda ressalta que “o trânsito pelo Amazonas era, pois, uma necessidade vital do leste peruano” (*Ibid.*), dessa forma atribuindo um caráter geopolítico sobre essa via de comunicação.

Nogueira (2015, p. 75-76) também destaca esse fator geopolítico dos rios, trazendo-o ainda como um fator de divergência entre os Estados da América do Sul:

Controlar as nascentes, bloquear as saídas ou expulsar um rival de uma margem, grande parte da afirmação do poder dos Estados construiu-se em torno dos grandes rios e das suas bacias. Para o Brasil, por exemplo, a bacia Amazônica foi (e é) percebida como uma reserva de imensas riquezas naturais, pelo que desde muito cedo envidou esforços para dela afastar o mais que pode os outros Estados que com ele fazem fronteira. Mas igualmente esses Estados, não só procuraram contrariar a pressão brasileira como também disputar entre si o domínio de porções da bacia amazônica. Foi o que aconteceu entre a Venezuela e a Colômbia, entre esta e o Peru e entre este e o Equador.

A relação entre ambos ganhou importância especialmente após 1909, com o Tratado de Velarde-Rio Branco, que definiu as fronteiras entre ambos, conforme traçado pela Convenção de 1851, e que só teriam sua demarcação finalizada em meados de 1927. É importante ressaltar que, durante a primeira metade do século XX, o papel mediador do Brasil em questões peruanas com seus outros vizinhos, Chile, Colômbia e Equador<sup>4</sup>. Neste ponto, fica evidente o papel da política externa brasileira na construção da imagem protagonista do país no subcontinente.

Apresentados os fundamentos da relação bilateral – livre navegação pelo Amazonas e demarcação das fronteiras – iniciada no século XIX e avançando pela primeira metade de século XX,

<sup>4</sup> Mediação nos conflitos até metade do século XX: Peru x Equador (1910 e 1941); Peru x Chile (1910); Peru x Colômbia (1922 e 1932).



tomam-se como ponto de partida principal para a análise as relações Brasil-Peru a partir da década de 1950, tendo em vista os contextos para sua integração regional e bioceânica. De acordo com Costa (1988, p. 54-55 *apud* NOVAK; NAMIHAS, 2013, p. 51), foi neste período, por intermédio das condições de industrialização brasileira e do processo de consolidação da sua integração territorial, baseada na expansão amazônica e na modernização do sistema viário, preferencialmente rodoviário, que a agenda bilateral entre os países ganhou maior dinâmica.

O período da década de 1940 à década de 1950 marca uma reviravolta no estudo das Relações Internacionais, vide o fim da II Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Também neste período, tem-se o marco para o estudo da Integração Regional, o que seria definido posteriormente com a formação de blocos econômicos e políticos regionais, em especial, a partir de abril de 1951, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), por meio do Tratado de Paris (MALAMUD, 2012).

Cabe observar que essa década de transição é marcada pela reorientação da preocupação dos Estados com a ordem econômica mundial, como pode ser observado os Acordos de Bretton Woods e na polarização sistêmica entre os promotores do capitalismo e do socialismo, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente. Para Alcalde Cardoza (2015), o período compreendido entre 1950 e 1973 pode ser considerado como a era de ouro da economia mundial moderna, devido às taxas de crescimento e arranjos internacionais que estimulavam a interdependência entre os países.

Todavia, de acordo com Magnoli (2004), o movimento europeu de integração regional, já com a constituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o Tratado de Roma, de 1957, não foi percebido pela América Latina (AL) como a contenção geopolítica à projeção soviética no Ocidente, mas como um modelo de desenvolvimento autônomo em meio ao capitalismo preconizado pelos EUA. Sobre isso, Sau Aguayo (2011, p. 23, tradução nossa) comenta que:

[...] os países latino-americanos se protegiam dos efeitos da Segunda Guerra Mundial na economia internacional e nas suas próprias economias nacionais com a estratégia cepalina de substituição de importações e com o desenvolvimento voltado “para dentro”, como vimos anteriormente. Somente quando a economia mundial recuperou sua dinâmica e, conseqüentemente, a estratégia de substituição de importações dava sinais de obsolescência, a América Latina revitalizou sua inserção na economia internacional e começou a pensar na integração econômica no início da década de 60.

Ainda que o cenário internacional possibilitasse a aproximação na relação Peru-Brasil, bem como o cenário local, com a interiorização de ambas as populações e a aparente vontade política (MENDIBLE ZURITA, 2015, p. 555), por exemplo, até o final da década de 1960, pouco se produziu efetivamente em matéria de integração física a partir dessa relação. Durante essa década, a ditadura militar instaurada no Brasil, em 1964, causou, em um primeiro momento, um distanciamento com os

países do seu entorno - dado o ressurgimento de temores geopolíticos e de segurança nacional, centrados no perigo comunista, bem como a expansão amazônica brasileira e o alinhamento aos EUA (VIZENTINI, 2012).

A ditadura que surgiu no Peru, em 1968, quando o general Juan Velasco Alvarado depôs o então presidente Fernando Belaúnde Terry, enfrentou contrabalanços com o Brasil em alguns momentos. Se para Mendible Zurita (2015, p. 588), a partir do período em que o general Emílio Médici foi presidente, em 1969, existiriam pontos em comum para a relação bilateral, como a “cooperação para o desenvolvimento e a defesa das 200 milhas marítimas; a cooperação para o desenvolvimento e a existência de uma fronteira comum como a Amazônia”, estes são descritos por Novak e Namihas (2013, p. 56-57) como “aproximações esporádicas e pontuais”, uma vez que enxergam que o comando do Brasil sob o então chefe do Serviço Nacional de Informações, aprofundou o distanciamento entre os países.

O período de transição da ditadura militar brasileira para o regime civil, projeto do penúltimo governante militar, general Ernesto Geisel (1974-1979), abriu a política externa do Brasil a uma aproximação maior da América do Sul, seu centro gravitacional de influência. Vizentini (2012) confirma isso ao apresentar a ação da política externa do chanceler Antônio Azeredo da Silveira, denominada como Pragmatismo Responsável e Ecumênico, para a América do Sul, com o abandono da retórica de grande potência e da internacionalização da Amazônia.

Segundo Hoyle (1995, p. 115),

(...) na década de 70, a política exterior brasileira - ‘Itamaraty’ - propõe o desenho de uma nova orientação que crie condições favoráveis à cooperação nos campos econômicos, científico-tecnológicos e de integração físico-rodoviária no espaço amazônico, propondo aos seus vizinhos um acordo subregional para a cooperação que, ao tomar forma, constitui o ‘Tratado de Cooperação Amazônica’, assinado na cidade de Brasília em 3 de julho de 1978.

Para Novak e Namihas (2013, p. 58) a postura do último governante militar peruano, o general Francisco Morales Bermúdez (1975-1980), também comprometido com a transição para um governo civil e alterando o modelo socioeconômico de desenvolvimento peruano, contribuiu para a aproximação entre os países, reconhecendo que é o Brasil que irá desempenhar o papel de liderança na América do Sul (COSTA, 1988, p. 60-62 *apud* NOVAK; NAMIHAS, 2013, p. 58).

Posteriormente, a década de 1980 foi marcada pela crise da dívida, consequência da elevação dos juros internacionais dos empréstimos bancários concedidos aos países em desenvolvimento (MAGNOLI, 2004, p. 233). Para Vizentini (2012, p. 62), “a crise da dívida” constituía um instrumento de pressão contra a política econômica desses países e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil”. Mendible Zurita (2015) ressalta esse evento como o ocaso do governo militar no Brasil, que só viria a terminar em 1985.

Para o Peru, que voltava a um governo democrático no início da década, com o segundo mandato de Fernando Belaúnde, anteriormente deposto pela Junta Militar, esse período foi de aprofundamento das relações bilaterais. No campo econômico, registrou-se um aumento de 123% no comércio bilateral entre os períodos de 1974-1978 (US\$ 559 milhões) e 1978-1984 (US\$ 1,245 bilhão); e no campo diplomático-militar, a reação mediadora do Brasil à invasão do território peruano por parte do Equador vista com mostras de confiança histórica (NOVAK; NAMIHAS, 2013). Ponto importante desse aprofundamento, que deve ser destacado para o propósito deste trabalho, é a Declaração Conjunta de 26 de junho de 1981, quando da visita oficial ao Peru do então presidente do Brasil, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Merecem destaque o seguinte trecho e a **Figura 1**, para melhor ilustrar:

O Presidente do Peru salientou a conveniência de uma interconexão entre as regiões das bacias do Orinoco, do Amazonas e do Prata, por meio de um sistema misto de vinculação, no qual as redes viárias do Brasil e do Peru constituam os eixos principais de integração.

O Mandatário peruano expôs que, a esse respeito, seu Governo estava realizando trabalhos internamente, e que havia sido estabelecido contato com a OEA, para concretizar uma iniciativa destinada a celebrar uma reunião em Lima, em outubro próximo, dos países interessados na mencionada proposta de interconexão de bacias, na qual se estudariam a projeção e possibilidades de tal proposição.

O Presidente do Brasil acolheu com especial interesse a iniciativa peruana e informa que seu país participará da projetada reunião de outubro próximo em Lima. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - BRASIL, 1981, p. 48).

**Figura 1 – Interconexão fluvial das bacias hidrográficas**



Fonte: CASTRO CONTRERAS (1996).

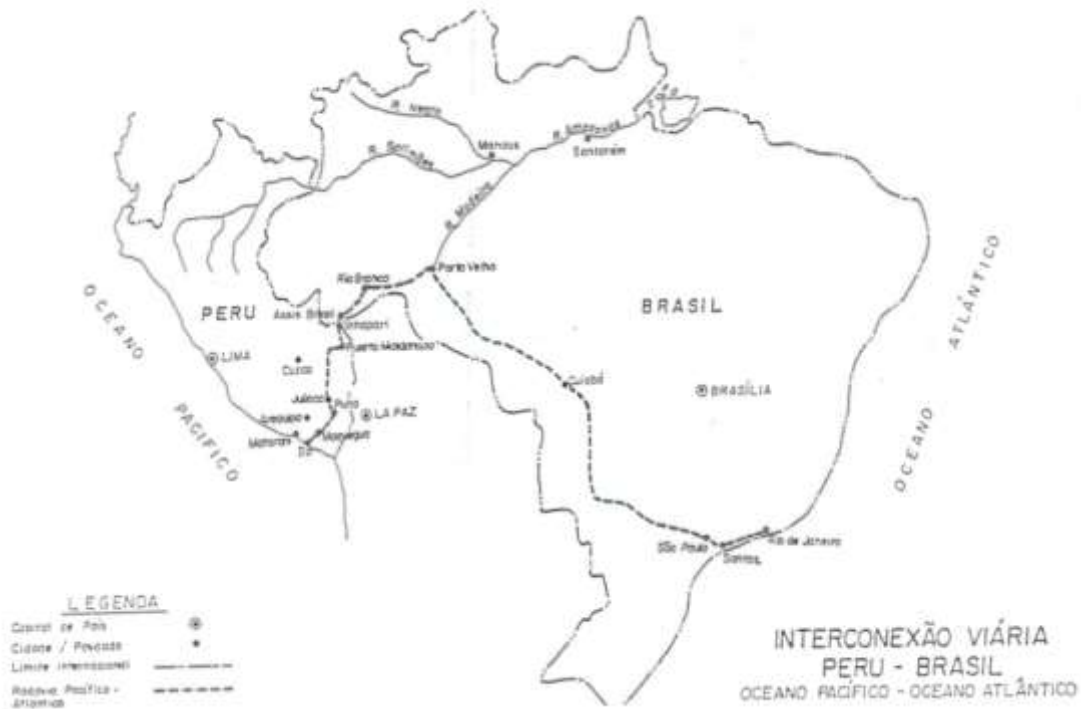
Segundo Novak e Namihas (2013), este ponto é considerado por alguns como predecessor ao que seria a IIRSA, firmada 20 anos depois. Além da declaração, 12 acordos foram assinados, entre eles o Acordo de Interconexão Rodoviária, que considera a interconexão viária e a facilitação de transportes, previstas no Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre (1977), e o vínculo de cooperação do Tratado de Cooperação Amazônica (1978), para então justificar a interconexão dos sistemas rodoviários entre Brasil-Peru, prioritariamente, entre Assis Brasil (Acre/BR) e Iñapari (Madre de Dios/PE). Em junho de 1984, quando da visita do presidente peruano ao Brasil, essa interconexão foi reforçada em mais uma declaração conjunta. Observa-se aqui a espinha dorsal para a integração entre os dois países: a Amazônia.

Em 1985, tem-se então o fim da ditadura no Brasil, com o presidente civil José Sarney<sup>5</sup>, e o segundo presidente peruano pós-ditadura militar, Alan García Pérez. A política externa brasileira toma forma de um projeto universalista, consolidando a América do Sul (e Latina) como prioridade e sob sua liderança (VIZENTINI, 2012; NOVAK; NAMIHAS, 2013). Em relação aos mecanismos de aproximação entre ambos os países, além dos incentivos à conexão Assis Brasil-Iñapari; contudo, destacam-se a Declaração de Rio Branco sobre promoção do desenvolvimento fronteiriço, de julho de 1987, bem como o Programa de Ação de Puerto Maldonado, que propunha a conexão bioceânica entre Santos (Brasil) e Ilo (Peru), através do Iñapari (NOVAK; NAMIHAS, 2013, p. 68) - ver **Figura 2**.

---

<sup>5</sup> Tancredo Neves fora o presidente eleito, contudo, foi internado às pressas e fez uma operação de emergência. Quem tomou posse em seu lugar foi o vice, José Sarney, ex-presidente do Partido Democrático Social (PDS), partido que apoiava a ditadura. Tancredo foi declarado morto em 21 de abril daquele ano.

Figura 2 – Interconexão rodoviária Ilo-Santos



Fonte: HOYLE (1995).

Para Hoyle (1995), a interconexão mencionada acima era de interesse endógeno e exógeno à região. Quanto ao primeiro, o autor destaca o próprio Brasil, que ganharia com a rota uma competitividade maior na exportação de seus produtos locais (madeira, minérios e grãos) por conta do custo do frete, que seria barateado. Os mercados de destino seriam a Costa Oeste dos EUA e Ásia, de onde vinha o interesse exógeno, mais especificamente o Japão, visto que as importações de madeira tropical deste país somavam US\$ 450 milhões/ano. Amayo Zavallos (1995, p. 71, tradução nossa) confirma afirmando que:

No Brasil está generalizada a ideia de que a rodovia tem que servir para levar sua produção ao Pacífico, para assim economizar, ao fazê-la chegar ao Japão, ao Noroeste asiático e a costa ocidental dos EUA a preços mais competitivos.

Neste momento, não só as relações Brasil-Peru, mas especialmente elas para a finalidade deste trabalho, estão inseridas num contexto global onde a gravitação da economia global é transferida do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico<sup>6</sup>, em especial o Noroeste asiático e, especificamente, o Japão<sup>7</sup>. Amayo Zavallos (1995, p. 40) reforça esse vínculo entre o gigante da América do Sul e o país

<sup>6</sup> Em maio de 1989, é assinada a Declaração Conjunta de Manaus, onde os chefes de Estado do Brasil e do Peru reconhecem essa gravitação e mencionam a possibilidade de cooperação voltada à bacia do Pacífico (NOVAK; NAMIHAS, 2013, p. 69).

<sup>7</sup> Atualmente, o centro de gravidade do oceano Pacífico é a China, que não se furta de atuar em prol da integração bioceânica na região, vide seus próprios interesses e necessidades, conforme mencionados na seção anterior.

andino ao indicar este como saída natural, por ser a distância mais curta entre a massa continental amazônica brasileira e o Pacífico, além da costa peruana ser a parte mais ocidental do subcontinente, portanto, mais próxima do Noroeste asiático.

A possibilidade da rodovia como modal para o corredor bioceânico também despertou oposição, em especial, dos EUA, pois entendiam o caráter estratégico da via. Segundo Amayo Zevallos (1995, p. 42-43), a rodovia diminuiria a importância do Canal do Panamá, inaugurado em 1914, bem como tornaria ultrapassada qualquer remodelagem do Canal. Contudo, até hoje, somente cerca de 50% das estradas na América do Sul são asfaltadas (RUCKERT; CARNEIRO, 2018, p. 3). Além disso, foram levantados outros problemas quanto à construção da rodovia interoceânica, tais quais: (i) a variedade natural peruana que, apesar de ocupar somente 0,87% da superfície de terra, abriga 84% das zonas de vida do mundo; (ii) a adaptação de trabalhadores não andinos num ambiente de grandes alturas, por grandes períodos; (iii) a limitação tecnológica; (iv) os impactos sobre sítios arqueológicos desconhecidos; e (v) insegurança com os remanescentes do Sendero Luminoso e com o narcotráfico, que sempre foi um subterfúgio estadunidense para intervir na região (AMAYO ZEVALLOS, 1995, p. 59-69).

### 3. Projeção peruana

O estudo da Geopolítica, propriamente com este nome, foi iniciado na primeira década do século XX. Cabe ressaltar que nesta seção não será feita uma linha histórica do processo de definição da Geopolítica, embora se reconheça a importância de cada abordagem. De forma a contribuir para a literatura, serão feitas menções aos estudiosos locais, bem como as percepções de autores estrangeiros sobre a geopolítica peruana.

Child (1985), por exemplo, considera que o Peru, diferentemente da Argentina, do Brasil e do Chile, apesar de não ter construído uma “escola geopolítica” elaborou sua política externa aprofundando-a em temas de relevância geopolítica para o país. O autor identifica que o Peru construiu um pensamento geopolítico, baseado na preocupação com as fronteiras e os países vizinhos, as reivindicações marítimas, o uso do espaço amazônico e o conceito de segurança integral, que estabelece uma conexão entre o desenvolvimento (com inclinações sociais) e as premissas em segurança.

Para aprofundar neste pensamento geopolítico peruano, é necessário enxergar a espacialidade do país: andino, marítimo (costeiro ao Oceano Pacífico), amazônico, antártico e bioceânico (CASTRO CONTRERAS, 1996). Exposto isto, o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) peruano entende a geopolítica como a ciência que estuda a influência da geografia no destino do Estado, oferecendo

critérios para “a melhor ocupação do território nacional e para exploração dos recursos naturais, bem como na identificação das áreas de interesse estratégico” (MOROTE SOLARI<sup>8</sup>, 1987, p. 13, tradução nossa).

Corroborando com a primeira parte da definição elaborada pelo CAEM, quanto à ocupação territorial e à exploração dos recursos, o Livro Branco de Defesa do Peru<sup>9</sup> (2005) aborda a geografia peruana quanto à constituição do seu território, dividindo-o em três regiões: a Costa (entre 11 e 12% do território), a Serra (entre 27% e 30%) e a Selva (entre 59% e 61%). É interessante notar que Nogueira (2015) considera as mesmas regiões mencionadas como regiões geopolíticas naturais, cada qual com sua atividade produtiva específica, seu clima e relevo distintos e sua formação e expressão cultural. Sobre isso, Borges Neto (2015, p. 186-187) recorda uma herança desde o Império Inca<sup>10</sup>, que se estendeu à condição de Vice-reinado do Peru, quando colônia espanhola, e continua até os dias atuais. O autor correlaciona a distribuição populacional<sup>11</sup> peruana com a ausência de integração entre as províncias do povo original, ou seja, a concentração da população na Costa - e aqui adicionam-se as atividades econômicas de maior importância - esvaziou o interior do território, resultando numa falha integração nacional e no temor expansionista dos países vizinhos, sobretudo o Brasil na região amazônica.

**Tabela 1 – Distribuição espacial da população peruana, por ano de censo, segundo região natural (1940-2017)**

REGIÓN NATURAL	1940	1961	1972	1993	2007	2017
Total	6 207 967	9 906 746	13 538 208	22 048 356	27 412 157	29 381 884
Costa	1 759 573	3 859 443	6 242 993	11 547 743	14 973 264	17 037 297
Sierra	4 033 952	5 182 093	5 953 293	7 668 359	8 763 601	8 268 183
Selva	414 452	865 210	1 341 922	2 832 254	3 675 292	4 076 404

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA (2018).

<sup>8</sup> Coronel do Exército peruano (reformado).

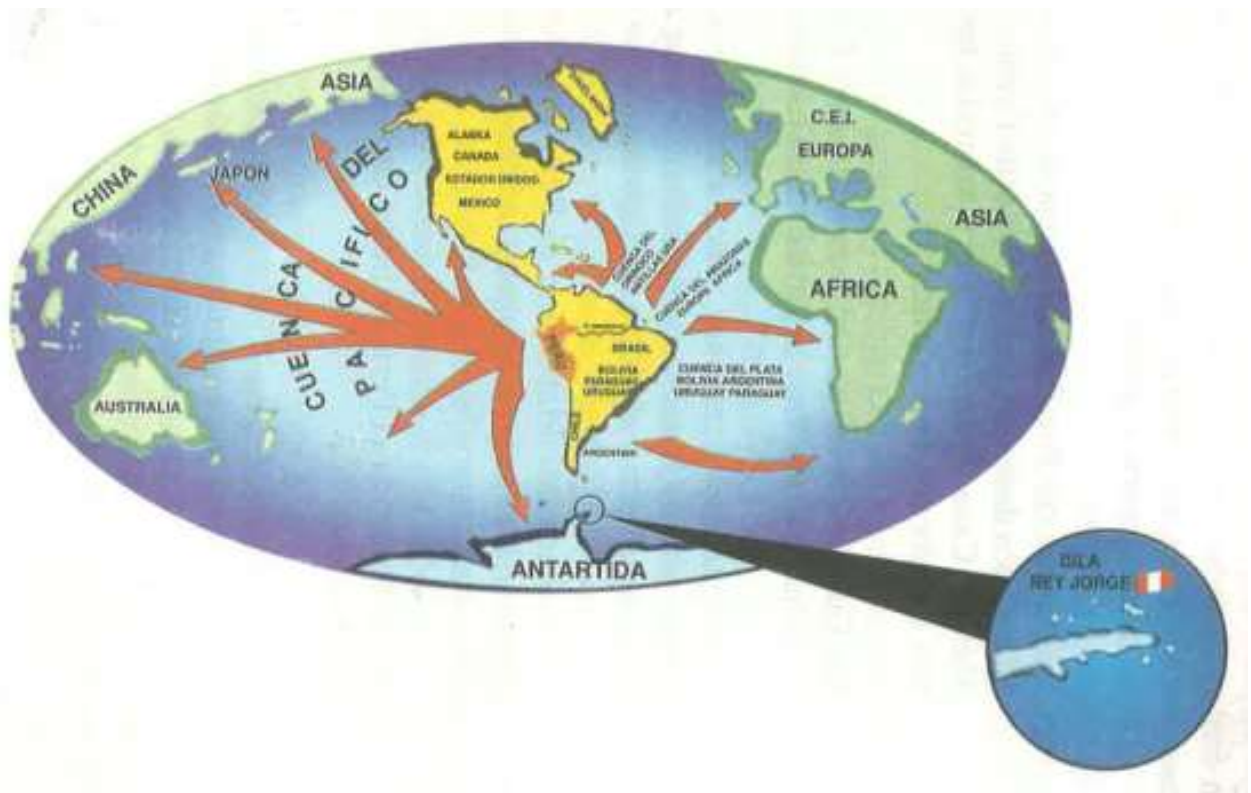
<sup>9</sup> Documento oficial que explicita a visão do país - objetivos e políticas - sobre os temas de Defesa e Segurança.

<sup>10</sup> Povo que ocupava a costa andina antes do processo de colonização.

<sup>11</sup> Segundo o Instituto Nacional de Estadística e Informática (2018), no censo referente a 2017, a distribuição populacional peruana estava configurada da seguinte maneira: 58% na Costa; 28,1% na Serra e 13,9% na Selva.

Quanto à identificação das áreas de interesse, Castro Contreras (1996, p. 70-71) enfatiza que a localização peruana andino-amazônica, bem como sua posição marítima contribuem para o que ele chama de uma Nova Visão Geoestratégica<sup>12</sup> do Peru. Dessa forma, o posicionamento global do Peru a partir do seu interesse nacional<sup>13</sup> permite a comunicação com as bacias do Pacífico, do Orinoco, do Amazonas e do Prata, além da Antártida, como pode ser visto na **Figura 3**.

**Figura 3 – Nova Visão Geoestratégica do Peru**



Fonte: CASTRO CONTRERAS (1996).

Mercado Jarrín (1998), citado por Borges Neto (2015, p. 201-202), reforça a posição central do Estado peruano em relação à Bacia do Pacífico, na sua porção sul, como via que favorece a projeção do Mercado Comum do Sul<sup>14</sup> (MERCOSUL) em direção aos vizinhos andinos. A via de conexão, neste caso, deveria ser estimulada em direção ao polo Ilo-Matarani (litoral peruano), partindo de dois

<sup>12</sup> Segundo o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (2010), a geoestratégia estudará quais são os meios adequados, incluindo os meios militares, para se obter um melhor resultado diante de uma determinada situação. Ainda, correlaciona a política exterior com raízes geográficas e uma estratégia militar para executá-la. Portanto, percebe-se uma relação da visão do autor com o conceito de segurança integral do general Mercado Jarrín, descrito por Child (1985).

<sup>13</sup> Para o autor, o interesse nacional é uma temática importante para avaliar a concepção geopolítica peruana. A visão estática da geografia mundial, que secundariza, por assim dizer, a posição peruana, não favorece na construção do pensamento de projeção global do Peru.

<sup>14</sup> Projeto de integração regional, especialmente econômico e comercial, concebido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir do Tratado de Assunção de 1991.



pontos distintos do Brasil, São Paulo - julga-se Santos como o ponto de origem específico, apesar do autor não o mencionar - e Assis Brasil-Rio Branco/Acre.

Chiarella e Cortegiano Junior (1995), por outro lado, são contrários ao Corredor Transoceânico<sup>15</sup>, proposta de conexão Rio Branco/Acre-Puerto Maldonado/Madre de Dios-Ilo/Moquegua, justamente a segunda defendida por Mercado Jarrín, pois consideram que esta atende mais ao Brasil quanto à exportação de soja para o mercado asiático e a inserção de seus produtos no mercado andino. Como alternativa, os autores consideram uma via férrea, economicamente mais favorável e menos agressiva ambientalmente. De toda forma, entendem que a verdadeira integração viária entre os dois países deveria alcançar a interdependência de seus mercados, bem como ser conjugada por um projeto multimodal, favorecendo as rodovias já construídas e investindo em ferrovias e hidrovias.

Para este trabalho, destaca-se a bioceanidade peruana vide suas saídas naturais para os oceanos Pacífico, a partir da sua costa, e Atlântico, por meio do Rio Amazonas que tem sua nascente dentro do Andes peruano. Castro Contreras (1996) ratifica o caráter geopolítico do rio Amazonas, pois ele que materializa a bioceanidade do país. Morote Solari (1987) vai além, pois entende que a saída para o Atlântico deve, também, partir por dentro do próprio território nacional e, conseqüentemente, através do território sul-americano. Enquanto este enxerga a natureza sensível do Canal do Panamá, por ser um ponto altamente estratégico, e do longo caminho pelo Estreito de Magalhães, no extremo sul do continente, àquele identifica o valor do rio Amazonas como redutor das vulnerabilidades que as outras duas vias carregam consigo.

Morote Solari (1987) também reforça um ponto que nos lança a visão de integração regional que deve ser inerente aos corredores bioceânicos: vias terrestres de penetração complementando a saída natural. Conta, portanto, com saídas naturais e multiplicando as possibilidades com saídas “artificiais”, observa-se que os corredores são uma estratégia de irradiação peruana no subcontinente e fora dele.

#### **4. Conclusão**

O objeto selecionado para esta pesquisa, ou, ao menos, o objeto central, foi o corredor bioceânico. Sem distinção do modal ou restrição de localização do mesmo, o principal objetivo deste trabalho consistiu em entender se, de fato, os corredores bioceânicos representam um projeto de integração “para dentro” da América do Sul, especialmente entre o Brasil e o Peru, ou “para fora”,

---

<sup>15</sup> Além deste, os autores citam outros dois corredores: o Corredor Biocênico, conjugado pelos rios amazônicos e mudando para rodovias, com o objetivo de chegar aos portos de Bayóvar e Paíta, no Norte do país; e o Corredor Transamazônico, totalmente rodoviário, ligando Cruzeiro do Sul/Acre-Pucallpa/Ucayali-Callao.

constituindo-se em corredores de exportação.

Considerando o marco temporal, este trabalho apoiou-se nas relações bilaterais Brasil-Peru e nos anseios geopolíticos do último relacionados à integração regional, utilizando os corredores bioceânicos como recurso de interconexão. A definição amplamente aceita para os corredores é a conexão viária entre duas costas oceânicas. Contudo, como alguns autores conceituaram os corredores como faixas de conexão terrestre entre duas costas oceânicas opostas, cabe a crítica a esse tipo de definição, dadas suas limitações.

A bioceanidade, para além de instrumento a favor da integração regional, representa uma característica espacial do Estado peruano. Deve, então, ser entendida não só como uma realidade natural, mas como uma construção política em três momentos: (i) na conquista da delimitação das fronteiras com os países vizinhos, bem como no seu livre e soberano acesso ao rio Amazonas (ainda que compartilhado com as demais nações do condomínio amazônico), no início do século XX; (ii) na pragmática mudança de visão em relação ao Brasil, que se até a década de 1980 era visto como expansionista, principalmente em relação à Amazônia, fora reconhecido como aquele que assumiria a liderança regional; e (iii) na percepção do próprio papel do Peru no sistema internacional, como aquele a ser o pivô de ligação entre os dois polos marítimo-econômicos.

Observa-se, portanto, que em meio às transformações das relações internacionais, que ainda acontecem, a proposta do corredor bioceânico também é alcançada pelos reflexos das tendências político-econômicas do sistema internacional, das possibilidades regionais e das pretensões nacionais. Em um primeiro momento, a livre navegação do rio Amazonas era matéria fundamental na relação bilateral, não só por ser o país com o segundo maior território amazônico – atrás do Brasil – e por ter a nascente do mencionado rio, mas por reconhecê-lo como sua saída natural para o Atlântico, região de maior intensidade econômica. Entretanto, percebe-se também que a visão de projeção peruana seguiu (e segue) acompanhando a mudança pendular dos eixos econômicos no cenário internacional, quando a atração do mercado asiático voltou a projeção para o seu posicionamento em relação ao Oceano Pacífico, já na segunda metade do século passado até os dias de hoje.

Além do exposto, existiu o consenso dentro do pensamento geopolítico peruano, à época, de que a construção dos corredores bioceânicos no eixo Brasil-Peru deveria levar a uma verdadeira integração de ambos os territórios, ou seja, deveria ter sentido em integrar o interior em prol do desenvolvimento, e não só uma ligação da costa Pacífica à costa Atlântica. Ressalta-se, nesse contexto, que a bioceanidade é, por si só, uma característica integradora (física) na América do Sul. Adicionalmente, é importante reconhecer o papel integrador dos oceanos, que também são vias de comunicação. Assim sendo, reforça-se o que foi exposto sobre os corredores também serem pontes

ultramarinas, uma vez que mesmo que os oceanos não proporcionem uma integração física entre dois continentes, eles surgem como a via de contato entre as duas massas terrestres.

Dessa forma, caminhando para o desenlace deste estudo e alinhado com o tempo presente quanto à integração física na América do Sul, percebe-se a grande correlação entre a Geopolítica, Geoeconomia e Integração Regional, como campos de estudo, nesta temática. Nota-se, portanto, que as percepções das potencialidades do território peruano, por sua própria parte, alimentaram o anseio da integração regional para além de um discurso ufanista, ponderando as vantagens que cada possibilidade poderia trazer. Portanto, para a proposta específica deste trabalho, entende-se que a integração com o Brasil por via dos corredores bioceânicos assume um caráter exógeno em detrimento do endógeno, por perceber sua posição geopolítica como a plataforma de conexão entre as economias do Atlântico e do Pacífico.

Fica evidente, contudo, que, assim como o sistema internacional transformou-se em meados do século XX, tornando a integração uma estratégia de sobrevivência e reinserção dos Estados, a guinada neoliberal do final do século passado também transformou essa mesma estratégia. Cabe refletir, e aqui abrem-se novas possibilidades de estudo, bem como o aprofundamento deste, como as atuais políticas de integração regional refletem as potencialidades geopolíticas nacionais e regionais, resistindo à gravitação de geopolíticas e/ou geoeconomias exógenas.

**Referências bibliográficas**

ALCALDE CARDOZA, J. El orden internacional: antecedentes, situación, prospectiva. In: NOVAK, Fabián; GARCÍA, Jaime (org.). *La política exterior peruana en el siglo XXI: agenda y propuestas*. Lima: Instituto de Estudios Internacionales - PUCP, 2015. p. 15-38. Disponível em: <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/53178/2015%20Pol%C3%ADtica%20Exterior%20Peruana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-15742006000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt).

AMAYO ZEVALLOS, E. La transoceánica Perú-Brasil: los contradictorios intereses de Estados Unidos y Japón. In: ALLPANCHIS. *Entre dos océanos*, Cuzco: Instituto de Pastoral Andina, 1995.

BORGES NETO, R. T. *Geopolítica da integração sul-americana: o desafio do Oceano Pacífico e a parceria estratégica Brasil-Peru para o século XXI*. 2015. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.bdt.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=9225](http://www.bdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9225).

CASTRO CONTRERAS, J. *Geopolítica: una vision del Peru y sus posibilidades*. Lima: J.R.C.C. Estudios y Proyectos Sociales E.I.R.L., 1996. 170 p.

CHIARELLA, R.; CORTEGIANO JUNIOR, G. Espaço amazônico e integração sudamericana. In: ALLPANCHIS. *Entre dos océanos*, Cuzco: Instituto de Pastoral Andina, 1995.

CHILD, J. *Geopolitics and conflict in South America: quarrels among neighbors*. New York: Praeger Publishers, 1985. 197 p.

CHUQUIHUARA CHIL, L. Peru y Brasil entre el Pacífico y el Atlántico: espacio surandino e integración sudamericana. In: ALLPANCHIS. *Entre dos océanos*, Cuzco: Instituto de Pastoral Andina, 1995.

GARCÍA BELAUNDE, J. A. Política exterior y diplomacia peruana: pasado, presente y futuro. In: NOVAK, Fabián; GARCÍA, Jaime (org.). *La política exterior peruana en el siglo XXI: agenda y propuestas*. Lima: Instituto de Estudios Internacionales - PUCP, 2015. p. 39-49. Disponível em: <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/53178/2015%20Pol%C3%ADtica%20Exterior%20Peruana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

HOYLE, G. L. Integración fronteriza peruano-brasileña: situación y perspectivas. In: ALLPANCHIS. *Entre dos océanos*, Cuzco: Instituto de Pastoral Andina, 1995.

INOSTROZA FERNÁNDEZ, L.; BOLÍVAR ESPINOZA, A. Corredores bioceánicos: territorios, políticas y estrategias de integración regional. *Análisis Económico*, Azcapotzalco, v. XIX, n. 41, p.153-174, mai./ set. 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/238691612\\_Corredores\\_bioceanicos\\_territorios\\_politicas\\_y\\_](https://www.researchgate.net/publication/238691612_Corredores_bioceanicos_territorios_politicas_y_)

estrategias\_de\_integracion.

INOSTROZA FERNÁNDEZ, L. *Corredores bioceánicos de sudamérica en el contexto de la Posguerra Fría*. Azcapotzalco: Universidad Autónoma Metropolitana, [200-]. Disponível em: [http://www2.azc.uam.mx/bioceanico/pdf/CorredoresBioceanicos\\_PosguerraFria.pdf](http://www2.azc.uam.mx/bioceanico/pdf/CorredoresBioceanicos_PosguerraFria.pdf).

INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS. *Documento de análisis del IEEE 08/2010: estrategia, geoestrategia, geopolítica*. Madrid: IEEE, 2010. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/2010/DIEEE08-2010-Estrategia-Geoestrategia-Geopolitica.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. *Perú: crecimiento y distribución de la población, 2017*. Lima: INEI, 2018. Disponível em: [https://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones\\_digitales/Est/Lib1530/libro.pdf](https://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1530/libro.pdf)

JAEGER, B. C. *Integração infraestrutural sul-americana: impactos sobre a estratégia e a geopolítica regional*. 2014. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116365>.

MAGNOLI, D. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004. 385 p.

MALAMUD, A. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 1, n. 3, p.367-397, set./ dez. 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/2763>.

MENDIBLE ZURITA, A. Brasil/Perú: sus fronteras nacionales y su acercamiento historico contemporaneo. *Olhares Amazônicos: Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia*, Boa Vista, v. 3, n. 1, p.534-563, jan./ jun. 2015. Disponível em: <http://ufrr.br/roa/index.php/component/phocadownload/category/49-numero-1?download=463:artigo-06-alejandro-mendible>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (BRASIL). *Resenha de política exterior do Brasil*. Brasília, DF: MRE, 1981. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_29\\_abr\\_mai\\_jun\\_1981.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_29_abr_mai_jun_1981.pdf).

MOROTE SOLARI, F. *Geopolítica del Perú*. 3. ed. Lima: Morot, 1987. 271 p.

NOGUEIRA, J. M. F. *América do Sul: uma visão geopolítica*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2015. 142 p. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno\\_20.pdf](https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_20.pdf).

NOVAK, F.; NAMIHAS, S. *As relações entre Peru e Brasil: 1826-2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. 240 p.

OLIVEIRA, V. A. *A infraestrutura de transporte como política governamental para o desenvolvimento regional e a integração sul-americana: Uma análise sobre as rotas bioceânicas em Mato Grosso do Sul*. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO->

GEOGRAFIA/Disserta%C3%A7%C3%A3o(17).pdf.

PADULA, R. *Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: Uma análise político-estratégica*. 2010. 302 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe\\_d/RaphaelPadula.pdf](http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RaphaelPadula.pdf).

PERÚ. Ministerio de Defensa. *Libro Blanco de la Defensa Nacional*. Lima: Ministerio da Defensa, 2005. Disponível: [https://www.mindef.gob.pe/libro\\_blanco.php](https://www.mindef.gob.pe/libro_blanco.php).

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.

PUNTIGLIANO, A. R. 'Geopolitics of Integration' and the Imagination of South America. *Geopolitics*, London, v. 16, n. 4, p.846-864, out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14650045.2010.549863>.

RODRIGUEZ REY, M. F. Integración regional y seguridad: algunas consideraciones de la actualidad sudamericana. *La Revista de la Escuela Superior de Guerra "Tte Grl Luis María Campos"*, Buenos Aires, v. 91, n. 588, p. 169-187, 2014. Disponível em: [http://www.cefadigital.edu.ar/bitstream/123456789/995/1/Revista%20ESG%20no.588-2014\\_Rodriguez\\_174.pdf](http://www.cefadigital.edu.ar/bitstream/123456789/995/1/Revista%20ESG%20no.588-2014_Rodriguez_174.pdf).

RODRIGUES, B. S. *Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul- americanos no século XXI*. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/BERNARDO\\_SALGADO\\_RODRIGUES.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/BERNARDO_SALGADO_RODRIGUES.pdf).

RODRÍGUEZ URIBE, M. L. *Fundamentos para la Oceanopolítica*. [Punta Arenas]. [s.n.], 2011. Disponível: <https://geopoliticaxxi.wordpress.com/2011/04/15/fundamentos-para-la-oceanopolitica/>.

ROSAS, M. R. Corredores Bioceánicos en el Contexto del Mercosur: alcances y perspectivas. *Observatorio Geográfico de América Latina*, 2006. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/24.pdf>.

RUCKERT, A. A.; CARNEIRO, C. P. *Quelle intégration de l'Amérique du Sud?: Les infrastructures de liaison des régions périphériques et les tendances*. Vincennes: Diploweb, 2018. Disponível em: <https://www.diploweb.com/Quelle-integration-de-l-Amerique-du-Sud-Les-infrastructures-de-liaison-des-regions-peripheriques-et.html>.

SANTOS, T. *Integração energética da América do Sul: desdobramentos do desenvolvimento institucional*. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações

Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24008/24008.PDF>.

SANTOS, T.; DINIZ JÚNIOR, C. A. Integração Regional e Educação: O caso do MERCOSUL. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 22-36, 2017. Disponível em: <http://revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/451/251>.

SAU AGUAYO, J. Nuevos temas en la integración latinoamericana del siglo XXI. In: SCHEIDT, Eduardo et al (org.). *Integração na América Latina: a história, a economia e o direito*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 17-30.

VIZENTINI, P. F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. 136 p.







## INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O REGIONALISMO ABERTO E O PÓS-LIBERAL

**Hannah Guedes de  
Souza**

Mestre em Integração  
Contemporânea da  
América Latina pela  
Universidade Federal da  
Integração Latino-  
Americana (Unila),  
pesquisadora no Centro  
de Estudos Sócio-  
Políticos e  
Internacionais da  
América do Sul (CESPI  
América do Sul) e  
coordenadora da Alacip  
Jovem.

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de analisar a relação entre os modelos de integração presentes na América do Sul nos anos 1990 e 2000, sendo estes o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal, com a política externa brasileira nos governos de FHC e Lula. Desta forma, iremos explorar estes conceitos e às suas formulações, bem como a sua aplicação nos dois governos. Neste sentido, também se faz necessário identificar o papel do Brasil na integração da região, quais são as ações feitas e às iniciativas lançadas e apoiadas pelo Brasil na América do Sul, ressaltando o Mercosul, Iirsa e Unasul. Também será avaliado no que esses modelos convergem e divergem e analisar o porquê de terem surgido nesses períodos. Com o principal objetivo de analisar os regionalismos, a política externa brasileira e contextualizar estes períodos, a pesquisa contará majoritariamente com uma revisão bibliográfica sobre a integração regional e a política externa brasileira, além de discursos e produções dos presidentes aqui citados.

**Palavras-chave:** Integração Sul-Americana; Regionalismo; FHC; Lula; Política Externa Brasileira.

**Abstract:** This paper aims to analyze the relation between the integration models in South America in the 1990s e 2000s, such as the open regionalism and the post-liberal regionalism, in the Brazilian foreign policy of FHC and Lula. Thus, the concepts and its formulations will be explored, as well as its use in this governments. In this regard, it is also necessary to identify Brazil's role in the region's integration and what are the actions taken and the launched and supported initiatives by Brazil in South America, stressing Mercosur, Iirsa and Unasur. It will be also evaluated the similaritys and dissimilaritys and why they arise in those moments. With the main goal of analyzing the regionalisms, Brazilian foreign policy and contextualize these periods, the research mainly contains a literature review about regional integration and brazilian Foreign affairs, besides speeches and textual productions of the presidents mentioned.

**Keywords:** South-American Integration; Regionalism; FHC; Lula; Brazilian Foreign Affairs.



## 1. Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os modelos de integração presentes na América do Sul nos últimos anos, sendo este o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal, sabendo que o primeiro modelo foi construído nos anos de predominância do neoliberalismo com grande apoio da Cepal, dos Estados Unidos e de instituições financeiras internacionais; enquanto o segundo surge com a queda do neoliberalismo e a instalação de governos mais progressistas e inclinados à esquerda. Assim, o trabalho pretende avaliar como o modelo cepalino dos anos 1990 - que favorecia o livre-comércio e a integração regional baseada em troca de mercadorias e redução de tarifas - e o que viria a ser classificado por acadêmicos como Sanahuja como “regionalismo pós-liberal” – que supera o modelo anterior de integração neoliberal para a região e favorece o aparecimento de possibilidades de integração por outras vias - apareceu na formulação da política externa brasileira nos governos FHC e Lula para a região sul-americana. Pretende-se descobrir se houve uma mudança positiva de um período para outro e neste sentido, também cabe assinalar qual foi o papel do Brasil na integração da região nos dois governos. Da mesma forma, intenciona-se realizar, por fim, uma comparação e contraste entre os modelos de regionalismo e os distintos períodos da política externa.

Para isso foi consultada uma bibliografia que versa sobre a integração regional, os diferentes regionalismos, política externa brasileira, além de fontes primárias. Na elaboração desta análise é apresentada uma breve contextualização histórica, as diferenças entre o regionalismo aberto e o pós-liberal, a política externa do FHC, a política externa do Lula e considerações finais.

Para melhor compreender a temática, é interessante ressaltar os antecedentes e influências desses processos. Assim, nos anos 1980 a maioria dos países latino-americanos apresentou um grande crescimento da sua dívida externa. Para resolver esta situação, instituições internacionais como o FMI e Banco Mundial, juntamente com os Estados Unidos, propuseram uma série de mudanças macroeconômicas. Desta maneira, há em 1989 o Consenso de Washington que marca a chegada massiva da onda neoliberal no continente e recomenda inúmeras mudanças, tendo como principais eixos a desestatização e maior abertura econômica (SOUZA, 2012, p. 112). Nesse contexto, são eleitos governos com plataforma neoliberal nas Américas, com influência do pensamento monetário e o regionalismo aberto da Cepal. A proposta das instituições financeiras e dos países do Norte visava a criação de um “choque de mercado” para o desanimado capitalismo do fim da Guerra Fria. As ideias neoliberais reduziam o papel do Estado, dando a este o trabalho de garantir a estabilidade monetária, enquanto as outras questões o mercado se encarregaria de solucionar (CERVO, 2003).

Já no que tange a política externa, propriamente dita, historicamente, a visão de América do Sul para o Brasil esteve muito focada na Bacia do Prata. No governo JK, esta percepção vai se

modificando um pouco, sobretudo com a criação da ALALC e depois a da ALADI (HELENO; LUIZ, 2011, p. 45). O termo América do Sul só passa a ganhar corpo na diplomacia brasileira a partir dos anos 1990, sobretudo com o afastamento do México da América Latina ao se incorporar ao NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) (SANTOS, 2014). Sendo assim, no início dos anos 1990, sob a chancelaria de Amorim, o Brasil propõe a ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) que surge como uma reação diplomática brasileira ao bloco norte-americano - que além de ajudar a iniciar uma fragmentação na integração latino-americana, também passa a deslumbrar alguns vizinhos. No entanto, há uma dificuldade na sua implementação e o projeto é abandonado por FHC.

A América do Sul, apesar de já ter o seu espaço geográfico delimitado, ainda está sendo desenvolvida como conceito. Nesse seguimento, Couto (2010) ressalta que há dois desafios para a integração da América do Sul, sendo o primeiro o Brasil se integrar a América do Sul e o segundo a América do Sul se integrar de uma forma que seja coesa e faça sentido.

## **2. Regionalismo Aberto x Regionalismo Pós-Liberal**

Os regionalismos aqui adotados para explicar as décadas de 90 e a dos anos 2000, são distintos em significado e formação. O regionalismo aberto é uma proposta da Cepal nesse contexto de neoliberalismo continental, globalização e livre-mercado. Historicamente, a Cepal tinha grande influência nos governos latino-americanos, que tinham em boa estima os seus estudos e proposições. Ainda que, nesse momento a Comissão já não tivesse mais tamanho prestígio, é essencial ressaltar a sua condição e o seu papel. No caso do pós-liberal, ele está ligado ao momento de ascensão das esquerdas na América do Sul, sendo conceituado por Sanahuja (2008) para explicar o período da chegada de novas pautas na região e o conseqüente afastamento do livre-comércio como único pilar da integração regional. Esse termo, então, não é uma proposição de alguma instituição, e sim um conceito criado por um acadêmico para explicar aquele regionalismo existente que rompia com o cepalino e inaugurava um novo modelo.

Sendo assim, o regionalismo aberto é caracterizado como:

(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente (CORAZZA, 2006, p. 145).

Como proposta da Cepal, cabe ressaltar que a instituição estava nitidamente perdendo sua relevância e se posiciona de forma pragmática com esta proposição, já que incorpora parte do neoliberalismo presente nos países, criando uma similitude com os governos e assim tentaria manter a

sua importância. Destarte, essa sua nova ideia era mais neoliberal do que estruturalista desenvolvimentista, perdendo então parte da sua tradição (CERVO, 2003, p. 15).

O novo regionalismo tenta conciliar a interdependência regional resultante do processo de integração com a liberalização comercial, adaptando então, a política de integração com tentativas de aumento da competitividade internacional. Desta maneira, essa nova classificação de regionalismo situa a integração como uma etapa para a liberalização do comércio. Logo, “o ‘regionalismo aberto’ vê o mercado comum latino-americano como meio de superar o modelo de industrialização através da substituição de importações, de diversificar a estrutura produtiva e de diminuir a vulnerabilidade externa (CORAZZA, 2006, p. 145-146)”. Assim,

O Regionalismo Aberto significa que a integração serviria para uma melhor inserção das economias da América Latina no cenário internacional e não apenas na própria região. Essa estratégia seria mais eficiente que a do Regionalismo Fechado que prevaleceu até os anos 1980 que visava diminuir o problema da deterioração dos termos de troca, sendo o mercado regional uma válvula de escape dos bens nacionalmente produzidos e pouco competitivos em termos mundiais. Nesse sentido o modelo partia de dentro e fechava-se na própria região, vista como mera extensão do mercado interno (CEPAL, 1994; HURRELL, 1995 apud BORGES, 2011, p. 22).

A integração do continente passaria a ser sincronizada com uma maior inserção econômica dos países, constituindo em uma etapa para a liberalização comercial (CORAZZA, 2006, p. 145). Em termos práticos, o regionalismo aberto teve seu grande foco na liberalização comercial intra-grupo – prática esta, que entrou no lugar da antiga política de desenvolvimento – dando pouca atenção para outras questões. Como resultado dessa política se obteve uma liberalização desigual e não foi concluída a eliminação total das barreiras não tarifárias. Tampouco a integração comercial conseguiu transbordar para novas propostas (SANAHUJA, 2008, p. 14-15).

Na virada do século, o neoliberalismo e o regionalismo aberto acabam por perder apoio devido à diminuição do crescimento das economias e a elevação da desigualdade sócio-econômica (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015, p. 50-51). Com base nisso, pode-se concluir que as iniciativas derivadas da proposta do regionalismo aberto, juntamente com as de cunho neoliberal não foram efetivas para alavancar a economia de parte dos países da América do Sul ou a integração regional. Deste modo, nos anos 2000 começa o fim do ciclo de governos neoliberais que propagavam o regionalismo aberto. A crise desse modelo levou a novas propostas de integração em que se tornava aparente o rechaço ao regionalismo aberto e às políticas do Consenso de Washington, dando destaque às questões políticas, retorno de uma agenda desenvolvimentista e protagonismo dos atores estatais (SANAHUJA, 2008, p. 22-23). Nessa época uma série de presidentes de esquerda/progressistas tomam posse na América Latina, todos com um discurso anti-liberal, no que ficou conhecido na literatura

como a “maré rosa”. Esse fenômeno tem certa afinidade com o regionalismo pós-liberal por descrever o seu período político. O conceito da maré rosa

(...) foi apresentado por Panizza (2006) para caracterizar o fenômeno de ascensão de partidos e coalizões que se definem como esquerda ou centro-esquerda a governos nacionais em diversos países da América Latina. A expressão faz referência à ascensão de partidos de centro-esquerda na Europa em meados da década de 90. Apesar das especificidades distintas entre o caso europeu e o latino-americano, a expressão foi mantida e a variável “onda rosa” (PEREIRA DA SILVA, 2011) também tem sido utilizada (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017, p. 17).

O pós-liberalismo abandona o pilar do regionalismo antecessor no livre comércio - já que passa a enxergá-lo como um empecilho para as políticas de desenvolvimento dos países sul-americanos e o regionalismo em si ganha a posição de mecanismo auxiliar no desenvolvimento interno e na superação de assimetrias e desigualdades (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015, p. 51). Dessa maneira, ainda que ambos os regionalismos versem sobre desenvolvimento, suas táticas são dessemelhantes.

O regionalismo pós-liberal - conforme Sanahuja (2008) - possui entre as suas características e objetivos: uma agenda política, de desenvolvimento e de paz e segurança, maior papel do Estado, criação de instituições e política comuns, cooperação sul-sul, iniciativas para melhorar a infraestrutura regional, ênfase na “integração positiva”, segurança energética, preocupação com a dimensão social da integração, entre outros.

Nesse momento são criadas novas instituições e relançamento de outras. O Mercosul passa a ter e fortalecer ênfases políticas e sociais com o Mercosul Social, Focem (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) e Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul. Em relação às novas instituições, os destaques são a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e posteriormente a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) que possuíam um programa diverso para a integração e cooperação.

É importante ressaltar que o conceito de regionalismo pós-liberal serve para explicar a ascensão dos governos de esquerda com um discurso anti-neoliberal, como exemplificado na maré rosa, no início do século. Assim, como Sanahuja escreve em 2008, ele se propõe a analisar aquele momento específico de predominância desses governos e de reprojeção do regionalismo sul-americano. Esse termo perde certa validade a partir dos anos 2010, onde começa a ser observado menor intensidade nas relações sul-americanas e possivelmente tem o seu fim quando governos de centro ou direita ascendem ora por via eleitoral, ora por golpes de Estado.

### 3. Política Externa para a América do Sul em Fernando Henrique Cardoso

Na década anterior, ao final do governo Sarney foi iniciada mudanças para absorver as ideias liberais e a globalização (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 31). Nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, a sociedade internacional estava passando por uma reestruturação e assim surgia uma nova agenda a partir dos “novos temas” políticos que foram ganhando maior peso - como economia, comércio, ciência e cultura. Com base nisso, os formuladores da política comercial, junto com o empresariado, entenderam que o Brasil obteria mais ganhos com uma abertura, o que tornaria o país mais competitivo, de modo que não ficaria para trás no sistema internacional e de comércio (Ibid., p. 33).

Cervo (2002), ao falar das relações exteriores do Brasil, elabora três paradigmas, sendo eles o do Estado desenvolvimentista (1930-1989), Estado normal (anos 1990) e Estado logístico (anos 2000). Para este trabalho é interessante ressaltar o “Estado Normal”, vigente em boa parte dos países latino-americanos nos anos 1990, na política externa de FHC e atrelado a ideologia neoliberal.

(...)[o Estado Normal] envolve três parâmetros de conduta: como Estado subserviente, submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; como Estado destrutivo, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior; como Estado regressivo, reserva para a nação as funções da infância social (CERVO, 2002, p. 6-7).

O Estado normal levou à adoção acrítica de uma ideologia imposta pelos países centrais e à eliminação de ideias relacionadas aos interesses nacionais. A adesão do modelo econômico proposto, combinado com privatizações (inclusive de setores estratégicos) que culminou em venda de empresas brasileiras para estrangeiras e as medidas liberalizantes, tornaram o país mais servil aos países do norte e ainda mais dependente de capital externo. No entanto, ao destacar essas novas medidas é importante ressaltar que acreditava-se que a estratégia desenvolvimentista anterior teria auxiliado no endividamento, na instabilidade da moeda e na estagnação da economia, sendo necessária sua substituição (Ibid., p. 7-8).

Sua política externa fez um esforço para fortalecer as instituições e as regras internacionais para o aprimoramento do multilateralismo. Assim, a busca pela autonomia brasileira se circunscrevia nos limites da participação em organismos internacionais (TOLEDO, 2014, p. 7). Em 1992, o chanceler Celso Lafer caracteriza as relações exteriores do Brasil na busca “de relações externas universais, sem alinhamentos ou opções excludentes, com vistas a preservar a autonomia [pela integração] do país na sua atuação internacional” (MELLO, 2000, p. 92 apud VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 33). O governo de Fernando Henrique Cardoso, com início na metade dos anos 1990, também buscou essa “autonomia pela integração”. De acordo com as ideias da diplomacia brasileira à época, o país se tornava mais ativo no cenário internacional, participando da regulamentação das relações

internacionais e cuidando de estabelecer um ambiente propício para o desenvolvimento econômico brasileiro. Neste momento o Brasil irá buscar o status de global trader ao tentar diversificar as suas relações externas (conciliando o aspecto regionalista) e assim buscar ganhos na liberalização comercial multilateral (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). É interessante ressaltar a conexão entre o universalismo e o regionalismo;

[...] o universalismo dos anos noventa se expressa primordialmente no regionalismo: é nesta área que o Brasil encontrou seu principal espaço de reafirmação de autonomia, na resistência à integração hemisférica, no processo de integração subregional do Mercosul e nas suas novas iniciativas na América do Sul (MELLO, 2000, p. 112 apud VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 46).

Um dos pensamentos por detrás da abertura comercial – motivada pelo regionalismo aberto e o neoliberalismo - era a ideia de que ela acarretaria em uma modernização do sistema produtivo, o que elevaria a competitividade externa do Brasil. FHC acreditou e implementou essas ideias, mas esses resultados não ocorreram da forma que esperava e o seu governo optou pela via das negociações nos sistemas multilaterais. Tendo isto em vista, a abertura também não alterou a qualidade das exportações brasileiras e o déficit gerado nos seus primeiros seis anos de governo colaborou para a deterioração das contas externas. Em sua gestão houve aumento substancial da dívida pública interna e da dívida externa (CERVO, 2002).

Nos anos 1990 a América do Sul se torna área preferencial da atuação brasileira e elemento da sua identidade internacional. Com certa fragmentação do conceito de América Latina, a diplomacia passa a aderir em seu discurso a América do Sul e posicionar o Brasil como um país sul-americano. Para Lafer (2001 apud COUTO, 2010) a América do Sul se torna parte do “eu diplomático brasileiro” e uma plataforma crucial para a projeção internacional do Brasil.

Na integração sul-americana, Santos (2014) salienta que durante o governo Cardoso, apesar de algumas iniciativas, o Brasil não se colocou como líder na região e tampouco assumira os custos da integração como paymaster. Ainda que com uma política externa que dava boa relevância ao seu entorno geográfico, o universalismo com alvo principal no livre-comércio prevalecia. Os objetivos finais da chancelaria eram fortalecer e acelerar a liberalização comercial para obter uma melhor inserção brasileira no mercado mundial.

No que se refere à iniciativa do Mercosul, Cervo (2002, p. 24-25) recorda que a integração industrial e o desenvolvimento foram substituídos pelas ideias do regionalismo aberto e todas as estratégias lançadas eram estritamente comerciais. FHC manteve o Mercosul como prioridade na agenda brasileira e ele era visto como uma forma de inserção competitiva no mercado global - sendo

capaz de incorporar os seus membros às tendências internacionais, trabalhando com a possibilidade de integração com outros países e regiões.

Além disso, o fato da iniciativa estar imersa em seu regionalismo aberto, não fazia o Brasil correr o risco de ter que se fechar para outros parceiros (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 34-35). Seus efeitos são notórios: o comércio intrazonal aumentou quase cinco vezes entre 1990 e 1997, com crescimento de pelo menos 50% nas exportações e aumento de mais de 150% nas importações. O regionalismo aberto pregado pelo bloco provocou um “um desvio de comércio, extremamente oportuno para economias incapazes de elevar-se à competitividade sistêmica global” (CERVO, 2002, p. 25).

Era interessante para o Brasil a proposta de regionalismo aberto no Mercosul, pois deixava-o ter “reserva de autonomia”, já que o não exclusivismo permitia que o país aderisse normas e regimes internacionais que fossem de seu interesse (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 45-46). Ao mesmo tempo, o Mercosul era estratégico para a política global brasileira, pois

era uma peça intermediária de abertura; a passagem menos traumática de uma economia fechada a outra mais alinhada às exigências internacionais de abertura (...) Em resumo, a política brasileira em relação ao Mercosul haveria tido, assim, três objetivos: permitir-lhe a abertura gradual de sua economia; enfrentar os desafios econômicos e políticos da hegemonia norte-americana; e alcançar um reconhecimento mundial. Portanto, o Mercosul, para o Brasil, era, efetivamente, um instrumento de realpolitik (BERNAL-MEZA, 1999, p. 45-46).

Em um similar viés estratégico, nasceu a IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, em 2000 como uma proposta de Fernando Henrique Cardoso que só irá se consolidar no governo Lula. A iniciativa visava impulsionar a melhora de infraestrutura da América do Sul e conseqüentemente conectar fisicamente as regiões, promovendo maior integração e intercâmbio comercial. Um dos seus princípios norteadores - como os seus relatórios apontam - é o regionalismo aberto, tendo a América do Sul como um espaço onde se objetiva reduzir as barreiras comerciais e gargalos de infraestrutura. A abertura comercial permitiria identificar os setores produtivos de alta competitividade a nível mundial e a ideia do subcontinente configurado como uma só economia ajudaria a distribuir maiores benefícios comerciais para toda a região (FERNANDES; FILHO, 2017, p. 5).

A preocupação com a liberalização comercial alinhada às iniciativas regionais com foco em uma melhor inserção no comércio internacional estará presente durante todos os anos 1990, salientando as ideias do regionalismo aberto e do paradigma do Estado normal. O Estado brasileiro esforçou-se para uma maior abertura comercial, estimulando de fato um crescimento para fora. A perspectiva dos anos neoliberais de que o regionalismo aberto chega para favorecer a economia internacional mais aberta – que seria necessariamente algo bom e um objetivo a ser alcançado - se



evidencia quando o MRE aponta que o objetivo são soluções globais, sem aparentemente levar em conta especificidades brasileiras ou sul-americanas;

O MRE manteve na década de 1990, e até o final da gestão FHC, o princípio de que “a solução global deve ser o objetivo” (Brasil, MRE, 1993, p. 199), ou seja, na formulação de diplomatas, optar pela Alca ou pela área de livre comércio com a União Européia implicava contribuir para o estabelecimento e para o pleno funcionamento de um regime internacional de liberalização comercial (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 34-35).

Assim, a opção pelo neoliberalismo e o novo regionalismo fez parecer que era necessariamente de interesse do Brasil uma maior abertura comercial. Se apontava naquele momento – também influenciada pela ideia de globalização -, que este era o melhor caminho a ser seguido. De qualquer maneira, se evidencia o paradigma do Estado normal ao adotar e pregar ao mundo as sugestões dos grandes centros hegemônicos de poder de forma praticamente acrítica, e se elucida a submissão brasileira e a falta de estratégia e autonomia .

Entre resultados positivos e limitações da política externa adotada por FHC, podemos citar:

(...) a confiabilidade despertada pelo país no exterior, possibilitando a atração de investimentos externos diretos, significativamente importantes para o sucesso da estabilidade macroeconômica; o apoio de organismos multilaterais e de governos de países desenvolvidos em momentos de ameaça de crise financeira e econômica, como a crise cambial de 1999. Entretanto, tendências profundas, sobretudo as ligadas à debilidade do crescimento econômico no Brasil ao longo dos dois mandatos, com exceção do índice 4,4% alcançado em 2000 (cf. Intal, 2003, p. 7), limitaram a possibilidade de melhor utilização da política externa para alavancar os objetivos estratégicos, de caráter político e econômico (Ibid., p. 41).

Ao fim de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso faz um balanço da política externa brasileira. É interessante ressaltar quais foram os ganhos alcançados em sua perspectiva.

Tendo [o Brasil] aberto seu mercado ao comércio internacional e, sobretudo, tendo alcançado a estabilidade monetária, o Brasil tornou-se capaz de estabelecer uma relação inteiramente diferente com a economia internacional: uma relação que já não se baseia na ideia de ameaça, mas na ideia de desafio. Internamente, os resultados foram sem precedentes. A maior abertura aos fluxos externos de bens, serviços, capital e tecnologia contribuiu para uma reestruturação abrangente de nossa base produtiva. Nossas empresas tornaram-se mais competitivas. Nossa força de trabalho viu-se confrontada com a necessidade de adaptar-se a um ambiente de inovação incessante, que valoriza a qualificação e as habilidades técnicas. Por nos tornarmos mais abertos, ficamos também mais sensíveis ao que ocorre em torno de nós. Em consequência, o Brasil vem expressando seus pontos de vista e suas preocupações sobre o funcionamento da economia internacional e, de forma mais ampla, do sistema internacional (CARDOSO, 2001, p. 7).

Porém, analisando outras visões, houve muitas falhas. Cerro (2002, p. 8) não acredita nem na autonomia e nem na eficiência da política externa executada naquela época. Para ele, o Brasil havia desistido de fazer política internacional própria, acatando as sugestões de Washington ao implementar políticas de rigidez fiscal e privatizar empresas públicas em prol de empresas estrangeiras, na tentativa de pagar a dívida externa com os dólares arrecadados. Em um momento posterior, criou facilidades

para o empreendimento estrangeiro – seguindo as orientações americanas, do FMI e do Banco Mundial, onde os países deveriam se tornar favoráveis à expansão das transnacionais em seu território.

A subserviência do Estado normal, erigida como ideologia da mudança, engendrou graves incoerências, ao confundir democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária. Completou-se com o desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória.

Na vigência dessas novas condições políticas, o Estado normal encaminhou no Brasil a destruição do patrimônio e do poder nacionais. (...) A ação destrutiva do Estado normal priva, ademais, o governo de meios de poder sobre a arena internacional (CERVO, 2002, p. 8-9).

Desse modo, FHC teve certo êxito em manter a estabilidade econômica interna, porém ao tentar unir o âmbito externo com os objetivos internos do Brasil acabou por deteriorar a função da política exterior. "Seu governo confundiu abertura com estratégia e sacrificou a política exterior, que deixou de servir ao desenvolvimento e à superação de dependências estruturais (Ibid., p. 29)." A estratégia da política externa brasileira era unicamente a abertura comercial. Desta maneira a sua política fracassou, pois expôs as finanças brasileiras à especulação e alienou parte do núcleo da economia com as privatizações e transferência de ativos para fora do país. Agravando a dependência e vulnerabilidade externa. Em suma, para Cervo (2002), o governo Cardoso também se iludiu ao acreditar no ordenamento multilateral (suas justas regras e no respeito de todos os membros a tais) e na ilusão de divisas ao crer que o capital externo não causaria desequilíbrio na balança de pagamentos.

#### **4. Política Externa para a América do Sul em Luiz Inácio Lula da Silva**

No século XXI ganha força na América Latina governos com discursos anti-neoliberais e de cunho mais social, definido por Panizza como “maré rosa”. Nesse cenário, é eleito em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, como líder do poder executivo no Brasil, assumindo seu cargo em 2003. Celso Amorim retorna ao cargo de Ministro das Relações Exteriores – após sua breve gestão no governo Itamar Franco – e fica neste posto até 2010. Ainda que a importância do continente estivesse notável no governo anterior, nesse período é conferida grande prioridade a América do Sul e empreendido maiores esforços de integração, dando uma diferente ênfase ao continente e suas relações (SANTOS, 2014). Em seu discurso de posse, Lula já evidencia as diretrizes em relação à América do Sul:

A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos.

A sua política externa também irá inovar no que tange o organograma de sua chancelaria e distribuição de funções. Samuel Pinheiro Guimarães se torna Secretário-Geral das Relações Exteriores do MRE e principal formulador da política externa. Somando a isso, destaca-se a grande influência de Marco Aurélio Garcia como Assessor Especial da República para Assuntos Internacionais e a criação da Secretária-Geral da América do Sul dentro do Itamaraty, ressaltando a grande importância concedida à região na política externa.

Com Lula, o Estado readquire seu protagonismo, reafirma-se a América do Sul como uma região e sai em busca de uma identidade sul-americana. Tem-se o objetivo de ter determinado grau de autonomia em relação aos EUA e outras potências, rechaçando a ALCA, e vêem na coalizão política uma forma de se defenderem de interesses alheios, sem necessariamente criar um confronto direto com o poder hegemônico regional (TOLEDO, 2014).

Amado Cervo (2008 apud TOLEDO, 2014, p. 20) conceitua o “paradigma da cordialidade oficial” para caracterizar a política externa da era Lula. Este paradigma indica que o Brasil defendia o seu interesse nacional com cuidado para não causar conflitos. Ou seja, não tentaria impor as suas vontades nos vizinhos, visando robustecer e amadurecer as relações com os países, colocando o diálogo e a negociação em primeiro lugar.

Deste modo,

A cordialidade oficial aconselha conduta regional que não ostente a grandeza nacional e a superioridade econômica e que elimine gestos de prestígio, mas que se guie pela realização dos interesses do Brasil sobre os dos vizinhos, seja pela cooperação seja pela negociação, e fortaleça seu poder internacional, razões que podem momentaneamente quebrar a cordialidade. A quebra não é aconselhável, por tal razão o governo Lula recusou-se a abrir conflito com seus colegas da Argentina e Bolívia, Néstor Kirchner e Evo Morales, quando interesses do comércio exterior e dos investimentos brasileiros foram afetados. (CERVO, 2008 p. 30 apud TOLEDO, 2014, p. 20-21).

Esse paradigma pode ser ilustrado pelo caso dos hidrocarbonetos com a Bolívia e a renegociação da energia de Itaipu paga pelo Brasil ao Paraguai. No tocante a isto, Garcia (2010 apud TOLEDO, 2014, p. 20) acreditava que a concessão aos “irmãos menores” é uma responsabilidade do Brasil, devido ao seu tamanho. Assim, certos consentimentos brasileiros com seus vizinhos surgem como uma tentativa de reparar certas assimetrias e conquistar confiança e apoio dos mesmos .

Neste período o Brasil inaugura uma posição mais dinâmica, com uma política externa que ficou conhecida como “ativa e altiva” na concepção de Amorim. O papel da liderança regional foi assumido. Em um período inicial, o presidente Lula muito colocava o Brasil nessa posição, contudo,

houve certa desaceleração nesse tipo de discurso para não correr o risco de reavivar o histórico de desconfiança dos vizinhos para com o Brasil. Ainda assim, o Brasil se delegava certa responsabilidade no continente devido ao seu peso econômico, demográfico e geopolítico (TOLEDO, 2014). Todavia, o discurso da liderança muitas vezes aparecia de forma clara ou implícita pelos formuladores de política.

O discurso de que o Brasil e a América do Sul possuem uma histórica e um destino comum também é freqüente, tanto na fala do presidente, quanto na do chanceler. Assim, observamos uma tentativa forte de atrelar os países em diferentes aspectos, supondo basicamente que é inevitável a sua união, já que possuem tantos aspectos compartilhados. Para mais, argumentos geopolíticos e econômicos tornam o continente essencial para a política externa. Guimarães (2007 apud LEÃO, 2016) considera, desta maneira, que só haverá efetividade na política externa do Brasil se a sua formulação tiver fortes vínculos com o seu entorno geográfico.

Entre as mudanças mais notáveis no esforço de integração do governo Lula, podemos citar as novas ênfases na agenda que são destacadas no relançamento do Mercosul, e nos esforços empenhados na iniciativa da Casa e da Unasul. No que se refere ao Mercosul, ele

seria visto pelo governo Lula como instrumento de aprofundamento de uma integração que ultrapassaria a agenda comercial. Nesse sentido, o contexto geopolítico regional foi pensado por muitos como oportunidade de aprofundar a integração, convergindo assim com a estratégia brasileira de integração regional (TOLEDO, 2014, p. 16).

Com o governo Lula e o advento do regionalismo pós-liberal facilitado pela maré rosa, o Mercosul ganha novo foco, abrindo espaço para temas que vão além da questão comercial e da liberalização, tais quais temáticas de cunho social e político. Nesse sentido, também é marcante o Consenso de Buenos Aires em 2003 que sinaliza logo no primeiro ano do governo Lula seu comprometimento, junto com o governo argentino, de uma integração e cooperação com aspectos político-sociais, além de estimular a participação da sociedade civil. Neste mesmo ano, Lula discursa na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul:

É esse Mercosul que defendemos em nossas campanhas eleitorais. Por isso, é necessário fortalecer também as agendas política, social e cultural do Mercosul. Dar-lhe uma dimensão humana. Precisamos conhecer-nos melhor, crescer juntos para garantir apoio duradouro ao processo de integração. Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias na área educacional e cultural dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o Mercosul. Faltou ao Mercosul uma dimensão política, como se bastassem apenas fórmulas econômicas.

Em 2005, é criado o Focem, Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, que com objetivo de aprofundar e melhorar a integração, visando reduzir as assimetrias e estimular a competitividade e a coesão social. Além dele, temos outras organizações de índole social criada no seio do Mercado Comum. Assim, observamos a chegada de um “novo” Mercosul.

Já em 2004, surge a Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações) com a declaração de Cusco. Nela observamos uma ampliação da agenda da integração, com o objetivo de consolidar o diálogo entre as nações e o espaço sul-americano, além de criar uma identidade sul-americana e integrar os povos. Em 2008, a Casa é transformada em Unasul e notamos certos objetivos comerciais se distanciarem mais dessa nova proposta regional. Segundo o seu tratado constitutivo, a Unasul tinha o intuito de proporcionar um espaço de integração entre os povos, integração social, cultural, econômico e político. Destaca-se também a questão do diálogo político, educação, segurança e integração energética, defesa e formação de identidade e cidadania sul-americana.

Estas iniciativas são frutos do regionalismo pós-liberal, com o alargamento da agenda da integração, retirando o foco exclusivo no comércio. A chegada de novas pautas se dá não somente pela oposição ao sistema anterior – isso é, neoliberal e de regionalismo aberto – como também pela percepção de que só comércio não é suficiente para alavancar a integração da região e até mesmo para a maximização dos esforços já empreendidos no sentido comercial. Por esse ângulo, o prosseguimento das propostas de infraestrutura é importante para exemplificar isto, já que o investimento neste setor ajudaria de forma indireta nas questões comerciais.

É importante notar que nesse período identificamos novas questões, preocupações e ocorre a elaboração de uma nova agenda. Contudo, não quer dizer que questões comerciais tenham sido esquecidas. Elas apenas passaram a formar um dos vários elementos da integração e não o seu principal.

Desta maneira, devemos ressaltar também os acordos entre o Mercosul e a Comunidade Andina na Aladi. Esses acordos fundamentam a ideia de que todo o continente já estava encaminhado para se tornar integrado comercialmente, logo, em certa medida, a liberalização era uma questão superada. Assim, com a finalização das negociações não seria mais necessário criar novas iniciativas de integração econômica, apenas melhorar o já existente quando fosse de interesse dos envolvidos. O discurso de Lula na abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (30 de setembro de 2005) demonstra a clara pertinência de se falar em assuntos comerciais.

Os acordos entre o Mercosul e a Comunidade Andina mostram que é possível harmonizar interesses. A integração das cadeias produtivas dará a nossos países melhores condições para a inserção competitiva na economia globalizada. O alicerce da Comunidade Sul-Americana é a integração da infraestrutura física. Estamos dando passos firmes na execução dos projetos que elegemos como prioritários no marco da Iniciativa de Integração da InfraEstrutura Regional Sul-Americana, IIRSA.

Nesta mesma lógica, Amorim fala em unificação do espaço econômico:

O espaço econômico unificado que procuraremos construir terá como alicerces o livre comércio e projetos de infraestrutura entre os países sul-americanos, com o indispensável

reconhecimento de que há situações de assimetria a serem levadas em conta (AMORIM, 10 De abril de 2003 apud SANTOS, 2014, p. 155).

Destarte, as relações comerciais são continuadas, novos acordos são feitos e outros assuntos são incluídos em antigas e novas instituições regionais. A política externa brasileira, que tradicionalmente é utilizada como um mecanismo para o seu desenvolvimento, vislumbra também a possibilidade de aproveitar esse momento de maior aproximação com os vizinhos para aumentar a presença das empresas de capital brasileiro na América do Sul. Portanto, o Brasil “ainda, percebe na região a plataforma preferencial de internacionalização das empresas nacionais, que se converte em captação de poupança externa para fortalecer seu próprio desenvolvimento, enquanto contribui para o desenvolvimento dos países vizinhos (COUTO, 2010, p. 26)”.

## 5. Conclusão

O regionalismo aberto norteou a política externa de FHC. Esta proposição da Cepal esteve presente nas iniciativas de integração regional e tinha alta compatibilidade com o neoliberalismo. Primeiramente, o Mercosul se manteve com o seu caráter estritamente comercial de regionalismo aberto como nos governos anteriores, sem alterações em suas ênfases. A iniciativa de reunir todos os presidentes sul-americanos em Brasília nos anos 2000 teve como principal objetivo o lançamento de um programa (também com base no regionalismo aberto) para melhorar e integrar a infraestrutura continental (IIRSA) com o propósito de facilitar o fluxo de mercadorias entre as regiões e fazer possíveis conexões do Pacífico-Atlântico. Essa ambição serve para atender o ideal do livre-comércio, podendo reduzir custo de transporte e criar novas alternativas de rotas, além de dar saída a ambos os oceanos, eliminando alguns fatores que limitavam o lançamento da América do Sul (e principalmente o Brasil) como um global trader, presente no comércio internacional.

Neste momento, o Brasil se colocava na situação de uma potência média internacionalmente, subserviente às potências centrais, com foco na integração comercial sul-americana, mas com o propósito de manter certo grau de autonomia em relação a este processo. Ou seja, mantinha cautela para que não caísse em uma situação em que não pudesse escolher seus parceiros comerciais. Também mantinha boas relações com os Estados Unidos, evitando a todo custo entrar em alguma espécie de contraposição. Isso fica evidente na quase indiferença em relação à Alca, já que não era de seu interesse não aceitá-la e criar um desconforto diplomático com Washington. Em certa medida, FHC tentou dar mais energia ao Mercosul e tonificar a América do Sul como região em resposta à ameaça da Área de Livre Comércio das Américas.

Por sua vez, os novos governos de esquerda na América do Sul no século XXI inauguraram um novo momento no regionalismo com as suas pautas diversificadas e certo distanciamento das propostas estritamente comerciais, em contraponto aos governos anteriores. O regionalismo pós-liberal marca a

substituição do modelo cepalino, para um que incluísse e desse maior ênfase às questões políticas, sociais, de infraestrutura, de defesa, entre outros. Nesse período observamos uma grande afinidade entre os governos e o surgimento de novos diálogos, ainda que, o caráter nacionalista dos mesmos pudesse dificultar certas negociações, fora um período muito intenso para as relações intra-regionais.

Na posse de Lula e até o fim de sua gestão, fica clara tanto a prioridade dada à região sul-americana, quanto esses elementos do regionalismo aberto ressaltado por Sanahuja (2008). O ex-presidente deixa inteligível a importância da América do Sul para si e sua chancelaria e a necessidade de se ter uma integração mais profunda entre os Estados e sociedade civil. O Consenso de Buenos Aires (2003) e o lançamento de uma série de instituições no Mercosul, juntamente com os outros países membros, mostram em prática este discurso e o comprometimento com uma nova integração.

A “autonomia pela participação” de FHC foi substituída por uma “autonomia pela diversificação” de Lula (VIGEVANI, CEPALUNI; 2007), com grande intenção de diversificar as suas parcerias. Assim, o Brasil faz uma transição da sua posição de global trader dos anos 1990 para o global player dos anos 2000. Isto é, deixa de almejar uma inclusão no sistema internacional pela via exclusiva do mercado, para ambicionar uma através da política, sendo um país com peso e capaz de influenciar os rumos da América do Sul e do mundo.

A política externa de Lula tem uma visão de longo alcance, pretendendo iniciar um processo de aprofundamento da integração, que embora tenha tido resultados rápidos no curto prazo, deveria se desenvolver no longo prazo. Na transição da política externa anterior para a do seu governo, não houve rupturas drásticas, já que apresentou muitos elementos de continuidade. No entanto, aprofundou algumas iniciativas e deu nova ênfase e sentido a integração e às suas relações com a região. Assim, possuía uma política para a América do Sul bem organizada, com uma Secretaria-Geral própria para o continente, além de divisões de linhas de ação para os temas econômicos, políticos e sociais.

Também é importante lembrar que apesar das opiniões públicas e publicadas, o Brasil manteve o diálogo e a cordialidade com os vizinhos em determinados impasses. Foi bastante difundido pelo governo neste período, que o Brasil deveria ser solidário e generoso com os países menores, reconhecendo as assimetrias e ganhando a confiança destes. Dessa maneira aparentemente pacífica e conciliadora é que seria construída a diplomacia brasileira para a região - ainda que a presença de empresas brasileiras, com suas internacionalizações por vezes estimuladas pelo governo nesses outros países, pudesse contrariar estas ideias; este era o discurso oficial do Estado brasileiro.

Já foram apontadas ao longo do texto as divergências entre os dois modelos de regionalismo, porém ambos acabam coincidindo ao pressupor que deve haver maior união no continente, ainda que por vias e motivos diferentes. Com a exposição sobre o conceito da Cepal e o de Sanahuja, somada às

análises das políticas externas aqui selecionadas, podemos inferir que com a chegada do regionalismo pós-liberal, dos governos de esquerda e de Lula a presidência brasileira, foram positivas para a integração regional, que em certo grau amadureceu e tomou novos rumos.



### Referências bibliográficas

- BERNAL-MEZA, R. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 42, n. 2, p. 40-51, dec. 1999.
- BORGES, F. As relações do Brasil com os países amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto. 2011. 189 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.
- BRICEÑO-RUIZ, J.; HOFFMANN, A. R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 40, n. 1, p. 48-62, 2015.
- CARDOSO, F. H. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 44, n. 1, p. 5-12, jun. 2001.
- CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003.
- CORAZZA, G. O regionalismo aberto da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, mai. 2006.
- COUTO, L. F. Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2010.
- FERNANDES, M. S.; FILHO, L. D. L. Planejamento territorial da IIRSA: conceitos e projetos. *Revista de Geopolítica*, v. 8, nº 1, p. 1-18, jan./jun. 2017.
- HELENO, E.; LUIZ, E. M. B. O soft power brasileiro em busca de uma identidade sul-americana. *Poder, Estratégia e Sociedade*, v. 1, n. 0, p. 41-52, fev. 2011.
- LEÃO, A. P. F. Política externa brasileira para a América do Sul: Uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 22, jan./abr. 2016.
- LULA DA SILVA, L. I. *Pronunciamento do Presidente da República*, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília: 2003. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>>. Acesso em: 30 de out. 2017.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Presidente da República*, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade SulAmericana de Nações (Casa). Brasília: Palácio do Itamaraty, 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casaview>> Acesso em: 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. *Discurso do Presidente da República*, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/19-01-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-de-cupula-do-mercosul>>. Acesso em: 30 out. 2017.

NASCIMENTO JÚNIOR, W. R. *A amplitude da Maré Rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai*. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

SANAHUJA, J. A. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal” - crisis y cambio en la integración regional en América Latina. *Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe*, Buenos Aires, n. 7, p. 11-54, 2008.

SANTOS, L. C. V. G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014. 247 p.

SOUZA, N. A. América Latina: as ondas da integração. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87-126, 2012.

TOLEDO, S. A política externa brasileira e o sentido da liderança regional atribuído pelo governo Lula. *Ensaio do IEEI*, São Paulo, n. 22, p. 01-24, Mar. 2014.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo social*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, Nov. 2003.

\_\_\_\_\_. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dez. 2007.



## O USO DO MAR NA DEFESA BRASILEIRA: OS PROJETOS DA MARINHA DO BRASIL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Mariane Monteiro da Costa**

Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**Yasmin de Oliveira Guedes**

Mestranda em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e atualmente mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

**Resumo:** No presente trabalho, é defendido que os objetivos traçados para a Marinha do Brasil são essenciais para a projeção de poder internacional do País. Por meio de diversos programas de defesa marítima, o Brasil planeja desenvolver tecnologias que existem apenas em poucos países no mundo, ampliando seu poder e influência internacional e consolidando sua posição de líder regional. O artigo tem como objetivos entender como o poder marítimo pode ser utilizado de maneira estratégica para o País e analisar como os programas desenvolvidos pelo Ministério da Defesa do Brasil, em conjunto com a Marinha, podem alterar a dinâmica regional.

**Palavras-Chave:** Marinha Brasileira; Estratégia Nacional de Defesa; PROSUB; PROSUPER.

**Abstract:** In this article, we argue that the goals set to Brazilian Navy are essential to Brazil's power projection abroad. Using several maritime defense programs, Brazil intends to develop technologies that are only available on a few countries in the world, broadening its power and international influences and consolidating its position as a regional leader. This article's objectives are to understand how the maritime power might be used in a strategic way to the country and analyze how the programs developed by Brazil's Ministry of Defense, along with Brazilian Navy, may alter the regional dynamics.

**Keywords:** Brazilian Navy; National Defense Strategy; PROSUB; PROSUPER.



## 1. Introdução

A defesa nacional é “o conjunto de medidas e ações do Estado com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017b). Esta constitui uma área voltada principalmente para a prevenção: um Estado deve estar preparado para possíveis ataques ou ameaças que possam atingir o país. A defesa é uma grande parte da vida e “todo o organismo que não se defende, enfraquece-se e elimina-se” (BILAC, 1917, p.128). Torna-se, dessa maneira, de extrema importância para a segurança nacional e é, também, uma forma de projeção de poder internacional. Isso porque, como será mostrado mais para frente, entende-se que a busca pelo poder e a projeção do mesmo é essencial na manutenção da soberania e existência dos Estados Nacionais.

Neste contexto, para atuar na defesa do País e conseguir operar aquilo que foi traçado na estratégia de defesa, os Estados, de uma maneira geral, contam com as Forças Armadas: o Exército, a Marinha e a Força Aérea. Vamos tratar com maior profundidade neste trabalho da segunda instância das Forças Armadas. Indo em direção ao que foi apresentado, a Marinha do Brasil tem como missão “preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa” (MARINHA DO BRASIL, s/de).

A defesa de um País é importante e está diretamente conectada com a capacidade de se projetar internacionalmente na medida em que um Estado percebido como forte não será comumente desafiado para um conflito armado. O Brasil, como um País de grande extensão territorial, prevê em sua Estratégia Nacional de Defesa reorganizar as Forças Armadas, de modo a promover sua plena eficácia e a Segurança Nacional. Pelo fato de que aproximadamente 4,5 milhões de km<sup>2</sup> das fronteiras do país estão em áreas marítimas, é importante entender e estudar as melhores formas de proteger as águas brasileiras e as utilizar não somente para o lazer, mas também como estratégia em um possível caso de conflito.

Nos últimos anos, o Brasil vem desenvolvendo uma estratégia de defesa que prioriza, cada vez mais, o fortalecimento do poder naval. Visando, na concepção das autoras, a liderança regional da América do Sul, o país investe na sua atuação internacional e no seu bom relacionamento e diplomacia com os demais para ampliar sua posição e participação no sistema internacional (GONÇALVES, CORBELLINI, 2014). Parte disso, é também investir em defesa nacional.

Considerando as características brasileiras, tem-se dado uma ênfase maior no desenvolvimento de tecnologia voltada para o setor naval. É, portanto, essencial entendermos os motivos que podem ter

levado a essa escolha, assim como analisar os projetos em curso. Temos como ponto de partida para este artigo a seguinte pergunta: “em que medida os objetivos propostos para a Marinha do Brasil na Estratégia Nacional de Defesa irão trazer retornos positivos no que tange a esfera internacional?”.

Neste sentido, temos como hipótese do artigo que os objetivos traçados para a Marinha do Brasil visam o uso estratégico das vias marítimas. Isso trará o desenvolvimento de novas tecnologias, fazendo com que o Brasil se consolide como líder internacional, sendo essencial para a projeção de poder internacional do país. Esta tese será confirmada ou refutada ao longo do artigo.

Este artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. No segundo tópico, entendemos as razões pelas quais a Marinha é tratada como prioridade na defesa brasileira à luz da teoria geopolítica de Alfred Thayer Mahan. Em seguida, estudamos a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa e analisamos os projetos da Marinha para a defesa do Brasil. Por fim, temos as considerações finais em que verificamos se a nossa hipótese foi corroborada ou refutada.

## **2. A Marinha como prioridade na Defesa nacional**

Historicamente, o domínio do mar tem se mostrado como um fator crucial no estabelecimento de grandes poderes no ambiente internacional. Logo, a posse de uma Marinha capacitada e desenvolvida seria essencial para atingir esse domínio. Para analisarmos o potencial da Marinha de um país de se expandir e fortalecer, deve-se levar em conta alguns pontos (MAHAN, 1987).

Em primeiro lugar, deve-se considerar a posição do território (MAHAN, 1987). Na fronteira marítima brasileira temos a Amazônia Azul, ou seja, todas as águas jurisdicionais do Brasil, que correspondem a uma área de cerca de 4,5 milhões de km<sup>2</sup> (MARINHA DO BRASIL, s/da). A Amazônia Azul, termo cunhado pela Marinha do Brasil, compreende o mar territorial, as águas em cima da plataforma continental e a zona econômica exclusiva, conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (ANDRADE; FRANCO, 2018). Ela é berço de incontáveis riquezas naturais, incalculáveis bens naturais e uma rica biodiversidade (MARINHA DO BRASIL, s/da) e é também o lugar no qual se concentra 85% do petróleo brasileiro (MARINHA DO BRASIL, s/db).

Ademais, com o início do século XXI, vimos uma mudança na política externa brasileira, com o país se esforçando mais para desenvolver suas relações com seus vizinhos da América Latina. O Brasil adentrou o novo século buscando complementar suas relações verticais (com os países do norte) incentivando suas relações horizontais com os países do sul. Apesar de as relações com os países do sul não serem em si mesmas novidades, a ênfase agora dada a elas é um diferencial marcante do

período. Para consolidá-las, o Brasil serviu como mediador de tensões entre seus vizinhos, como Colômbia, Equador e Bolívia. Deu, também, ênfase aos blocos regionais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Isso demonstra uma ampliação da agenda de política externa brasileira na busca para ser considerado como um país de “Primeiro Mundo” (PECEQUILO, 2008).

Devido a sua postura histórica de não resolver tensões com armas mas sim com a política (PECEQUILO, 2008), o Brasil atualmente não tem conflito armado existente com seus vizinhos fronteiriços. Quando esse é o caso, o país tem a possibilidade de redirecionar parte de seus esforços para o estabelecimento de uma poderosa força marítima, uma vez que não precisa despender recursos em diversas frentes (MAHAN, 1987). Além disso, apesar de não poder ser considerado uma “ilha geopolítica”<sup>1</sup> propriamente dita, o Brasil é o país com a maior fronteira marítima na América do Sul. Isso quer dizer que, considerando a posição geográfica do território brasileiro, o país é “responsável” pela segurança da maior parte da fronteira da América do Sul com o oceano Atlântico. Esse posicionamento, ademais, oferece a possibilidade de controlar boa parte dos fluxos marítimos que passam pelo Atlântico Sul em direção ao subcontinente. Quando somamos essas características ao fato de o país já ser percebido em alguma medida como líder regional pelos membros do ambiente internacional, é evidente que o Brasil tem uma posição estratégica no subcontinente.

Por conseguinte, outro fator a ser levado em consideração é a configuração física do país, que envolve, por exemplo, o número de portos existentes nele. Quanto maior for o número de portos, especialmente se forem seguros e bem localizados, maiores as chances de um país se apresentar como uma potência naval. Um porto bem localizado seria aquele que se encontra dentro de rotas marítimas importantes (MAHAN, 1987). De acordo com o sistema portuário do Brasil, sem considerar portos de pequeno porte, existem 37 portos públicos ao longo da fronteira marítima brasileira, sejam eles controlados pela União ou pelos municípios (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, s/d). Isso quer dizer que no Brasil há, em média, um porto a cada 200km de fronteira marítima – o que quer dizer que o país ainda precisa investir bastante na construção de portos em suas fronteiras.

Somado a isso, temos outro ponto, o da produção nacional. Quando a via marítima é amplamente utilizada para escoar os produtos nacionais, torna-se ainda mais importante ter uma boa estrutura e defesa na área (MAHAN, 1987). No caso do Brasil, mais de 90% das exportações nacionais são escoadas por vias marítimas (MARINHA DO BRASIL, s/db). Assim, ter meios para proteger as

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Mahan (1987) para se referir ao fato de os Estados Unidos não terem nenhuma ameaça em suas fronteiras terrestres e ter saída para dois principais oceanos do mundo. Essas características seriam fonte de uma posição geoestratégia para os EUA.

fronteiras marítimas do país é extremamente importante, até mesmo para assegurar a continuidade do comércio exterior brasileiro.

Neste ponto é relevante introduzir os conceitos de Marinha de Guerra e Marinha Mercante. Estas são duas instituições diferentes, mas que podem trabalhar em conjunto em alguns casos uma vez que cerca de 95% dos produtos que chegam e saem do Brasil são transportados por via marítima (CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA, 2019). O primeiro tipo de Marinha, que pode ser observada mais tipicamente neste artigo, é aquela que “tem como missão preparar e aplicar o Poder Naval, a fim de contribuir com a defesa da pátria, sendo composta de militares concursados e que fazem parte da reserva remunerada” (DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA, s/d). Ao contrário desta, o segundo tipo de Marinha é composta por civis, portos e navios e tem a função de facilitar o transporte marítimo de passageiros e mercadorias (CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA, 2019).

Contra a tendência vista ao redor do mundo, o Brasil teve na década de 1990 um período de diminuição da frota da Marinha Mercante - processo esse que ocorre dentro de um contexto de aumento do comércio marítimo internacional. Subsequentemente, o início dos anos 2000 marcou uma época em que 96% dos valores dos fretes do comércio brasileiro era pago a empresas estrangeiras (DA SILVA, 2010). Considerando que a indústria naval requer investimentos de longo prazo, é possível inferir que essa porcentagem não seja altamente diferente atualmente. Logo, além de focar no desenvolvimento de uma Marinha de Guerra (que, dentre outras atividades, deve proteger a Marinha Mercante), o Brasil deve também investir no desenvolvimento de sua própria frota mercante. A atuação conjunta das duas trabalha para garantir a segurança nacional e o crescimento econômico do País.

A grande quantidade de portos existentes no Brasil (considerando aqui os portos públicos e os privados de todos os portes) faz com que as fronteiras marítimas sejam uma “porta” para o mundo. Isso porque são pelos portos que passam as rotas de comércio marítimo. Além disso, as fronteiras marítimas são as mais importantes para o comércio exterior, uma vez que acolhe 97% de seus fluxos, gerando cerca de 482 bilhões de dólares em mercadorias<sup>2</sup>, além de englobar mais de 90% das vias de comunicação do país (ANDRADE; FRANCO, 2018).

Em seguida, precisamos analisar a extensão do território somado ao tamanho da população (MAHAN, 1987). O Brasil tem uma extensa fronteira marítima (como já mostramos) e, de acordo com mapa divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referente ao último censo realizado, o de 2010, a maior parte de sua população está concentrada em áreas próximas desse litoral. Isso pode

---

<sup>2</sup> Dados de 2013.

ser constatado no mapa (Figura 1) apresentado abaixo, no qual as áreas mais escuras correspondem às regiões com maior densidade populacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Na faixa litorânea do país temos dezessete estados (de um total de 26 estados mais o Distrito Federal) e dezesseis capitais, o que mostra que a maior parte da população brasileira está próxima ao mar. Assim, 90% do Produto Interno Bruto, 80% da população, 85% das indústrias e 85% do consumo de energia estão concentrados ao longo da costa litorânea brasileira (ANDRADE; FRANCO, 2018).

**Figura 1 - A densidade populacional brasileira**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Outro ponto importantíssimo é a forte presença de outros Estados no Atlântico Sul em um contexto pacífico de cooperação. Países como os Estados Unidos e a Inglaterra detêm bases militares no oceano; outros, como a China, têm solicitado permissão às Nações Unidas para explorar o fundo do oceano. Este também é um local marcado pela presença de navios pesqueiros e de pesquisas realizadas em suas águas internacionais. Quando consideramos esses fatores, é possível perceber a necessidade



de proteger a área Amazônia Azul, de modo a evitar futuras contestações a respeito das fronteiras marítimas brasileiras (ANDRADE; ROCHA; FRANCO, 2019).

Assim, com base nas análises desses pontos, a priorização do desenvolvimento da Marinha Brasileira é lógica e necessária para garantir os interesses brasileiros, assim como prevê a Estratégia Nacional de Defesa. Justamente por isso, as estratégias desenvolvidas para a segurança do país têm se voltado cada vez mais para fortalecer a Marinha Brasileira, seja através do desenvolvimento de tecnologia de ponta, da capacitação de seus profissionais, entre outros.

### **3. Programas de defesa marítima propostos na Estratégia Nacional de Defesa**

Apesar de a Amazônia Azul representar grandes oportunidades, ela também apresenta uma série de desafios. Por sua imensa extensão, é uma dificuldade o monitoramento e o controle de tudo o que acontece ao longo de seu curso e impedir que outros atores consigam acessá-la. Esta tarefa de monitoramento e controle cabe às Forças Armadas Brasileiras, principalmente à Marinha. Assim, é fundamental que ela esteja bem equipada para uma boa condução da missão de defender e monitorar as fronteiras marítimas brasileiras, de modo a proteger suas riquezas, fauna e flora (ANDRADE; FRANCO, 2018).

Dito isso, existem dois documentos importantes para a defesa no Brasil: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Ambos os documentos mencionam a Amazônia Azul e a Marinha do Brasil, como veremos mais adiante. A PND se trata do documento mais importante sobre as questões de defesa, onde os objetivos sobre esse tema são estabelecidos. Portanto, é evidente que existem orientações importantes em seu conteúdo que dizem respeito às fronteiras marítimas e à Marinha Brasileira. Além do mais, o documento:

Ressalta “a natural vocação marítima brasileira (...) respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do comércio exterior por meio dele praticado e pela incontestável importância estratégica do Atlântico Sul”, enfatizando também o “elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre estes, as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil”, localizadas na Amazônia Azul (ANDRADE; FRANCO, 2018, p. 165-166).

Na PND são estabelecidos alguns Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e orientações para que eles sejam cumpridos são dadas. Assim, no segundo objetivo da Política Nacional de Defesa de 2016 temos: “assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016). É por isso que se faz tão importante os novos

programas da Marinha, como veremos adiante, para que eles possuam os equipamentos necessários para garantir a segurança não somente das águas brasileiras, mas também de toda a população.

Para que não só este, mas todos os demais ONDs sejam possíveis de cumprir é que se traça uma Estratégia Nacional de Defesa (END). Para o objetivo estudado, ou seja, o objetivo número dois, temos quatro pontos importantes na END de 2016: o dimensionamento do Setor de Defesa, a capacitação e dotação de recursos humanos, a regularidade orçamentária e o desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional. Nota-se, portanto, um alinhamento entre os objetivos traçados na PND e as estratégias pensadas na END, ambas do ano de 2016, que se faz essencial para o seu bom cumprimento (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

Em 2008, foi desenvolvida uma Estratégia Nacional de Defesa que, para garantir a segurança do Brasil tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, determina normas para que as Forças Armadas tenham a capacitação e a preparação adequadas. Tal documento é importante uma vez que está diretamente ligado a estratégia nacional de desenvolvimento, estabelecendo uma conexão entre a independência e a soberania do País. Além disso, indica ações estratégicas de longo e médio prazo de modo a modernizar a estrutura nacional de defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017a).

A END de 2008 foi revista quatro anos depois e, neste momento, aprovada. O documento traça objetivos estratégicos para cada uma das Forças Armadas: dez para a marinha, onze para o exército e cinco para a aeronáutica (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012). É importante ressaltar o lugar de destaque que a ciência e tecnologia estão tomando nas estratégias de defesa. Cada vez mais se busca uma aproximação entre ciência, tecnologia e inovação e as políticas de defesa nacional já que se visa à autonomia no campo da defesa (ANDRADE; ROCHA; FRANCO, 2019). A Marinha do Brasil criou uma estratégia de ciência, tecnologia e inovação com alguns objetivos em mente:

Busca pelo domínio científico e tecnológico em áreas sensíveis ou estratégicas de interesse da Marinha do Brasil (...), com destaque para o projeto, a construção e a operação de submarinos com propulsão nuclear; o monitoramento e controle das águas jurisdicionais brasileiras e demais áreas marítimas de interesse; a segurança e a defesa cibernética; a obtenção continuada de conhecimentos sobre os diferentes ambientes operacionais de interesse da Marinha Brasileira; o aprimoramento do desempenho e da higidez física e psicológica do combatente antes, durante e depois de operações de guerra naval; a capacitação para a defesa nuclear, biológica, química, radiológica e artefatos explosivos; a superação das barreiras e limitações de acesso às tecnologias, bens e serviços de interesse para os projetos estratégicos da Marinha; as incertezas inerentes ao provimento continuado de recursos humanos e financeiros para projetos de ciência, tecnologia e inovação de longo prazo; e a garantia de uma contínua e eficiente gestão tecnológica e do conhecimento. (ANDRADE; ROCHA; FRANCO apud BRASIL, 2019, p. 21).

Estes demonstram o ambicioso projeto da Marinha para garantir maior autonomia em sua missão. Alguns desses programas propostos contam com ajuda estrangeira a partir de parcerias com a

academia, instituições tecnológicas e científicas tanto militares quanto civis e também com a indústria (ANDRADE; ROCHA; FRANCO, 2019). Veremos, então, alguns desses projetos mais a fundo.

Para a vigilância, monitoramento, proteção dos recursos naturais, prevenção da poluição, entre outros, a Marinha contará com um sistema próprio para gerir as atividades ligadas ao mar. Este é chamado de Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), e tem como objetivo a ampliação do que já se conhece do ambiente marítimo. Além disso, ele é importante para que, caso seja necessário, haja uma resposta rápida às emergências ou crises que possam acontecer nas águas brasileiras a partir de meios operativos que estejam disponíveis. Este projeto, até a data de publicação desse artigo, ainda não foi implantado, mas está em desenvolvimento desde 2015. Esse sistema de monitoramento está previsto nas tarefas básicas do Poder Naval: “o monitoramento do mar, inclusive a partir do espaço”, o qual ‘deverá integrar o repertório de práticas e capacitações operacionais’ da Marinha” (ANDRADE; ROCHA; FRANCO, 2019, p. 20).

Desde 1979 a Marinha do Brasil desenvolve um Programa Nuclear (PNM), criado por motivos estratégicos e que visa a necessidade de construção de submarinos de propulsão nuclear pelo país. Este programa foi dividido em duas dimensões: “o domínio do ciclo do combustível nuclear e o desenvolvimento de uma planta nuclear de propulsão naval”. Existe, portanto uma relação bastante próxima entre o Programa Nuclear da Marinha e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos. O PNM já conseguiu resultados importantes ao longo dos anos, como a tecnologia para a produção de combustível nuclear que era destinado à propulsão naval e a gerar energia elétrica. Além disso, foi desenvolvido um reator que tem a capacidade de produzir energia elétrica suficiente para manter uma cidade de 20 mil pessoas iluminada. Por fim, produziu um Reator Multipropósito Brasileiro que conseguirá ampliar a capacidade de pesquisas em técnicas nucleares, bem como proporcionar autonomia na produção de radiofármacos e radioisótopos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR, 2018, p. 6).

Como já visto, um dos objetivos estratégicos para a Marinha do Brasil previsto na END é a projeção e fabricação de submarinos tanto de propulsão convencional, quanto de propulsão nuclear, acelerando os investimentos e parcerias que forem necessárias para a execução desse projeto. Parte disso, é o armamento dos submarinos com mísseis e torpedos, que, da mesma forma, seriam produzidos pelo Brasil (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

Este programa já está em execução, conhecido como PROSUB (Programa de Desenvolvimento de Submarinos), e fazem parte dos seus planos a construção de cinco submarinos: quatro submarinos convencionais (S-BR) e um submarino nuclear (SN-BR). Para isso, o Brasil contará com a parceria da França para uma transferência de tecnologia que englobará os projetos de submarino, inclusive os

sistemas de controle e combate da plataforma, mas não as partes nucleares (MARINHA DO BRASIL, s/d). Segundo o Almirante de Esquadra Eduardo Barcellar Leal Ferreira (2018, p. 4), essa transferência por parte da França “representa aspecto decisivo e crucial, sobretudo pela dificuldade que existe em se encontrar parceiros internacionais dispostos a concretizar tal transferência de conhecimento, o que nos possibilitará projetarmos os nossos próprios submarinos”. Tal projeto tem um custo total previsto de 31,85 bilhões de reais, dos quais até o primeiro semestre de 2017, 14,5 bilhões já foram gastos. O primeiro submarino convencional, Riachuelo, já foi finalizado e os outros três serão finalizados entre 2020 e 2022. Já o submarino de propulsão nuclear tem previsão de lançamento ao mar em 2029 (MARTINS et al, 2018).

O reator nuclear utilizado no submarino Álvaro Roberto será feito por meio da transferência de tecnologia francesa, mas o seu desenvolvimento será somente do Brasil. Como detentor de tal reator, o Brasil entraria na pequena lista de países que dominam esse tipo de tecnologia, sendo eles os membros permanentes do Conselho de Segurança<sup>3</sup> e a Índia, além de ser o único país não nuclear a possuir um submarino de propulsão nuclear. Portanto, o projeto pode afetar a balança de poder da América do Sul e aumentar o poder marítimo brasileiro, dessa maneira, ganhando poder e consolidando a sua posição de líder regional e no Atlântico Sul (MARTINS; COSTA; GUEDES; 2018).

Já o quinto objetivo proposto na END para a marinha é de projetar e fabricar navios de grande porte que serão capazes de permanecer e operar por grandes períodos de tempo em alto mar. Além disso, serão produzidos navios de menor porte com a função de patrulha do litoral e grandes rios do país. Para isso, será necessário um trabalho conjunto entre a Aviação Naval e a Força Aérea para garantir o sucesso e o controle do ar em caso de conflitos. Portanto, há o projeto de produção de um navio-aeródromo e de embarcações de combate (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

Para isto, foi criado o PROSUPER (Programa de Obtenção de Meios de Superfície), que prevê:

(...) cinco navios escolta de pelo menos 6.000 toneladas, adequados a operações prolongadas e em cenários de guerra naval de altíssima intensidade; cinco navios-patrulha de 1.800 toneladas, capazes de longa permanência nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB) com ênfase na patrulha das áreas de produção de petróleo; e um navio logístico de 24.000 toneladas, capaz de multiplicar a capacidade de um Grupo Tarefa em permanecer em operações nas AJB ou em uma área de crise ou de conflito em atendimento a interesses nacionais ou sob mandato internacional, a exemplo das Marinhas mais desenvolvidas com Produto Interno Bruto equivalente ou até menor que o brasileiro (MAIA, 2018).

Tal programa necessitaria de um investimento inicial de 5,7 bilhões de dólares (cerca de 23 bilhões de reais) e os navios seriam construídos no Brasil, mas com a transferência de tecnologia<sup>4</sup> de

<sup>3</sup> Os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas são: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China.

<sup>4</sup> Transferência de tecnologia diz respeito aos processos de assimilação de tecnologia estrangeira pelo âmbito nacional. Usualmente, identificam-se três tipos de transferência: 1) a tecnologia é fornecida pelos estrangeiros, que conservam sua

outros países. A previsão de entrega destas embarcações seria de 12 anos e esta produção geraria cerca de 13 mil empregos. Acreditando na viabilidade do projeto, sete países se apresentaram para parceria, entre eles a Itália e a Alemanha. Com este programa finalizado, a indústria militar naval seria moderna e tecnologicamente desenvolvida. Além disso, o PROSUPER aliado ao PROSUB traria para o Brasil uma capacidade tecnológica e industrial na área naval que poucos países no mundo possuem, fazendo com que o País ganhasse visibilidade e poder no sistema internacional, e podendo ainda se projetar como líder da América do Sul. No entanto, o projeto está completamente parado pela falta de verbas, decorrente da crise financeira e política no país (MAIA, 2018).

Somados aos projetos já mencionados, tem-se o Programa de Obtenção de Navios-Aeródromos (PRONAE). Este prevê a construção de 2 navios-aeródromos que desloquem cerca de 50 mil toneladas e que sejam desenvolvidos no Brasil. Os navios teriam a propulsão convencional e “disponibilidade de catapulta e aparelho de parada para, respectivamente, a decolagem e o pouso das aeronaves”. Tudo isto seria feito através de parcerias entre Estados e seus decorrentes contratos comerciais. Além disso, espera-se que haja o processo de transferência de tecnologia para o País (MARINHA DO BRASIL, s/dc).

Assim como o PROSUPER, o PRONAE contaria com o auxílio estrangeiro para construção e transferência de tecnologia dos navios-aeródromos. Este programa está dividido em três fases (treinamento de pessoal e estudos de exequibilidade; previsão de confecção e formalização do projeto e; a construção) e o valor de obtenção dos navios só poderá ser estimado na segunda fase. Porém, a Marinha informa que a estimativa de conclusão do projeto é até 2028 (MARINHA DO BRASIL, s/dc).

Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do programa de construção de Corvetas Classe Tamandaré, chamado de Programa “Classe Tamandaré”. Iniciado em 2017, seu objetivo é, além de renovar a esquadra com quatro navios modernos (MARINHA DO BRASIL, s/dd), ampliar e tornar mais robusta a capacidade brasileira de construção militar naval: as corvetas serão projetadas por engenheiros brasileiros, construídas em estaleiros brasileiros (ANDRADE; FRANCO, 2018). Sendo assim, esse projeto fará uma contribuição relevante para o desenvolvimento das indústrias de base de defesa, uma vez que formará uma capacidade autônoma. Além disso, será desenvolvida uma cadeia logística independente de suprimentos e reparos e haverá uma absorção de novas tecnologias, que poderão ser utilizadas por outros segmentos industriais brasileiros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR, 2018).

---

propriedade; 2) a tecnologia é comprada; 3) a tecnologia é adquirida através de esforços nacionais no sentido de reproduzir a desenvolvida pelos estrangeiros. Na terceira modalidade, que foi a adotada no caso estudado, a aquisição de conhecimento pode ocorrer por meios educativos, experimentação, pesquisa ou compra (DAHLMAN; WESTPHAL, 1983). No caso em questão, a transferência de tecnologia implica que, além de fornecer a tecnologia, os estrangeiros também ensinarão aos brasileiros como produzi-la.

Esses navios possuem mobilidade, autonomia e capacidade de detecção que os distancia dos demais. Contribuem para a defesa dos interesses econômicos nacionais e são próprios para trabalhar na proteção dos navios de grande porte, que normalmente possuem menos recursos para autodefesa e são mais lentos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR, 2018). A entrega dos quatro navios está prevista para acontecer entre os anos de 2024 e 2028, sendo que em março de 2019 o consórcio “ÁGUAS AZUIS”, composto pelas empresas ATECH Negócios em Tecnologias S.A, EMBRAER S.A e THYSSENKRUPP Marine Systems GmbH (TKMS), foi anunciado como a melhor oferta para o programa. Serão também subcontratadas mais três empresas: ATLAS Elektronik, Estaleiro ALIANÇA S.A. e L3 MAPPS (MARINHA DO BRASIL, s/dd).

Por fim, temos o projeto denominado Navios Patrulha em que a Marinha Brasileira tem a intenção de construir em estaleiros nacionais 15 navios-patrulha. Esses, são navios de pequeno e médio portes, que são bastante versáteis e ideais para o monitoramento das águas brasileiras. Com esses navios é possível o combate ao contrabando, ao crime organizado, a pirataria, o tráfico de drogas e também a pesca predatória. Atua também para prevenir a poluição ambiental, sendo, portanto, um trabalho que contribui para a segurança do tráfego marítimo nacional. Tudo isso viria dos recursos da própria Marinha Mercante, de forma a fomentar a Base Industrial de Defesa e a construção naval do país. Além de beneficiar a Marinha com novos equipamentos, seria uma maneira de gerar mais empregos e contribuir para o desenvolvimento do Brasil. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR, 2018).

Com todos os programas apresentados a Marinha do Brasil tem como objetivo “capacitar o Brasil a projetar e construir submarinos convencionais e, especialmente, com propulsão nuclear”. Isso estimulará a indústria nacional, o desenvolvimento de novas tecnologias nacionais e pode ainda beneficiar a geração da energia elétrica, a irradiação de alimentos a serem conservados e a produção de radioisótopos para a medicina (FERREIRA, 2019, p. 4). Acredita-se, no entanto, que esses programas convergem para gerar uma consequência: a projeção de poder brasileiro na América do Sul pela via marítima. O Brasil, mesmo sendo um país tradicionalmente pacífico e que preza pelos princípios da não-intervenção e da soberania nacional e praticando o *soft power*<sup>5</sup>, tenta aumentar o seu poder e influência no sistema internacional por meio do desenvolvimento de armamentos marítimos. Isto, numa perspectiva realista das Relações Internacionais é extremamente importante, visto que no sistema internacional quando os Estados se armam os demais podem se sentir ameaçados e aquele

---

<sup>5</sup> *Soft Power* é um conceito introduzido por Joseph Nye em XXXX, e compreende uma ferramenta de poder. Ela pode ser utilizada por Estados e outros atores internacionais. Este engloba características sociais, culturais e ideológicas e deve ser uma maneira de atrair o ator a ter vontade de copiar quem exerce o poder em primeiro lugar. Sendo assim, “o *soft power* é uma articulação sedutora de poder, ele coopta as pessoas a quererem ser iguais ao invés de obriga-las a tal. O *soft power* tem a sua principal característica de acordo com conceitos ideias e culturais mais próximos com o que prevalece como uma norma global”. (NYE apud MARTINELLI, 2016, p.70).

tende a exercer um poder e liderança sobre os demais. A estratégia de defesa discutida, seria então, uma maneira de se impor internacionalmente e ganhar prestígio e influência nas questões regionais e, quiçá, mundiais.

A teoria realista não é composta somente por uma corrente – seria mais correto dizer até mesmo teorias realistas. Mas, de maneira geral, elas convergem a respeito da importância do *hard power* nas relações internacionais - esse corresponderia às capacidades militares dos Estados Nacionais. Os Países, por sua vez, dificilmente se contentam com a sua posição no ambiente internacional e, se perceberem que os custos são relativamente baixos, empregarão suas forças de modo a alterar o *status quo*. Isso porque eles estão constantemente envolvidos na busca pelo poder, entendido aqui como a capacidade de fazer com que outro ator tenha um determinado comportamento que não teria sob outras circunstâncias (MEARSHEIMER, 2001).

Os realistas divergem, então, a respeito de quanto poder um determinado Estado deve alcançar e o que motiva essa busca. Os ofensivos, como Mearsheimer, defendem que um Estado deve buscar o máximo de poder possível de maneira a se tornar o hegemona mundial; o defensivo alega que a quantidade de poder deve ser a suficiente para garantir a sobrevivência do Estado, sem que esse tenha ambições de se tornar a maior potência do mundo. Já os estruturalistas, como Waltz, acreditam que essa busca por poder é motivada pela estrutura do Sistema Internacional, que é baseada na lógica de *self-help*. Independente de qual linha analisarmos, a lógica realista é marcada pela busca pelo poder e por um ambiente internacional caracterizado como estado de natureza hobbesiano – de modo que garantir a sobrevivência do Estado é uma prioridade que é alcançada através do poder (WALTZ, 2012).

Diante disso, os projetos desenvolvidos pela marinha seriam uma maneira do Brasil se armar e demonstrar poder para o mundo. Em uma apostila de Introdução à História Marítima Brasileira, publicada em 2006 pelo Serviço de Documentação da Marinha e pela Diretoria de Ensino da Marinha, existe a discussão sobre a percepção do mundo sobre o Poder Naval. Tal percepção dependeria daquilo que está visível para o observador e depende também do contexto no qual este indivíduo está inserido política, regional e internacionalmente. Além disso, alguns dos recursos que a Marinha dispõe podem ser invisíveis aos olhos de pessoas leigas que não entendem “a complexidade sistêmica dos navios modernos, necessárias às respostas rápidas e eficazes, quando em combate” por exemplo. Entretanto, é bastante visível aos mesmos indivíduos os canhões, mísseis e a aparência de um navio. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 2006, p. 166).

Ademais, se faz importante que além das suas funções em tempos de guerra, os navios sirvam também para o emprego político. “O prestígio de uma Marinha sempre foi um dos atributos mais

importantes para a percepção do Poder Naval” e este prestígio tem sua base na maneira pela qual se mostra visível e “pode levar à necessidade de demonstrar permanente superioridade”. Por fim, acredita-se que apesar da importância da aparência de força e do prestígio da Marinha, a percepção essencial da função política de uma força naval está “na percepção do quanto é realmente importante o objetivo pretendido para quem aplica a persuasão armada”. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 2006, p. 167). Sendo assim, a construção de submarinos tanto convencionais quanto o nuclear, assim como os demais navios do projeto da Marinha, seriam uma maneira de mostrar a força naval existente no Brasil e fazer com que ela seja visível até aos mais leigos. Ao se armar dessa maneira, o Estado estaria mostrando ao mundo o seu poder e ganhando influência internacional.

A partir dessa abordagem realista, quando consideramos as questões relativas ao Atlântico Sul, à posição geográfica do Brasil e os projetos apresentados acima, é possível perceber o que país tem buscado investir em programas que visem consolidar suas fronteiras. Mesmo sendo um país que tradicionalmente escolhe resolver suas divergências por meio diplomático, as informações apresentadas sugerem que o Estado brasileiro busca consolidar seu poder bélico naval de modo a garantir que suas fronteiras marítimas não sejam contestadas e permaneçam seguras. Esse fortalecimento pode ser encarado como uma maneira de aumentar a garantia da sobrevivência do Estado Brasileiro no caso de um possível conflito no Atlântico Sul no futuro.

Isso indicaria que, apesar da preferência histórica pelo *soft power*, o Brasil também quer se inserir no grupo de Estados que são detentores do poder de decisão no ambiente internacional – Estados esses que, comumente, são detentores de alto poderio bélico (ou seja, que enfatizam o *hard power*). Adota, então, em alguma medida uma postura realista acerca de como um Estado pode consolidar seu poder no ambiente internacional. Como foi mostrado, uma postura realista é aquela que defende que o poder bélico é o grande elemento estruturante do poder no ambiente internacional – quanto maior o poder bélico de um Estado, mais poderoso ele é. Juntando à essa perspectiva a análise de Mahan apresentada ao longo do texto de que o controle do mar é o elemento mais importante na definição de quem são as potências no ambiente internacional, o Brasil, ao buscar consolidar seu poder naval, busca também aumentar seu status como ator relevante no ambiente internacional.

Uma questão interessante a ser levantada a esse respeito, é se esse posicionamento pacífico adotado ao longo do tempo se manterá sob o governo do novo presidente, Jair Bolsonaro eleito em 2018 para um mandato de quatro anos. Se o novo governo decidir seguir uma linha de política externa mais vertical do que seus antecessores e mais caracterizada pela lógica de *hard power*, o sucesso dos projetos da Marinha Brasileira pode implicar uma considerável mudança de poder no subcontinente. Os outros Estados poderiam começar a se sentir ameaçados pelo desenvolvimento brasileiro, o que,



por sua vez, pode levar a eles próprios quererem desenvolver suas próprias tecnologias com propósitos semelhantes aos brasileiros.

Ao mesmo tempo, seguindo uma lógica realista, o Brasil seria ingênuo de não se preparar para o pior caso possível. Como foi mostrado, existe a possibilidade de que, no futuro, o Atlântico Sul se torne extremamente disputado entre diversos Estados. Não se preparar para defender sua posição estratégica na região poderia levar o país a ter suas fronteiras marítimas invadidas ou até mesmo diminuídas. Logo, seria crucial consolidar o poder naval na área antes que o conflito em si aconteça.

#### 4. Conclusões

O presente artigo teve como objetivo analisar a prioridade que se tem dado ao desenvolvimento do poder naval brasileiro. Para tanto, em primeiro lugar, mostramos os motivos pelos quais deve ser dada ênfase no desenvolvimento da Marinha do Brasil. Vimos que a posição geográfica do Brasil é favorável para o fortalecimento da força naval e que as melhorias são importantes devido à grande dependência das vias marítimas para realização do comércio exterior do país, pelo fato de boa parte da população estar localizada no litoral e pelas riquezas naturais presentes na chamada Amazônia Azul.

Em seguida, mostramos alguns dos projetos que estão sendo desenvolvidos pela Marinha Brasileira de acordo com a END. Uma parte importante dos projetos é que todos estabelecem que deve haver a transferência de tecnologia para o Brasil. Isso levará a Marinha Brasileira a se tornar detentora de tecnologia de ponta – e provavelmente, uma das mais modernas na América do Sul. Assim, o Brasil, supostamente, consolidaria sua posição como líder regional. Nesse contexto, é primordial que os projetos sejam desenvolvidos e implementados até seu fim de maneira bem-sucedida.

Tínhamos como pergunta de partida “em que medida os objetivos propostos para a Marinha do Brasil na Estratégia Nacional de Defesa irão trazer retornos positivos no que tange a esfera internacional?”. Tendo isso em mente, verificamos que a estratégia do governo brasileiro em relação aos programas da Marinha carrega uma lógica realista. Assim, o que se acredita é que ao se armar e se preparar para um possível combate, o país está demonstrando aos demais que tem poder e pode os constranger a, de fato, travar um embate com o país. Além disso, as chances são que ao se armar, um país exerça influências nos demais e acabe liderando e ditando as regras do jogo.

No caso brasileiro, o país já tem uma vantagem natural que é a de possuir fronteiras marítimas muito extensas. Isso, aliado a grande quantidade de recursos naturais valiosos como o petróleo e o gás natural, faz com que as águas brasileiras devam ser devidamente protegidas. Assim, os novos equipamentos que apresentamos terão uma parte importante nessa função de vigilância e proteção, além de ser uma forma de projetar poder internacional e se consolidar como um líder regional. A

tecnologia sendo desenvolvida também é fundamental para uma potência regional e a expertise adquirida na construção desses equipamentos da Marinha poderão ser utilizados por outros setores industriais e técnicos, sendo essencial para o desenvolvimento do país.

Dessa maneira, a nossa hipótese inicial era a de que os objetivos traçados para a Marinha do Brasil visam o uso estratégico das vias marítimas. Isso trará o desenvolvimento de novas tecnologias, fazendo com que o Brasil se consolide como líder internacional, sendo essencial para a projeção de poder internacional do País. Diante do que vimos, essa tese pode ser confirmada. No entanto, acreditamos que este assunto ainda não foi esgotado e vemos possibilidade de novas pesquisas sobre o tema no futuro.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, I. O.; FRANCO, L. G. A. *A Amazônia Azul como Fronteira Marítima do Brasil: importância estratégica e imperativos para a defesa nacional*. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa (org.). *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2018.

ANDRADE, I. O.; ROCHA, A. J. R.; FRANCO, L. G. A. *Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul: soberania, vigilância e defesa das águas jurisdicionais brasileiras*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, março de 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2452.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2452.pdf)> Acesso em: 21 jul. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR. *Programa Nuclear da Marinha: a energia nuclear no radar do desenvolvimento tecnológico brasileiro*. Brasil Nuclear, ano 25, n. 49, dezembro 2018. Disponível em: <<http://www.aben.com.br/Arquivos/603/603.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2019.

BILAC, O. *A defesa nacional* (discursos). Liga da Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA. *Vertente Econômica*. Marinha do Brasil, 2019. Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia\\_azul/vertente-economica.html](https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/vertente-economica.html)> Acesso em 18 ago. 2019.

DAHLMAN, C. J.; WESTPHAL, Larry E. *A transferência de tecnologia*. Finanças & Desenvolvimento, v. 3, n. 4, p. 6-9, 1983.

DA SILVA, G. M. *Marinha Mercante Brasileira: Contribuição para o Desenvolvimento e a Segurança Nacionais*. Revista da Escola Superior de Guerra, v.25, n.51, p. 95-113, jan/jun. 2010.

DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA. *A Marinha do Brasil e a Marinha Mercante são a mesma instituição?* Brasil, s/d. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/ensino/?q=faq/marinha-do-brasil-e-marinha-mercante-s%C3%A3o-mesma-institui%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 18 ago. 2019.

FERREIRA, E. B. L. *A capacitação adquirida com o SN-BR será uma vitória que vai além do setor militar* (Entrevista concedida ao Informativo da Associação Brasileira de Energia Nuclear). Brasil Nuclear, ano 25, n. 49, dezembro 2018, p. 4-7. Disponível em: <<http://www.aben.com.br/Arquivos/603/603.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2019.

GONÇALVES, T.; CORBELLINI, M. *A estratégia marítima brasileira contemporânea para o Atlântico Sul*. Estudos do CEPE, n. 40, Julho/Dezembro 2014, pp. 249-277.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Distribuição da população – 2010*. 2018. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_do\\_brasil/sociedade\\_e\\_economia/mapas\\_murais/distribuiçao\\_populacao\\_2000.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/distribuiçao_populacao_2000.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2018.

MAHAN, A. T. *The influence of sea power upon history 1660-1783*. Courier Corporation, 1987.

MAIA, P. *Corveta Classe Tamandaré: uma análise completa por Paulo Maia*. Tecnologia e Defesa, n. 151, 22 junho 2018. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/corveta-classe-tamandare-uma-analise-completa-por-paulo-maia/>> Acesso em 29 set. 2018.

MARINHA DO BRASIL. *Amazônia Azul*, s/da. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul>>. Acesso em: 28 set. 2018.

MARINHA DO BRASIL. Missão e Visão de Futuro da Marinha. Ministério da Defesa, s/de. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MARINHA DO BRASIL. Programa “Classe Tamandaré”, s/dd. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/programa-classe-tamandare>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MARINHA DO BRASIL. Programa de Obtenção dos Navios-Aeródromos, s/dc. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/programa-de-obtencao-dos-navios-aerodromos>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MARINHA DO BRASIL. Prosub, s/db. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/813>>. Acesso em: 28 set. 2018.

MARTINS, C. G. D.; BORGES, F. A. C.; COSTA, M. M.; SILVEIRA, N. C.; GUEDES, Y. O. *Cooperação Regional Sul-Americana: os Desafios Impostos pela Construção do Submarino Nuclear Brasileiro*. Ministério da Defesa, 2018.

MARTINS, C. G. D.; BORGES, F. A. C.; COSTA, M. M.; SILVEIRA, N. C.; GUEDES, Y. O. *PROSUB: o projeto do submarino nuclear brasileiro*. Conjuntura Internacional, julho de 2018. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/07/12/prosub-o-projeto-do-submarino-nuclear-brasileiro/>> Acesso em: 27 set. 2018.

MEARSHEIMER, J. J. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York, W. W. Norton and Company, 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. Ministério da Defesa, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. Portal do Ministério da Defesa, 2017a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 27 set. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Papel da Defesa Nacional*. Portal do Ministério da Defesa, 2017b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/papel-da-defesa-nacional>> Acesso em: 27 set. 2018.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL. *Portos*. s/d. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/sistema-portuario-nacional>>. Acesso em: 30 set. 2018.

PECEQUILO, C. S. *A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical*. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153, 2008.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *Introdução à História Marítima Brasileira*. Serviço de Documentação da Marinha; Diretoria de Ensino da Marinha, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2019.

WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2012. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf)>. Acesso em: 26 ago 19.



## DITADURAS DO CONE SUL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE RESISTÊNCIA A PARTIR DO ARAGUAIA

**Rafaela Mano  
Elisiario**

Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis e possui experiência em pesquisas sobre Ditadura Militar no Brasil e os movimentos de resistência e experiência em pesquisas historiográficas sobre História Regional com ênfase em História de Petrópolis.

**Resumo:** As ditaduras dos países do chamado Cone Sul representaram um período de autoritarismo institucional com restrição das liberdades democráticas e aplicação sistêmica de práticas de tortura na América Latina. Cada país que atravessou o enfrentamento aos regimes ditatoriais produziu suas próprias estratégias e ferramentas na busca pelo restabelecimento democrático. Neste sentido, analisaremos uma das experiências fabricadas em solo brasileiro e que compõe o conjunto de movimentos contrários as ditaduras do Cone Sul. A resistência, em suas mais diversas formas, nasce como elemento fundamental na oposição à Ditadura Civil- Militar Brasileira. Os movimentos, organizações e partidos de esquerda, na perspectiva da luta pelo retorno da democracia no país, trouxeram à tona os debates teóricos e, por conseguinte práticos, a serem utilizados como caminho para superação do regime militar e construção de um governo popular e soberano. Neste contexto, a luta armada surgiu como uma das alternativas de resistência ao estado de exceção estabelecido a partir de 1964 no país e o Partido Comunista do Brasil, através das suas opções teóricas e alinhamento político, atuou a partir da Guerrilha do Araguaia no enfrentamento armado frente ao período de interrupção do ciclo democrático no Brasil.

**Palavras-chave:** Ditadura; Luta armada; América Latina; Democracia.

**Abstract:** The dictatorships in the countries of the so-called Southern Cone represented a period of institutional authoritarianism, democratic freedoms restricted and systemic application of practices of torture in Latin America. Each country that crossed the confronting dictatorial regimes produced their own strategies and tools in these arch for Democratic restoration. In this sense, we will examine one of the experiences made in Brazil and that makes up the set of movements against dictatorships in the Southern Cone. The resistance, in its various forms, is born as a fundamental element in the opposition to the Brazilian Civil Military Dictatorship. The movements, organizations and left-wing parties, in view of the fight for there turn of democracy in the country, brought to the fore the theoretical discussions and practical, to be used as a way too vercome the military regime and building a popular and sovereign Government. In this context, the armed struggle has emerged as one of the alternatives of resistance to the State of exception established from 1964 in the country and the Communist Party of Brazil, through their theoretical and political alignment options, served from the Araguaia guerrilla in the armed conflict during the period of interruption of democratic Brazil cycle.

**Keywords:** Dictatorship; Armedstruggle; LatinAmerica; Democracy.



## 1. Introdução

Atualmente parte da América Latina atravessa um momento de rearranjo político, onde os ciclos tidos como “progressistas” esgotaram-se, inaugurando um período de modificações na política econômica e social de países importante como, por exemplo, Argentina e Brasil. No caso brasileiro, esse novo período veio acompanhado por uma forte presença de militares no aparelho governamental e um discurso crescente feito por algumas camadas da sociedade em defesa dos governos da ditadura, sob a justificativa da existência de pontos positivos durante aquele período. Desta forma, as questões levantadas neste artigo demonstram a necessidade de manter em permanente debate crítico, dentro e fora da academia, o regime ditatorial vivido no Brasil a partir de Abril de 1964.

As insuficientes versões oficiais dadas pelo Estado Brasileiro sobre o período ditatorial caracterizam-se, entre outros, como um dos principais fatores que tentam, sem versões contundentes, virar uma página da história que ainda não foi contada. Esse “apagamento” de informações é ainda maior quando se refere aos setores civis e empresariais da nossa sociedade que, de alguma forma, financiaram o golpe de 1964. Os co-responsáveis pela interrupção de um ciclo democrático no Brasil e pelo respaldo a todo tipo de barbárie cometida pela Ditadura, jamais prestaram seus esclarecimentos a um povo que tem o direito de saber a sua história. Portanto, é de interesse e valor social a produção de trabalhos que contribuam na busca da memória, verdade e justiça em nosso país.

Durante as décadas de 1960 e 1970 a América latina viveu um processo de intensa efervescência política influenciadas por um cenário internacional que tinha como pano de fundo a Guerra Fria, gerando desdobramentos que ultrapassaram o eixo União Soviética- Estados Unidos.

A ordem mundial da segunda metade do século XX foi marcada pela bipolarização entre os interesses das duas potências que disputavam os rumos da política econômica do mundo. Essa lógica dual, simbolizada pelo Muro de Berlim que dividia o mundo entre a União Soviética que representava o bloco socialista e os Estados Unidos que representava o bloco capitalista, fundamentou a Guerra Fria numa tentativa de ambos os lados consolidarem sua hegemonia por todo território mundial. Entre outras abordagens mais profundas sobre a tensão entre os principais blocos políticos do período, Domenico Losurdo em seu livro *A Fuga da História* aponta:

É a chamada Guerra Fria, que abarca todo o planeta e se prolonga por décadas. No início dos anos 50, suas características foram assim explicadas pelo general norte-americano James Doolittle: ‘Não existem regras em tal jogo. Não têm mais validade as normas do comportamento humano até agora aceitáveis [...] Devemos aprender [...] aprender a subverter, sabotar e destruir nossos inimigos com métodos mais sofisticados e mais eficazes do que aqueles que usam contra nós. (LOSURDO, 2004, p.27)

Os métodos sofisticados correspondem à intensiva investida bélica desenvolvida por ambas as potências, inaugurando um novo ciclo na capacidade de ofensiva dos países que disputavam o controle mundial. No entanto, o desenvolvimento dessa poderosa tecnologia bélica por ambas as potências e

não mais apenas pelos Estados Unidos gerou grande possibilidade de eclodir uma guerra nuclear. Diante desse panorama o cenário da Guerra Fria acabou consolidando-se através de confrontos em áreas específicas, onde os dois blocos apoiavam e financiavam com armamentos tradicionais os países que fossem seus aliados ou estivessem sob sua área de influência e dominação. Os conflitos localizados mais expressivos do período embrionados pela Guerra Fria foram a Guerra da Coreia; A Guerra da Indochina e a Guerra do Vietnã. Marcas desse período perpetuam-se até hoje no seio das populações e da história local desses países.

A Guerra Fria atingiu os países latino-americanos fomentando tensão nas relações entre eles e a potência dominante de seu próprio bloco que, por sua vez, queria ampliar sua zona de influência na perspectiva de consolidar seu projeto político e socioeconômico. A América Latina, entendida dentro da relação histórica de sua formação dependente à medida que era explorada e colocada inicialmente numa posição de fornecedora de riquezas e matérias-primas para os grandes centros de dominação mundial, assumiu um papel importante ao longo do século XX, no que diz respeito às suas experiências contra hegemônicas frente ao imperialismo norte-americano.

O pano de fundo de todas as articulações e aspirações políticas exercidas no continente Americano a partir de então estavam diretamente relacionadas com a narrativa da Guerra Fria. A necessidade de frear a expansão ideológica do comunismo sobre os países latino-americanos geraram uma espécie de “estado de alerta” por parte dos EUA frente aos governos eleitos na América Central e do Sul, causando desconfiança de qualquer posição governamental desses países que se mostrasse em algum direcionamento divergente da política exterior dos Estados Unidos.

Neste sentido, desenvolveu-se a intensiva e estratégica propaganda anticomunista, utilizando-se massivamente dos meios de comunicação, a fim de formar uma opinião pública contrária ao movimento comunista.

Na conjuntura das décadas de 50 e, posteriormente, Cuba tornou-se um perigo iminente para os interesses da política externa dos EUA, seja pelo estreitamento de suas relações com a União Soviética, seja pela inspiração revolucionária que a pequena ilha causou em diversos países da América Latina.

Neste sentido, diante do perigo expresso pelo governo de Castro e do acirramento das lutas ideológicas que permearam todo o período temporal abordado até aqui, as relações de poder dentro do continente americano desenharam-se a partir da atuação intervencionista do governo norte-americano. Mecanismos formais e burocráticos de controle político e econômico foram instaurados sob os demais países da região como, a Doutrina Monroe, Destino Manifesto e a Emenda Platt.

Os governos que traçavam alternativas político-econômicas que, de alguma forma, se contrapusessem aos interesses estadunidenses, se constituíram em alvos de intervenção. A situação

latino-americana de subdesenvolvimento e fragilidade democrática levou o governo dos EUA, preocupado com novos movimentos revolucionários no continente, a articular e participar ativamente do processo que costurou os golpes civis-militares nos países do Cone Sul, instaurando Ditaduras nos países em questão.

Assim, foram orquestrados golpes militares sustentados pelo governo imperialista norte-americano no Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil, derrubando governos eleitos democraticamente e implementando Ditaduras que foram responsáveis por práticas de terrorismo de Estado e violação dos Direitos Humanos.

## **2. Brasil: antecedentes ao golpe de 1964**

O Brasil era um dos países mais importantes da América Latina aos olhos do imperialismo estadunidense. Assim como outras nações latino-americanas, também passou pelo processo de colonização, usurpação de suas riquezas e matérias-primas para alimentar a acumulação de capital dos países centrais do capitalismo.

Desde a derrubada da ditadura do Estado Novo em 1945 até o golpe de 1964, o Brasil gozou de certa democracia, se entendermos aqui o termo democracia dentro da perspectiva do materialismo histórico em que, só é possível a conquista plena democrática a partir do processo da luta de classes que promova a superação das classes hegemonicamente dominantes. Neste curto período democrático, em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, seu vice-presidente João Goulart, chegou ao mais alto cargo político do Brasil. João Goulart assumiu sob o regime parlamentarista e, após um plebiscito em janeiro de 1963 que consolidou a volta do presidencialismo, passou a governar efetivamente o país.

Na esfera econômica a inflação no governo de Jango era crescente e o PIB nacional estava congelado, desagradando diversas camadas que disputavam os rumos do governo que, por sua vez, tinha a difícil tarefa de conciliação entre setores distintos da sociedade. Os caminhos para a solução dos problemas enfrentados pelo governo tinham rumos antagônicos, à medida que eram encabeçadas por grupos que possuíam interesses diferentes, tornando a situação de conciliação mais complicada.

Neste contexto político surge o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado no final de 1962. Composto por dois elementos centrais, o primeiro consistia em medidas de combate ao aumento inflacionário e o segundo, nas polêmicas Reformas de Base englobando reformas agrária, universitária, eleitoral, tributária, da legislação em relação ao capital estrangeiro, bancária e urbana.

O Plano Trienal por se tratar de um plano com um caráter de "salvação nacional" direcionava um pedido de "aperto dos cintos" sob a justificativa de ser necessário para a obtenção de benefícios em



longo prazo para o país, o que afetaria basicamente a classe trabalhadora. No mês de fevereiro o CGT produziu um manifesto que caracterizava como "reacionário" o plano proposto pelo governo Goulart. A oposição em torno dessa medida do Plano Trienal cresceu através da articulação de organizações como a CGT, FPN, PUA, UNE e o também o grupo "nacionalista" do PTB.

Durante esses desdobramentos referentes ao primeiro eixo central do Plano Trienal, Jango vinha colocando de forma mais efetiva as bandeiras das Reformas de Base. Assim, em certa medida, as demandas das classes populares estavam sendo levantadas preocupando os setores empresariais brasileiros, aliados aos grandes empresários internacionais formadores do bloco multinacional e associado. É pertinente a colocação de René Dreifuss sobre o bloco multinacional e associado:

A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas do Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma intelligentsia política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro. Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Como foi visto anteriormente, a partir de meados da década de cinquenta os interesses multinacionais e associados se cresceram e se fortaleceram rapidamente, tornando-se indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta. (DREIFUSS, 2006. p. 73)

Este período pré- 64 no Brasil foi marcado por um intenso debate ideológico em torno da direção em que devia seguir o país. Neste sentido a luta ideológica no pré-64 deve ser compreendida não como uma imposição unilateral de interesses e sim como o local onde os discursos e as práticas dos diversos grupos sociais se relacionavam em busca da hegemonia. Cabe-nos ressaltar aqui a atuação do complexo IPES/IBAD que tinha como finalidade combater o governo do Jango e denunciar as forças sociais que, mesmo moderadamente, apoiavam sua administração.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais- IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática-IBAD, possuíam uma elite orgânica de diferentes vertentes ideológicas.

No entanto, três posições unificavam a atuação dessa elite dentro do complexo IPES/IBAD, sendo elas: o posicionamento anticomunista, as relações econômicas multinacionais e associadas e o objetivo de readequar o Estado. O complexo IPES/IBAD, apresentando-se como "agregações apartidárias com objetivos essencialmente educacionais e cívicos", buscavam mascarar a ação permanente de viés político ideológico e militar por eles coordenadas.

Por isso, à medida que o governo de Goulart sinalizava uma envergadura de cunho minimamente progressista, intensificou-se sobre ele a acusação, por parte dos setores conservadores nacionais/ internacionais, de se alinhar próximo aos ideais comunistas. A desestabilização do governo colaborou para uma investida na propaganda antigoverno por parte das elites brasileiras em consonância com forças norte-americanas. Assim, todo o governo de João Goulart viveu sob um

tensionamento que fragilizava sua governabilidade, colocando em perigo a continuação do seu mandato constitucional.

Especificamente entre os anos de 1962-1964 inaugurou-se a construção inicialmente disfarçada, no entanto, conjuntural de um golpe de estado buscando destituir o bloco populista então no poder. Esse momento de articulação que precede o golpe de 1964 é chamado por René Armand Dreifuss, em seu livro *A conquista do Estado*, de "período de ação de classe organizada".

Neste sentido, existia a construção de um arranjo político pragmático e também ideológico que consistia na defesa de interesses internos como externos, através de um projeto de direcionamento específico de condução do Estado brasileiro que possuía como característica básica: a maior abertura ao capital estrangeiro entrelaçado com o desmantelamento da soberania nacional.

Para obter respaldo de amplas camadas médias da sociedade, utilizando as táticas de ação ideológica e social e doutrinação geral, a elite orgânica brasileira agiu centralmente através do complexo IPES/IBAD e dos demais aparelhos político ideológicos, na intensiva campanha anticomunista no país. Complementando esse panorama, é pertinente colocar a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) que estreitou relações entre civis e militares, formou os principais quadros para ocupar as funções do regime militar e elaborou a ideologia hegemônica do regime a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Essa movimentação foi caracterizada por Dreifuss como "bloco histórico de poder" e corroborava com a tentativa de fragilização do governo vigente criando a narrativa de um caos nacional, de uma anarquia generalizada por parte das massas populares, da perda da moral e da ordem.

Este discurso ganhou força e adesão de vários setores da sociedade, desembocando no apoio a instauração do golpe civil-militar no Brasil em 1 de Abril de 1964. O objetivo proposto pelo golpe era muito claro: tratava-se de garantir interesses bem definidos dentro da política econômica do país e fora dele. As classes dominantes, com o auxílio dos aparelhos de repressão do Estado, consolidaram o projeto de desenvolvimento dependente associado ao capital internacional que vinha sendo ameaçado pela conjuntura de conflitos entre capital e trabalho. Esta tese é colocada na análise de Dreifuss, do caráter de classe do Golpe de 1964 e dos governos da Ditadura.

### **3. O caminho da luta armada**

O acontecimento do golpe no Brasil surpreendeu os setores contrários à Ditadura civil- militar naquele período. Devido a uma desorganização, em geral, a esquerda do país ficou praticamente impossibilitada de oferecer uma reação imediata ao golpe. Com essa afirmação, não temos a pretensão de julgar a eficiência dos setores da esquerda naquele período, apenas, analisar, através dos métodos

próprios da História, a articulação concreta que a esquerda protagonizou para responder rapidamente ao golpe de estado.

As formulações sobre qual caminho seguir para concretizar as transformações revolucionárias no Brasil que, já vinham sendo discutidas, aumentaram excessivamente após o episódio do golpe militar. Desse processo de profunda discussão sobre a necessidade de buscar uma reação, surgiram outras organizações que pregavam a superação da Ditadura. Essas organizações tinham como ponto central o combate ao governo ditatorial, mas, novamente, divergiam na maneira de alcançar esse objetivo. As discussões se deram, em primeiro plano, em torno dos que continuavam defendendo a via pacífica e dos que sustentavam a questão da luta armada. Sendo que, entre estes últimos, também existia uma divergência de opinião centrada na escolha entre a guerrilha urbana ou rural.

É relevante colocar como se apresentou a conjuntura política do país durante essas formulações da esquerda no pós-64. O governo militar deixou claro que não se intimidaria em exercer seus poderes arbitrários tutelados por um regime ditatorial. O autoritarismo se acentuou através das perseguições políticas e do terrorismo de estado, praticamente, institucionalizado. O estreitamento do regime ditatorial e a forte repressão levaram a uma radicalização da maioria da esquerda brasileira que enveredou para o caminho armado. Organizações como a ANL, MOLIPO, VAR-Palmares, entre outras, aderiram à resistência armada, concentrando suas ações no meio urbano.

Divergindo da maioria das esquerdas radicais do período que atuaram concretamente através da luta armada nas cidades, o PC do Brasil defendia a luta armada no campo como a alternativa correta para combater a Ditadura civil- militar. Assim, organizou no sul do estado do Pará a Guerrilha do Araguaia, a partir do ano de 1968 quando o partido já enviava seus primeiros militantes para o contato com a região.

Inicialmente cabe-nos resgatar, brevemente, o surgimento da expressão “guerrilha” no universo da esquerda. Para isso, é pertinente a seguinte contribuição de Eric Hobsbawm:

O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX, talvez porque em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador a movimentos e ideologias arcaicas facilmente confundidas pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo uma ação contrarrevolução. Afinal, as poderosas guerras de guerrilha do período revolucionário e napoleônico francês dirigiram-se sempre contra, e jamais a favor da França e da causa de sua Revolução. A própria palavra “guerrilha” não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959. (HOBBSAWM, 2008. p.84)

Portanto, a utilização e a própria expressão “guerrilha” ganhou força na América Latina a partir da experiência da vitoriosa Revolução Cubana e também das recém chegadas, ideias vindas da China com as futuras teorias feitas por Mao Tsé-Tung. Apesar de essas duas experiências proporem no final a guerrilha armada no campo, elas divergiam no que diz respeito ao processo da implementação da guerrilha e, portanto, tinham essências diferentes. Estas duas perspectivas de ação de guerrilha

ficaram conhecidas como Castro-Guevarismo, através do “foco guerrilheiro revolucionário” (Foquismo), e o Maoísmo, através da “guerra popular prolongada”.

A teoria Foquista baseava-se principalmente nos textos de Che-Guevara e Régis Debray e era inspirada na experiência da Revolução Cubana exitosa em 1º de janeiro de 1959. A teoria do foco guerrilheiro colocava em primeiro plano a importância da organização militar para dar início à guerrilha. A existência de um partido de revolucionários não era imprescindível para dar o pontapé inicial ao processo revolucionário. O caráter da revolução, assim como, a construção do partido de vanguarda não eram fatores determinantes para iniciar os focos guerrilheiros.

A teoria Maoísta ou a chamada "guerra popular prolongada", baseava-se principalmente nas contribuições feitas por Mao Tsé-Tung e inspirava-se na experiência chinesa. Diferentemente da análise feita pela teoria Foquista, a interpretação Maoísta considerava de suma importância à participação do partido de vanguarda como base da construção do processo revolucionário. Assim como demonstra Mao Tsé na seguinte passagem: "Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: o poder político nasce do fuzil. O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido" (TSÉ-TUN, 1981. p.483)

É necessário colocar que naquele momento o PC do Brasil achava necessário somar esforços para enfrentar no campo ideológico o novo ciclo de conciliação de classes propostos pela União Soviética e que poderia, nas análises de alguns PCs, acabar destruindo o movimento comunista no mundo inteiro. Portanto, o alinhamento com o Partido Comunista da China, que também era contrário ao momento político do PC da Rússia inaugurado em seu XX Congresso, era considerado fator estratégico para a continuidade da perspectiva revolucionária em escala mundial.

É assim, a influência das ideias Maoístas na construção da ação armada do Partido Comunista do Brasil precisa ser entendida dentro de um contexto mais profundo do que apenas a escolha entre teoria A ou B. As condições históricas determinadas naquele período e a trajetória que o PC do Brasil já vinha percorrendo, se opondo desde sempre a postura do PCUS e mantendo uma posição mais radical, são partes constituintes do processo de alinhamento político-teórico-ideológico<sup>1</sup> que serviram de base para implementação da Guerrilha do Araguaia<sup>27</sup>.

#### **4. A experiência brasileira de resistência: Araguaia**

O estado do Pará, mais especificamente a região sul, foi escolhido como o local apropriado para o início da resistência armada contra a ditadura. Essa região, assim como, a maioria dos estados

<sup>27</sup>O PCdoB adotou a linha Maoísta como sustentação teórica para a construção da Guerrilha do Araguaia. Essa opção pode ser analisada no documento oficial do Partido Comunista do Brasil chamado "Guerra popular, o caminho da luta armada no Brasil".

do norte/nordeste diferenciava-se do restante do país. Sobretudo, do eixo Centro/Sul que era composto pelos estados e cidades mais desenvolvidas.

O processo de desenvolvimento do Brasil entrelaçado com o processo de consolidação do capitalismo no país favoreceu a priorização dos investimentos para a formação de grandes centros urbanos. Nesse contexto e somado à gigantesca extensão territorial do Brasil, o interior ficou praticamente esquecido e sujeitado a lógica coronelista que vigorava em grande parte dessas regiões. A grande concentração de terras nas mãos de poucos e o pouco ou quase nenhum acesso da população aos serviços básicos era um fator marcante no campo.

Antes da instauração da Ditadura civil- militar a região era marcada, basicamente, pela atividade extrativista vegetal principalmente da borracha e da castanha. A distribuição agrária desigual afetou historicamente essa área através dos graves conflitos pela posse de terras. A região do Araguaia era controlada pelas conhecidas "oligarquias dos castanhais" que, através do seu poder econômico, detinham também o poder político sobre a área e sobre a população que ali morava.

Apesar da inexistente preocupação com mudanças estruturais nessa região, na perspectiva de melhorias na vida da população local, a partir da construção da Transamazônica, intensificou-se a migração de famílias vindas do nordeste fugindo da seca e também se firmou, por parte do governo militar, o interesse naquela região para atender as demandas de grandes empresas agropecuárias e de extração mineral e vegetal. A partir daí, teve início uma política de desenvolvimento sustentada por incentivos governamentais, que visava atender aos interesses das grandes corporações. Assim, a ação do governo na região durante o período do regime militar, contribuiu para a acentuação das contradições sociais. Os conflitos entre terra, grande capital e trabalhador do campo, regeram toda a história da região Sul do Pará, sobretudo durante a sua inserção na ordem econômica mundial.

No processo de estudo da região para a implementação da guerrilha, esse cenário foi visto como propício para a movimentação armada. A região esquecida pelo governo, completamente afastada da efervescência política que pairava nos grandes centros urbanos e cercada por uma gigantesca floresta, mas que continha elementos necessários para a sobrevivência, era o local com características que possibilitavam o início do movimento de guerra de guerrilhas. (ROMUALDO, 1997)

O processo inicial de preparação da Guerrilha do Araguaia começou quando alguns dirigentes do PCdoB foram enviados à região com o objetivo de analisar as características daquele local e da vida de sua população para avaliar se aquela área oferecia as condições básicas para a iniciação dos primeiros núcleos guerrilheiros dentro da perspectiva de "guerra popular prolongada" defendida pelo Partido. Após a análise da área e a confirmação positiva da existência de condições concretas para o início do movimento armado, a região conhecida como Bico do Papagaio entre os anos de 1967 e 1970

começou a receber os primeiros militantes do partido que passariam a ser naquele primeiro momento, novos moradores daquela região.

Ao longo de toda a extensão da região do Araguaia, na fase inicial de preparação da guerrilha, estiveram presentes elementos destacados pelo Partido e algumas áreas foram delimitadas para receber os militantes que começariam o trabalho revolucionário. De acordo com Romualdo Campos Filho, dentro dessas áreas três regiões constituíram a formação das bases militares da guerrilha: Faveira, no médio Tocantins, municípios de São João do Araguaia e Apinajés; Gameleira, próxima ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos cinquenta quilômetros acima de São Geraldo, alcançando uma parte da Serra das Andorinhas e Caianos, abaixo de São Geraldo na direção de Conceição do Araguaia. Daí em diante, o número de militantes que chegavam à região do Araguaia crescia, contabilizando um total de 69 guerrilheiros no ano de 1972.

Assim, foi colocado em prática o primeiro objetivo do movimento que era se adaptar e se estabelecer na região, ganhando adesão das massas camponesas e consolidando uma relação mútua de confiança. Importante colocar que não havia uma data estabelecida para a deflagração da guerra popular prolongada. O momento certo para o desencadeamento da guerrilha estava ligado à execução de algumas etapas preparatórias, consideradas de extrema importância para o núcleo dirigente da guerrilha como: localização; estruturação de outras bases; conhecimento da região povoada, das matas e da floresta; ligação com as massas; treinamento militar; armamentos. Todas essas etapas nortearam a atuação dos guerrilheiros no Araguaia. Umas foram colocadas em prática com maior eficiência, como é o caso da ligação estreita com os camponeses, e outras com menor eficiência, como é o caso dos armamentos.

A essa altura o núcleo dirigente havia conseguido expandir o mapeamento da região e também a atuação dos destacamentos guerrilheiros. Tendo como base a pesquisa feita pelo historiador Romualdo Campos Filho, as regiões de influência do movimento haviam atingido às seguintes áreas: São Domingos das Latas até o rio Caiano (pouco mais de 20 km de São Geraldo). Em extensão, essa área tinha cerca de 130 km de comprimento por uns 50 km de fundo. Um total de cerca de 6.500 km<sup>2</sup>. A população da área onde atuavam os destacamentos era de mais ou menos 20 mil pessoas, sem incluir as zonas próximas, como Marabá, São João, Araguatins, Xambioá.

As fases estabelecidas como preparatórias para a deflagração da guerrilha nortearam a ação dos combatentes do Araguaia. No entanto, nem todas elas eram executadas sem erros ou sem deixar algumas fissuras graves que, em tempos mais recentes, foram abordadas no documento público<sup>28</sup> elaborado pelo Partido Comunista do Brasil.

---

<sup>28</sup>O documento chamado “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária (1983)”, faz uma análise sobre os erros e acertos cometidos no processo de resistência armada à ditadura no Araguaia.

Enquanto todos os movimentos contrários ao regime de repressão eram completamente aniquilados nas cidades, o PCdoB manteve-se no interior organizando em diferentes fases o movimento armado de oposição a Ditadura. Até, especificamente o dia 12 de Abril de 1972, essa era a atuação dos militantes na área do Araguaia. No entanto, nesse dia e após quase seis anos em que os primeiros comunistas chegaram à região, as Forças Armadas atacaram o local dando início à resistência guerrilheira. Desse dia em diante, a Guerrilha do Araguaia seria alvo de três campanhas de aniquilamento. (ROMUALDO, 1997)

A atuação das forças repressivas foi articulada através de três campanhas militares na área. Importante colocar que, sem a possibilidade de acesso a dados oficiais, é muito difícil saber com precisão a quantidade de soldados e armas envolvidos nas campanhas. As instituições militares brasileiras negam-se a fornecer informações sobre as operações no Araguaia, impedindo uma pesquisa mais precisa.

Com o ataque da primeira campanha militar é que os guerrilheiros que se situavam no Araguaia começaram a resistência armada efetivamente. A partir daí, as rotinas das cidades compreendidas entre a área do Bico do Papagaio (já citado) mudaram radicalmente. O número de soldados chegava quase à metade do número da população local, os camponeses não sabiam o motivo da presença do exército na região. Na primeira campanha, os militares se estabeleceram inicialmente em Marabá, Xambioá e São Geraldo. Essa primeira investida militar contra a guerrilha é marcada por uma atuação inexperiente das tropas militares, tanto em relação ao próprio conflito armado, quanto em relação ao trato com a população local. Várias plantações foram queimadas, casas invadidas e destruídas. Essa conduta somada ao que os militares falavam sobre os militantes procurados que, até então eram pessoas conhecidas pela bondade e bom relacionamento na região, causaram imediatamente uma antipatia entre a população local e a atuação do exército. A primeira campanha marca uma cruel atuação contra os camponeses que eram suspeitos de ajudar os opositores a Ditadura. (ROMUALDO, 1997)

Ao perceber a movimentação das tropas militares, os guerrilheiros sabiam que poderiam sofrer um ataque a qualquer momento. A ação dos guerrilheiros foi de deslocarem-se para a mata e se estabelecerem nos refúgios construídos ao longo dos anos. A tática utilizada era de recuar em direção à mata, evitando o enfrentando imediato com as tropas militares; manter o possível contato com a população, questão central para a sobrevivência dentro da mata e realizar ações de emboscada contra o inimigo.

Durante a primeira campanha de destruição da guerrilha que compreendeu o período de Abril de 1972 até junho do mesmo ano quando as Forças Armadas se retiraram da região, aconteceram algumas mortes para ambos os lados. A primeira campanha contra a Guerrilha do Araguaia demonstrou pouca eficiência das tropas militares que haviam mobilizado um enorme contingente, mas

não conseguiram chegar nem perto de atingir o objetivo final que era acabar com o movimento de resistência contra a Ditadura.

No intervalo entre a primeira e a segunda campanha os guerrilheiros aproveitaram para fortificar o contato com os camponeses. A necessidade de não perder o contato com a população era crucial para resistir aos novos ataques por dois motivos principais. O primeiro era por conta do abastecimento, era preciso conseguir alimentos para bastante tempo. O segundo estava na questão da necessidade de informar a população sobre o que estava acontecendo e iniciar um trabalho político de conscientização que explicitasse as razões da Guerrilha. Por isso, criou-se em conjunto com a população o documento União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), contendo 27 pontos de reivindicações do povo local.

Em setembro de 1972 teve início a segunda campanha contra a guerrilha. Dessa vez, além da presença ainda em maioria do exército, as forças da marinha e da aeronáutica também foram mobilizadas para a área. A segunda campanha possuiu uma tática nova em relação à primeira, sobretudo, acerca do alcance do apoio da população local. Seguindo a tática de conquistar a empatia da população local, os militares passaram a desenvolver na região a chamada Operação Aciso (Ação cívico social), ainda hoje muito utilizada pelas Forças Armadas, buscando atender as necessidades básicas daquela região.

Na segunda campanha os guerrilheiros estavam mais confiantes de seu domínio sob a mata e adotaram medidas mais ousadas através de emboscadas e fustigamentos mais perigosos. Naquele momento, segundo Romualdo Campos Filho, ainda era perceptível a superioridade no preparo dos guerrilheiros frente aos soldados que adentravam as florestas do Araguaia.

As forças armadas se retiraram da área para preparar uma contra-ofensiva que criasse as condições reais de aniquilar totalmente a Guerrilha do Araguaia. A Ditadura, através do exército e demais aparatos de repressão, sabia que o retorno à região era para exterminar de uma vez por todas a única resistência organizada que ainda sobrevivia aos anos de chumbo. A partir do final de outubro de 1972 até o mesmo mês do ano de 1973, estabeleceu-se um ano de trégua no Araguaia.

A partir da lógica de cerco e aniquilamento, em outubro de 1973 sob o comando geral do Major Sebastião de Moura Curió, as Forças Armadas davam início à última campanha contra a resistência no Araguaia. A ação da repressão era completamente diferente das suas primeiras campanhas. A ofensiva contra os guerrilheiros iniciou-se a partir da limpeza geral de toda área onde havia suspeita da existência das bases de resistência. Todos os moradores foram retirados dessas áreas mapeadas e todas as plantações queimadas, com o objetivo de isolar os guerrilheiros e impedi-los de abastecer seus pontos de apoio. A incursão efetiva mata adentro (pouco utilizada nas primeiras campanhas)



estabeleceu acampamentos militares dentro das florestas, utilizando a ajuda de helicópteros que sobrevoavam as matas.

O primeiro confronto da terceira campanha deu-se logo no mês de outubro. Adiante, todos os confrontos posteriores resultavam em perdas numericamente maiores para as forças guerrilheiras do que para as tropas militares. Depois disso a situação agravou-se e as baixas do contingente guerrilheiro só aumentaram. Nesse momento, a realidade dos que ainda resistia era precária.

O cenário que se configurou no Araguaia do meio para o final da terceira investida da repressão na área, era apenas o de caça desigual. O exército tinha uma orientação de não deixar nenhum sobrevivente. Os guerrilheiros que sobraram não confrontavam mais, apenas resistiam. (ROMUALDO, 1997)

Após a dizimação da guerrilha o comandante responsável pela terceira campanha, Major Curió, permaneceu no local para assegurar que a população local não alimentasse no dia-dia da região assuntos sobre o que tinham visto durante esses anos de conflito. Essa questão é importante de ser colocada, pois faz parte do início do processo de esquecimento da memória histórica do que foi a Ditadura civil-militar Militar no Brasil. Concomitantemente, as ordens eram para que nenhum vestígio da ação brutal realizada pelo exército ficasse naquela região. Para isso, após o término da guerrilha foi montada a ação que ficou conhecida como Operação-Limpeza:

No final dessa terceira fase, final mesmo, últimos dias, última semana – decidiram as autoridades que deveria ser feita uma limpeza da área, porque temiam, essas autoridades, que, após a saída dos militares do Sul do Pará, a imprensa, os jornalistas, descobririam os corpos desses guerrilheiros. E essa operação-limpeza consistiu no seguinte: os agentes de informações, que sabiam onde estavam enterrados os corpos, indicavam os pontos. Um helicóptero ia a esse ponto, agentes desenterravam os restos, esses restos eram colocados em sacos plásticos, embarcados no helicóptero e levados para a Serra das Andorinhas. (FILHO, 1997, p.132)

Apenas no período de redemocratização do país é que os quadros partidários sobreviventes aos anos da Ditadura, puderam novamente encontrar-se em instâncias de deliberação e análises do Partido. Assim, em 1983 o PCdoB produziu o documento intitulado como “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária” em que elabora uma análise crítica sobre a experiência da Guerrilha desenvolvida no Araguaia.

Adiante, faz uma análise do Documento “Guerra popular prolongada - o caminho para a luta armada no Brasil”, em que apresenta os acertos e equívocos contidos nesse documento formulado no período pré- Guerrilha e utilizado como elementar na preparação da luta armada. A metade do documento acerca da experiência armada organizada pelo Partido concentra-se em fazer uma breve retrospectiva da luta no Araguaia, onde se descreve em linhas gerais o processo de construção da guerrilha, passando pela fase de combate direto até a sua derrota. Chegando ao fim, o documento acerca da violência revolucionária faz uma análise das lições da Guerrilha do Araguaia. Essa parte

trata diretamente dos acertos e erros, na visão do Partido Comunista do Brasil, presentes no processo de luta armada.

O documento “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária 1983” abriu o ciclo, até então sigiloso, tanto por parte do Exército Brasileiro quanto por parte do próprio Partido que só havia tocado no assunto através do Relatório Arroyo, de discussão sobre a experiência armada no Araguaia. Este documento apresentou oficialmente a autocrítica partidária acerca de algumas fissuras graves cometidas no processo da luta armada e admitiu a necessidade de produzir uma análise ao povo brasileiro sobre o período de confronto.

## 5. Conclusão

A magnitude territorial e as riquezas naturais conferiram ao Brasil uma importância política significativa na América do Sul durante os embates políticos e ideológicos que o mundo estava inserido a partir do contexto da Guerra Fria. Percebemos que a disputa entre os dois projetos políticos e econômicos da época caracterizados entre Capitalismo x Socialismo, permeou de diferentes formas as realidades nacionais. A corrida pela manutenção da sua influência nos países periféricos da América Latina fez com que os EUA assumissem, através da sua política externa, uma postura intervencionista e imperialista, inclusive no Brasil.

A radicalização dessa postura assumida pelos Estados Unidos atingiu seu auge quando percebeu o surgimento do nacionalismo latino-americano que almejava apenas superar as dependências históricas de ordem econômica, social e cultural, existentes nos países colonizados. Assim, um a um esses governos foram derrubados com intervenção dos EUA atrelado as elites nacionais, configurando o que chamamos de “Ditaduras do Cone Sul”, onde o Brasil está inserido a partir do golpe de 1964.

A interrupção da via democrática no país e o recrudescimento da repressão fizeram com que crescessem os movimentos que se opuseram ao modelo autoritário vigente e também ao projeto econômico defendido pelo governo militar. Esses dois questionamentos somados a perspectiva de construção de um governo popular, fez eclodir diferentes formas de resistência frente à Ditadura civil-militar.

Assim como em outros países latinoamericanos como, Uruguai, Argentina e Cuba, a luta armada surgiu como alternativa diante do cenário repressivo no Brasil. Destacamos a experiência brasileira através da Guerrilha do Araguaia e seu processo de preparação, desenvolvimento e resistência. A relação estabelecida entre os guerrilheiros e as massas camponesas por um lado, gerou medo, e por outro, afetou o orgulho autoritário da repressão à medida que durante suas duas primeiras campanhas de aniquilamento não conseguiram desarticular o movimento armado.

Diferente de outros países da América do Sul que atravessaram ditaduras, mas conseguiram avançar na construção de uma memória coletiva de reparação, as políticas públicas no Brasil caminharam pouco nesse sentido, não consolidando um trabalho com a sociedade em relação a esse tema. Cabe-nos ressaltar a instauração da Comissão Nacional da Verdade criada através da Lei 1228/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 que produziu, ainda que tardiamente, um trabalho importante de investigação e apuração das graves violações dos Direitos Humanos ocorridas durante o cerceamento das liberdades democráticas coletivas e individuais.

O regime de silêncio em relação à Ditadura civil- militar adotado pelo Exército Brasileiro e por setores da sociedade fortalecem o fenômeno de esquecimento e invisibilização da trajetória repressiva e do legado autoritário que uma ditadura de vinte e um anos foi capaz de fabricar, de suas mais diferentes formas, na sociedade brasileira.

### Referências bibliográficas

ARROYO, A. *Relatório sobre a luta no Araguaia*. 1974. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 03/07/2019.

BANDEIRA, M. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade Emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CONGILIO, C.; IKEDA, J. *A Ditadura Militar, expansão do capital e as lutassociais no sudeste paraense*. 2014. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25693/18327>> e acessado em 03/07/2019.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado- ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ENGELS, F.; KARL, M. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FIGUEIRA, R. *Justiça do Lobo: Padres e posseiros do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FILHO, R. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

FLORES, P. F. *Escola Superior de Guerra, Civis e Militares (1961-1964): Apontamento de Pesquisa*. 2016. Disponível em <[http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478222741\\_ARQUIVO\\_ESCOLASUPERIORDEGUERRA,CIVISEMILITARES\(1961-1964\)APONTAMENTOSDEPESQUISA\[SUBMETIDO\].pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478222741_ARQUIVO_ESCOLASUPERIORDEGUERRA,CIVISEMILITARES(1961-1964)APONTAMENTOSDEPESQUISA[SUBMETIDO].pdf)> e acessado em 24/08/2019.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. *Lutas que construíram o Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

GUEVARA, E. *A Guerra de Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Edições Futuro, 1961.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática Editora, 1998.

LOSURDO, D. *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos - O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

LEMOS, R. *Contrarrevolução e ditadura: elementos para uma periodização do processo político do brasileiro pós-1964*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/40/31>> e acessado em 29/06/2019.

MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa do Partido*. 1961. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária*. 1983. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular prolongada- o caminho para a luta armada no Brasil*. 1969. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. 1966. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>> e acessado em 28/06/2019.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REIS, N. F. I. *Memória Social e Guerrilha do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

RIDENTI, M. *O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992*. 1994/1995. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1979/1613>> e acessado em 29/06/2019.

RUY, J. *Março de 1958: a certidão de nascimento do revisionismo*. 2010. Disponível em <[http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id\\_noticia=126368&id\\_secao=3](http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=126368&id_secao=3)> e acessado em 02/07/2019.

SECCO, L. *Caio Prado Júnior: O sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

TOLEDO, C. N. *1964: o Golpe contra as reformas e a democracia*. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882004000100002&script=sci\\_arttext&tln=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882004000100002&script=sci_arttext&tln=pt)> e acessado em 03/07/2019.

TSÉ-TUNG, M. *Escritos militares*. Goiânia: Libertação, 1981.







**HOPLOS**

Revista de  
Estudos Estratégicos e  
Relações Internacionais

Vol. 3 - No. 4 - 2019  
ISSN: 2595-699X

**PPGEST-UFF**





